



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FÁBIO JOSÉ DOS SANTOS

**J.-J. ROUSSEAU: DO CUIDADO COM A NATUREZA E O
VIVER EM HARMONIA**

Londrina/PR
2023

FÁBIO JOSÉ DOS SANTOS

**J.-J. ROUSSEAU: DO CUIDADO COM A NATUREZA E O
VIVER EM HARMONIA**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Estadual de Londrina - UEL,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Arlei de Espíndola

Londrina/PR
2023

S237j Santos, Fábio José dos.
J.-J. Rousseau: : do cuidado com a natureza e o viver em harmonia / Fábio José dos Santos. - Londrina, 2023.
149 f.

Orientador: Arlei de Espíndola.
Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Ambiente natural - Tese. 2. Homem - Tese. 3. Natureza - Tese. 4. Cultura - Tese. I. Espíndola, Arlei de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

CDU 1

FÁBIO JOSÉ DOS SANTOS

**J.-J. ROUSSEAU: DO CUIDADO COM A NATUREZA E O VIVER EM
HARMONIA**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Estadual de Londrina - UEL,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Filosofia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Arlei de Espíndola
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Renato Moscateli
Universidade Federal de Goiás - UFG

Prof. Dr. Fábio César Scherer
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 13 de abril de 2023.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Dorival Pereira dos Santos e Maria José de Andrade Santos (*in memoriam*), que sempre me incentivaram e contribuíram para oferecer-me a melhor educação possível. No decorrer do curso (maio de 2022), infelizmente, perdi minha mãe, mas mesmo assim consegui reunir forças para prosseguir.

À minha família, Amanda Amélia de Paula Freitas, minha esposa, e Ana Julia Freitas Santos, minha filha, fontes de apoio e inspiração para toda a minha trajetória acadêmica.

Aos senhores, Antônio Masayoshi Kitamura e José Rocha Sobrinho, ambos *in memoriam*. Foram grandes pessoas que passaram por minha vida e incentivaram-me à busca da evolução e do caminho do aprendizado e estudos.

À psicóloga Leila Fernandes de Souza, que me auxiliou muito durante o processo de execução do trabalho. Excelente profissional, na qual guardo muito carinho e apreço. Suas sessões de terapia sempre me renderam grandes reflexões para a vida.

Ao Prof. Dr. Arlei de Espíndola, meu orientador e grande parceiro na condução do trabalho. Apresentou-me os melhores caminhos para alcançar o resultado final da dissertação. É uma grande honra ser orientado por um dos maiores estudiosos do pensamento de Jean-Jacques Rousseau.

Ao Prof. Dr. Gustavo Cunha Bezerra, meu mentor em Jean-Jacques Rousseau. Na graduação, me apresentou os caminhos filosóficos do genebrino. Pessoa de grande carisma e que guardo com muito carinho.

Aos professores Valdomiro Alcântara e Gustavo Matiuzzi, que fizeram parte do corpo docente do curso de graduação da Universidade do Oeste Paulista no período em que concluí o curso. Meu agradecimento especial a eles, por suas aulas que sempre me despertaram o espírito filosófico.

Aos outros professores e colegas com os quais tive o privilégio de conviver no meio acadêmico. Gratidão por todo o aprendizado adquirido.

“O verdadeiro livro da natureza é para mim o
coração dos homens e a prova de que nele sei
ler está em minha amizade por vós”.

Jean-Jacques Rousseau

SANTOS, Fábio José dos. **J.-J. ROUSSEAU: DO CUIDADO COM A NATUREZA E O VIVER EM HARMONIA**. 2023. 149 fls. Dissertação de Mestrado em Filosofia – Programa de Pós Graduação em Filosofia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

RESUMO

O trabalho enfatiza a compreensão de Jean-Jacques Rousseau sobre os elementos que compõem a interioridade do homem e dos diferentes ambientes naturais em que este se insere, bem como as relações entre essas duas esferas. A natureza é fator preponderante e estruturante para a construção das ideias do genebrino, de modo que, ela percorre toda a sua obra. Assim, o trabalho busca evidenciar, em várias de suas obras, a formação do ambiente natural construído a partir do conceito de natureza proposto pelo genebrino. No primeiro capítulo tratamos sobre o estado de natureza, com destaque ao ambiente natural que envolvia o bom selvagem e, posteriormente, o desenvolvimento do jovem Emílio, utilizando como referências a primeira parte do *Segundo Discurso* e os Livros I, II e III do *Emílio*. No segundo capítulo dissertamos sobre a ordem da natureza e o ambiente natural que se têm na relação entre o homem e a sua natureza, de maneira mais espiritual, religiosa e sentimental. Para esse fim utilizamos como referências a *Profissão de fé do vigário saboiano* (presente no Livro IV de *Emílio*) e a Sétima Caminhada dos *Devaneios*. Já o terceiro capítulo aborda as aproximações do homem, já corrompido pela sociedade, com a natureza, de forma a criar um ambiente natural nesses espaços. Aqui utilizamos como referências o Livro V do *Emílio*, a Quinta Caminhada dos *Devaneios* e as Cartas XI (Quarta Parte) e II (Quinta Parte) de *Júlia ou A Nova Heloísa*. Tem-se como resultado que o ambiente natural, mesmo que não seja diretamente mencionado pelo pensador, apresenta-se como um elemento externo na relação do homem com tudo o que o cerca, de modo a evidenciar um ordenamento em que o homem possa, mesmo em determinados espaços de tempo, viver harmoniosamente numa reconciliação de sua natureza com a cultura.

Palavras-chave: Ambiente natural. Homem. Natureza. Cultura.

SANTOS, Fábio José dos Santos. **J.-J. ROUSSEAU: CARE FOR NATURE AND LIVING IN HARMONY**. 2023. 149 fls. Dissertação de Mestrado em Filosofia – Programa de Pós Graduação em Filosofia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

ABSTRACT

The work emphasizes Jean-Jacques Rousseau's understanding of the elements that make up man's interiority and the different natural environments in which he is inserted, as well as the relationships between these two spheres. Nature is a preponderant and structuring factor for the construction of the Genevan's ideas, so that it runs through all of his work. Thus, the work seeks to highlight, in several of his works, the formation of the natural environment built from the concept of nature proposed by the Genevan. In the first chapter we deal with the state of nature, with emphasis on the natural environment that involved the noble savage and, later, the development of the young Emilio, using as references the first part of the Second Discourse and Books I, II and III of Emílio. In the second chapter we talk about the order of nature and the natural environment that exist in the relationship between man and his nature, in a more spiritual, religious and sentimental way. For this purpose, we used as references the Profession of Faith of the Savoyard Vicar (present in Book IV of Emilio) and the Seventh Walk of Daydreams. The third chapter deals with the approximations of man, already corrupted by society, with nature, in order to create a natural environment in these spaces. Here we use as references Book V of Emilio, the Quinta Caminhada dos Devaneios and Letters XI (Fourth Part) and II (Fifth Part) of Julia or A Nova Heloísa. As a result, the natural environment, even if not directly mentioned by the thinker, is presented as an external element in man's relationship with everything that surrounds him, in order to evidence an order in which man can, even in certain spaces of time, live harmoniously in a reconciliation of its nature with culture..

Key-words: Natural Environment. Man. Nature. Culture.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	BOM SELVAGEM E EMÍLIO: CONCEPÇÕES DE SEUS AMBIENTES NATURAIS	19
1.1	O Homem no Estado de Natureza Rousseauiano.....	27
1.2	O Desenvolvimento de Emílio	49
2	O AMBIENTE NATURAL A PARTIR DA ORDEM DA NATUREZA	76
2.1	A Ordem da Natureza a Partir da <i>Profissão de Fé do Vigário Saboiano</i>	77
2.2	A Ordem da Natureza e os <i>Devaneios</i> : um despertar reflexivo.....	100
3	A DIMENSÃO HUMANA ROUSSEAUNIANA: AUTONOMIA E A POSSÍVEL ADAPTAÇÃO À ESSÊNCIA	113
3.1	Livro V do <i>Emílio</i> : O Homem Natural Constituído	117
3.2	Nos Passos da Quinta Caminhada	123
3.3	A Sensibilidade do Jardim de Júlia.....	129
	CONCLUSÃO	138
	REFERÊNCIAS	145

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo acerca da natureza em Jean-Jacques Rousseau surgiu da tentativa de fazer uma conexão das ideias do genebrino com o aspecto ambiental e ecológico. Obviamente, a natureza traçada por Rousseau, por grande parte dos pesquisadores, e ele mesmo toma essa interpretação, é de concepção humana. Mesmo assim, Rousseau, em suas obras, fala de florestas, campos e jardins, além de todo o cenário que compõe o universo, em uma visão organicista. Isso deixa claro o cuidado que o genebrino tinha com o elemento exterior, e é mais evidente ainda que não basta apenas discutir sobre o homem e suas relações, é necessário abordar o ambiente que ele ocupa e a possibilidade de conciliação entre natureza e cultura nesse espaço.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a compreensão de Jean-Jacques Rousseau sobre os elementos que compõem a interioridade do homem e dos diferentes ambientes naturais em que este se insere, assim como as relações entre essas duas esferas. O ambiente natural constitui-se como elemento importante para a formação da identidade humana e permite que o homem possa viver em harmonia com o mundo exterior. Assim, é elemento essencial para compreender a filosofia de Rousseau e sua visão sobre a natureza. Como objetivos específicos, ressaltam-se os seguintes: analisar o ambiente natural formado a partir do estado de natureza, elemento fundamental e base para a antropologia rousseauiana; analisar o ambiente natural formado a partir da ordem da natureza, conceito esse importante na fundamentação de uma ambientação natural tendo em vista a consciência, a razão e a moral; e por fim, o trabalho pretende analisar, nas obras rousseauianas, principalmente as autobiográficas, o homem inserido em sociedade, mas em contato com fragmentos que o aproximam de sua essência perdida, formando assim um ambiente natural.

Para tanto, foram utilizadas as principais obras do filósofo, comentadores consagrados e pesquisadores, obtendo assim, por meio de descrições e análises, a formação do ambiente natural rousseauiano. Como resultado, espera-se compreender como a relação entre homem e natureza em

Rousseau pode se exteriorizar para o ambiente natural, constituindo um sentimento de unidade do homem com o Cosmos. E nesse sentido, possibilitar a conciliação entre natureza e cultura tendo em vista a autonomia adquirida pelo homem e o alargamento de suas potencialidades.

É importante entender como se dá a valorização da natureza presente no conceito de Rousseau e que, praticamente, permeia toda a sua obra. Entender o significado que a natureza tem para o pensador genebrino é ponto crucial para entender a dinâmica de suas ideias e do próprio contexto social e histórico em que estava inserido. Grosso modo, a natureza se transforma em um instrumento, um arquétipo para construir suas bases de pensamento. Percebe-se que a natureza para Rousseau é um conceito filosófico estruturante. A natureza caminha “com” e “junto com” Rousseau, de tal forma que sua vida e suas ideias se confundem em uma mesma unidade de sentimento e consciência.

As relações entre homem e natureza com Rousseau ganham novos contornos e perspectivas, elevando a uma maior sensibilidade no mundo ocidental. A sensibilidade de sua escrita emerge em favor de algumas características próprias, como a espontaneidade do coração humano, os devaneios possíveis e o entusiasmo natural. Inaugura-se uma nova visão de mundo e estado de espírito, além do desejo estético que deve ser procurado na natureza.

Nessa perspectiva, a bondade original, sentimento inato oriundo dos corações humanos, torna-se o núcleo essencial e categórico da teoria rousseauiana, que rejeita o modelo mecanicista e materialista da Idade Moderna.¹ A estrutura primitiva se expõe como um ideal de equilíbrio para as relações humanas, de modo que a natureza surge como possibilidade de reconfiguração do humano. A pluralidade das obras de Rousseau abarca a física do belo, em que observamos seus escritos sobre as paisagens, por exemplo, *Segundo Discurso*, *Emílio*, *Devaneios*, *A Nova Heloísa* e outros trabalhos autobiográficos; a metafísica do belo, vista na *Profissão de fé do vigário saboiano*; e a busca pelo belo moral,

¹ No *Emílio*, Rousseau destaca que Descartes “formava o céu e a terra; mas não pôde dar o primeiro impulso a esses dados”. Desse modo, o genebrino quer exprimir que existe uma causa que não está na matéria, mas que dá movimento a ela. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. 2014, p. 384.

como forma de reconfiguração do homem que foi corrompido pelo processo de socialização.

Rousseau aponta para uma visão mais órfica da natureza, ou seja, uma visão de cuidado e respeito pela natureza, diferentemente de outras visões que colocam o homem como “proprietário” dela. Esta visão, o genebrino não apenas trouxe em seus escritos, em sua defesa, como também vivenciou, pois desde a sua juventude procurou se aproximar de ambientes rurais e belas paisagens campestres. Locais onde se instalou como Annecy, Charmettes, Chambéry, Hermitage eram rodeados por vegetação, jardins e muitos espaços floridos. Ambientes agradáveis e que geravam bons frutos em seus escritos para as obras primas.

Desse modo, a problemática do trabalho funda-se em elucidar a formação do ambiente natural em Rousseau, como uma proposta holística, ecológica e concatenada, em uma relação harmônica do homem com o Cosmos, tendo em vista a tentativa de reconciliação entre natureza humana e cultura. Sendo assim, o trabalho busca evidenciar essa relação em várias obras do pensador genebrino, principalmente o *Emílio*. Além da cooperação de vários comentadores consagrados e outros pesquisadores no que se refere ao tema da natureza em Rousseau ou que, abordam temas complementares a este. Em suma, “o texto abarca um tema central aos estudos sobre o pensamento filosófico de Rousseau, enfocando a importância da ordem da natureza como um valor positivo na elaboração das ideias do genebrino, no tocante às relações entre os seres humanos e o ambiente natural no qual estão inseridos”².

O trabalho se divide em três capítulos que seguem certa ordem cronológica da literatura *rousseauiana*. O primeiro capítulo disserta sobre o ambiente natural construído a partir da concepção de natureza no estado originário, com o *Bom Selvagem*³, e na formação do jovem *Emílio*. Descreve-se sobre o estado de natureza e as características do bom selvagem, e em seguida, se discute a formação do Emílio, ou seja, o homem já vivendo em sociedade, sendo educado

² De acordo com as anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

³ De acordo com as anotações do Prof. Renato Moscateli para a defesa da dissertação, a expressão “bom selvagem” não é própria de Jean-Jacques Rousseau, pois foi usada posteriormente por outros autores para se referir ao homem natural tal como concebido pelo filósofo no *Segundo Discurso*.

através de uma relação mais próxima da natureza, o que contribui para um ambiente natural. A educação que o personagem recebe é envolta pela sociedade caótica e deve seguir as premissas da natureza tendo em vista a formação do homem virtuoso.

Portanto, o primeiro capítulo se organiza em dois blocos: o primeiro trata de analisar o ambiente natural no estado de natureza tendo em vista a constituição do bom selvagem e o que o cerca; o segundo observa o crescimento da criança e como ela se desenvolve e se torna homem, tendo em vista o ambiente que a cerca. Tais tarefas têm como obras fundamentais o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (Segundo Discurso)* e o *Emílio, ou da educação*. No *Segundo Discurso* utilizamos a primeira parte da obra e, com relação ao *Emílio*, foram utilizados os Livros I, II e III, para este capítulo inicial.

O segundo capítulo disserta sobre a relação do homem com a ordem da natureza, através da *Profissão de fé do Vigário Saboiano* (espécie de mini-obra contida no Livro IV do *Emílio*) e da Sétima Caminhada dos *Devaneios do caminhante solitário*. Passa-se a investigar os diferentes olhares de Rousseau sobre a ordem natural, tal como eles aparecem nas obras mencionadas acima, mediante reflexões sobre a organização do universo e o lugar do homem dentro dela, bem como nos relatos autobiográficos de experiências do autor junto à natureza. O primeiro bloco demonstra o homem envolto de uma relação sensorial e racional, constituindo um “ambiente divinizado”, formado por razão, consciência e moralidade no qual se alcança o entendimento de um Criador. No segundo, evidencia-se uma ordem da natureza mais voltada ao sentimento, menos racional, em que Rousseau expõe seus momentos solitários em meio à paisagem natural.

E por fim, no terceiro e último capítulo, busca-se evidenciar o homem que se desnaturou, mas que enxerga possibilidades de aproximações com a sua natureza. Mesmo vivendo em uma sociedade corrompida, o homem se vê diante de momentos e ambientes que o aproximam de sua natureza. Tais possibilidades de uma vida mais harmônica podem ser observadas no *Emílio*, nos *Devaneios* e no romance *A Nova Heloísa*. Para este derradeiro capítulo, utilizamos como obras fundamentais, o Livro V de *Emílio*, a *Quinta Caminhada* dos *Devaneios* e as Cartas

XI (quarta parte) e II (quinta parte) do romance *Júlia ou A Nova Heloisa*.

Desse modo, o ambiente natural, mesmo que não seja mencionado diretamente pelo pensador em suas obras, constitui elemento essencial, formado através da relação do homem natural com aquilo que o circunda, de maneira a evidenciar um ordenamento nessa relação que pode propiciar uma vida mais harmônica para o homem. Apesar do cenário caótico em que o homem se inseriu, a sua identidade natural permanece intacta e, desse modo, ele pode reconciliar-se com a sua natureza e cultura, tendo em vista a sua autonomia e o consequente desenvolvimento de suas potencialidades. Retornar à essência na qual vivia o selvagem é impossível, mas a possibilidade de conciliação é possível, já que o homem possui traços originais que permitem tal reconfiguração.

Trataremos de expor a sensibilidade e o autêntico apreço de Rousseau pela natureza através de sua própria escrita, mas sem a preocupação de adentrar com profundidade em outros conceitos (complementares para a pesquisa) do genebrino.

“De modo geral, a estrutura dos capítulos que aqui se apresenta, está coerente com os objetivos propostos pelo trabalho, de maneira a abarcar diferentes elementos complementares sobre o pensamento *rousseauiano* acerca da natureza, em um percurso cujo sentido é bem compreensível”⁴.

⁴ De acordo com as anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

1 BOM SELVAGEM E EMÍLIO: CONCEPÇÕES DE SEUS AMBIENTES NATURAIS

“(...) a descrição do estado de natureza constitui peça indispensável de seu sistema”.

Robert Derathé (2009, p. 201)

O capítulo em tela tem por finalidade dissertar sobre o ambiente natural construído a partir da concepção de natureza em Rousseau, nas abordagens do Bom Selvagem e Emílio, de forma a enfatizar – principalmente – aquilo que se exterioriza a partir do ordenamento do pensamento rousseauiano. A descrição do homem no estado de natureza, assim como a formação do jovem Emílio, além dos comentários a esses momentos permitem a percepção do ambiente natural proposto pela pesquisa.

É notável que o pensador genebrino destine grande importância ao ambiente que circunda a formação estruturante do homem, haja vista a construção que o filósofo empreende para o personagem Emílio. A educação do jovem é envolta às relações da sociedade e premissas da natureza que o conduzem a um processo formativo (ROUSSEAU, 2014, p. 24). Toda a educação – da natureza, dos homens, das coisas - destinada ao jovem Emílio é guiada através de seu preceptor, uma espécie de tutor que possui a missão de apregoar-lhe um aprendizado condizente com as suas potencialidades físicas e intelectuais, de acordo com os ditames da natureza (ROUSSEAU, 2014, p. 31).

Cabe lembrar, nessas preliminares, que o conceito de natureza será expresso tanto por sua característica interior, de constituição humana, quanto ao exterior, ou seja, aquilo que se revela diante do homem rousseauiano, formando assim um ambiente natural imbuído pela ordem da natureza.

A ideia de natureza sempre foi objeto de profunda exploração, seja pela produção literária ou filosófica, desde a Grécia Antiga. São várias as obras e

filósofos⁵ que se debruçaram sobre o assunto e, dada a riqueza e extensão que o tema propõe, acredito que não cabe aqui fazermos uma apuração sobre a conceituação de natureza, explorada anteriormente. Certo é que Rousseau, também levantou este “pano de fundo natural” para projetar os comportamentos do homem e as condições de uma boa sociedade. No mesmo período, os seus contemporâneos fizeram valer-se da natureza para fundamentar suas teorias. Segundo Starobinski (1987, p. 115), “no século XVIII o homem que quisesse provar que estava certo invocaria a natureza; traria para seu lado”.

A descrição de uma vida tida como “natural”, livre de imposições, mais associada ao gosto simples e a forma de vida selvagem, já estava presente em *Utopia* (1516), obra de Thomas More. Rousseau, então direciona elementos dessa perspectiva paradisíaca para várias outras obras de sua autoria, como por exemplo, o romance poético *Julia ou a Nova Heloísa* (1761), na qual os personagens apreciam a paisagem campestre, regada a uma vida simples em uma pequena comunidade.

Centrada no pensamento rousseauiano, a ideia de natureza pode despertar diferentes compreensões, a depender do contexto (condições primitivas da humanidade, paisagem, natureza interior, sinônimo de divindade). Desse modo, “Rousseau guarda um pouco a compreensão aristotélica da natureza como a ordem das coisas; mas, guarda também a compreensão moderna da natureza como paisagem” (PAIVA, 2021). Vale ressaltar que quando a análise parte para a natureza humana (interior), a abordagem ganha um pouco mais o sentido de metafísico, algo que se dirija ao absoluto, divinizado. Para Derathé (1984, p. 114), “a palavra natural é ambígua e Rousseau não evita essa ambiguidade: nele, o termo natural significa tanto o que é autêntico ou essencial à natureza do homem, como o que é original e primitivo”.

O homem de paradoxos, como é conhecido, sempre adotou um estilo próprio, mesmo que isso desencadeasse diferentes nuances e interpretações. Estilo esse que, apesar dos paradoxos, guarda princípios. Conforme assevera Espíndola (2021, p. 1150), “Rousseau conserva alguns princípios, baseados em

⁵ Pré-Socráticos, Platão, Aristóteles, Descartes, Hobbes, Locke são alguns exemplos.

certos valores morais, éticos e políticos, que servem de sustentáculo, que desempenham o papel de fundamento de sua filosofia, por assim dizer, naturalista”. Fato é que Rousseau nos oferece um extenso arcabouço teórico, que pode propiciar a difusão de muitas ideias e interpretações a respeito dos mais variados temas.

A natureza para Rousseau, conforme dito anteriormente, é um arquétipo essencial na construção do homem natural presente no estado de natureza. Desde a condição original do homem, proposta pelo pensador, até a ativação das faculdades intelectuais e morais, a natureza tem papel importante em sua obra. Tamanha a importância desse elemento para a literatura do genebrino é ressaltada por Espíndola (2021, p. 1.147) que afirma que “Rousseau busca definir um modo próprio de filosofar tendo a natureza enquanto uma espécie de modelo ideal para o estabelecimento da cultura, em especial filosófica e literária”.

Neste ideal que inclui a felicidade para o homem, no seu estado originário é desenvolvido, basicamente, um perfil de homem animalesco, movido apenas pelo instinto (ROUSSEAU, 2000, p. 65). Isso bastava ao modo de viver daquele homem. O selvagem gozava de uma espécie de liberdade natural, fator esse que evidenciava uma independência em relação aos seus semelhantes, de forma a preservar-se a si mesmo (ROUSSEAU, 2000, p. 64). Aqui ainda não há o pacto social firmado, eis que o movimento não é reflexivo e ele desfruta de uma felicidade intrínseca a si mesmo. A relação com a natureza, neste momento, é espontânea e irrefletida, assim como nos outros animais.

Por outro lado, no que tange à liberdade, de acordo com Renato Moscateli, é somente com a ativação das faculdades intelectuais e morais, fundamentada na perfectibilidade, que o homem se torna senhor de si mesmo (em um estado civil).⁶ Nesse estado ele é capaz de obedecer às regras que estatuiu para si, conforme firmado no *Contrato Social*.⁷ No artigo *A liberdade como conceito metafísico e jurídico em Rousseau* (2008), Renato Moscateli sustenta a tese de que

⁶ Sobre a perfectibilidade confira em ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 64-65.

⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Col. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 69-70.

a liberdade se torna possível, somente com a saída do estado de natureza. Ainda de acordo com ele, os sentidos do termo liberdade no pensamento do genebrino “ramificam-se em duas dimensões que não devem ser sobrepostas indiscriminadamente: uma metafísica, cujas implicações podem ser abstraídas a partir da leitura do *Segundo Discurso*, e outra jurídica, que é exposta nas páginas do *Contrato Social*” (MOSCATELI, 2008, p. 60).

As duas dimensões colocadas por Moscateli causam oposições: oposição metafísica (instinto *versus* liberdade) e oposição jurídica (liberdade natural *versus* liberdade civil). Na dimensão metafísica, em que o instinto se opõe à liberdade, o selvagem, vivendo de forma animalésca no estado de natureza, é guiado pelo instinto, de forma que o “amor-de-si (...) leva o homem a buscar sua autoconservação, de acordo com o impulso natural que orienta a todos os seres vivos” (MOSCATELI, 2008, p. 61)⁸. Vê-se que a liberdade aqui não é um instituto pelo qual o homem tem a capacidade de escolher. Pelo contrário, ele é movido através de uma escravidão ao instinto imposta pelo seu próprio estado de natureza. O que irá distingui-lo nesse momento, no qual vamos discutir mais à frente, é o “dom da perfectibilidade, que permite o desenvolvimento das capacidades intelectuais humanas para muito além de sua condição original” (MOSCATELI, 2008, p. 63).

Na dimensão jurídica, o embate é entre a liberdade natural e a liberdade civil. Com a transformação intelectual do homem, o instinto e o impulso físico são substituídos pelo direito. Vê-se a saída de um estado de independência (estado de natureza) para um estado social onde é possível a manifestação da liberdade.⁹

Também Salinas Fortes, destaca o sentido metafísico da liberdade presente no *Segundo Discurso*, que é inato ao homem. Segundo ele, “já no *Discurso* essa qualidade aparece como um atributo humano por excelência” (FORTES, 1989, p. 55).

Nesse passo, de aprimoramento, o homem se volta ao seu interior e

⁸ Sentimento natural que leva ao zelo da própria conservação (ROUSSEAU, 2000, p. 66).

⁹ Para uma leitura com mais profundidade sobre o tema, segue a referência: MOSCATELI, Renato. A liberdade como conceito metafísico e jurídico em Rousseau. In: **Princípios**, v.15, nº24, Natal: UFRN, 2008. p. 59-79.

tem a capacidade de medir suas dimensões. Ao mesmo passo que esse é um olhar para dentro, há um sentimento de organização ao seu entorno, de modo que, o sentimento de pureza e essencialidade interna transcenda para uma dimensão maior em que haja uma harmonia com o ambiente natural, ou natureza exterior (ROUSSEAU, 2000, p. 65).

O meio externo torna-se fundamental para que o homem desenvolva a perfectibilidade e as virtudes sociais. Sem esse elemento externo, tais faculdades não se desenvolveriam por si só próprias (ROUSSEAU, 2000, p. 84). A essa característica do homem, no que tange à sua liberdade e consciência, Espíndola deixa claro que:

Depreende-se da escrita de Rousseau que o homem aprimora seu dom natural na medida em que interage com o meio externo. Tal qualidade de livre agente revela-se como a sua potência mais forte, dispensando-o da necessidade, num primeiro momento, de começar a desenvolver sua potência intelectual. Afeito à sua conservação, ele, ao tomar consciência de sua liberdade, tem as diretivas, ao atritar ou encontra-se com algo fora dele, para escolher e seguir o seu caminho, pautando-se pelo que é mais recomendável. Precisa haver o que motive, portanto, a tomada de consciência de sua liberdade (ESPINDOLA, 2019, p. 118).

Vê-se que o meio externo é um balizador para o homem que tem a liberdade de escolha para seguir o seu caminho. Ele é um agente livre que guarda uma forte potência imanada por sua natureza única, ao passo que, na medida em que toma consciência de suas funções, tem o poder de escolha. Sobretudo, esse é um importante destaque sobre a força que a natureza conserva ao homem e o poder que lhe faz servir no momento de consciência. Claro que essa tomada de consciência se dá, por vezes, através de atritos e no encontro com o objeto externo, onde ele se vê na faculdade de escolher.¹⁰

Faz-se de tal modo importante ainda destacar na citação de Espindola a ideia de que Rousseau afirma “que o homem aprimora seu dom natural conforme interage com o meio”. Ora vê-se que Rousseau guarda com muito zelo a aptidão natural que atribui aos homens, ao ponto de este ser um princípio de

¹⁰ Na *Profissão de fé*, o Vigário retrata a potência dessa liberdade de escolha ao falar sobre os abusos cometidos pelo homem nesse quesito (ROUSSEAU, 2014, p. 396).

aprimoramento em sua evolução como ser e mediante aquilo que lhe é externo. Por isso o tratado pedagógico *Emílio* pretende atribuir a educação consoante à natureza. Desenvolvendo assim, na criança, as faculdades que derivam da natureza, dos homens e dos objetos ao seu redor (ROUSSEAU, 2014, p. 9).

Também o filósofo E. H. Wright, que investigou cuidadosamente a obra de Rousseau no trabalho *The Meaning Of Rousseau*, diz que “a ideia de que o homem deve se aperfeiçoar por sua razão e em concordância com sua natureza percorre toda a obra de Rousseau e lhe confere uma unidade essencial” (WRIGHT, 1929, p. 32).

Wright, na mesma página (1929, p. 32), ainda ressalta que a expressão da natureza em Rousseau se materializa em vários outros aspectos e conceitos como a religião, a educação, a sociedade, e em tudo aquilo que se ligue à sua obra. Cassirer (1999, p. 24) complementa que “razão e consciência” podem andar juntas, pois são peças que compõem a natureza do homem.

Feitas essas primeiras considerações, passo a mencionar ao leitor, a maneira como o capítulo está organizado. Para o estudo deste capítulo, o texto se organiza em dois itens: o primeiro trata de explorar o homem no estado de natureza como forma de alargar o conceito de natureza antropológica em Rousseau, descrevendo o ambiente em que o Bom Selvagem vivia; o segundo observa o crescimento da criança e, na medida em que ela se desenvolve e se torna homem, também observa as descrições do ambiente que circunda a formação do jovem Emílio.

É perceptível que há uma continuidade evolutiva na construção do capítulo, uma vez que o primeiro item disserta sobre os meandros empregados por Rousseau para a constituição do homem natural. Fez valer a colocação deste tema inicial (estado de natureza), como falarei novamente um pouco mais à frente, o entendimento de que este seja um tema primordial para o arquétipo de homem natural construído pelo pensador, além de lançar bases para o bom seguimento e evolução do trabalho.

Já o segundo item do capítulo se destina ao desenvolvimento de Emílio, aqui já inserido aos ditames de uma ordem civil, mas que recebe a tutoria de

seu preceptor para que cresça conforme a sua natureza mais íntima, com o propósito de afastá-lo das grandes intempéries da sociedade.

Passadas estas primeiras informações sobre a constituição de cada item que compõe o Capítulo 1, passo a mencionar algumas obras principais que fundamentam cada parte do deste capítulo: o primeiro item tem a obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755) – primeira parte – como base, já o outro item, tem como fundamento o *Emílio, ou da educação* (1762), – Livros I, II e III – uma das principais obras do trabalho.

Antes de adentrarmos propriamente ao conteúdo do quadro sobre o ambiente natural do Bom Selvagem e do Emílio, façamos uma breve apresentação do conceito de estado de natureza e a sua importância na filosofia moderna.

A noção de estado de natureza remonta ao século XVII e serviu como base para que os filósofos sustentassem seus fundamentos de sociedade, conforme mencionado anteriormente. Vários são os pensadores e juristas da escola do direito natural, como por exemplo, Hobbes, Locke, Pufendorf, Burlamaqui, Wolff, Espinosa, além de Rousseau.

O estado de natureza para Rousseau é aquele que precisa ser considerado direto na sua origem, sem os vícios sociais e históricos (ROUSSEAU, 2000, p. 57). Um estado primitivo e originário da humanidade, sem as artificialidades que a sociedade impõe.

Para Robert Derathé, existem dois modos de afirmação do estado de natureza: oposição à vida civilizada, no qual o homem viveria isolado, longe de seus semelhantes; e o mais comum, o estado de natureza oposto à vida civil (DERATHÉ, 2009, p. 193-194). Nesse último sentido, é a constituição do estado de natureza sem as relações morais e sem subordinação alguma entre os indivíduos. Não há uma autoridade à qual eles se subordinam. De acordo com Derathé, “oposto ao estado civil, o estado de natureza não é, portanto, um estado de isolamento ou de solidão, mas somente um estado de independência.” (DERATHÉ, 2009, p. 194). Melhor dizendo então para Derathé (2009, p. 195), o estado de natureza é aquele que antecede a instituição do governo civil.

Nesse passo, a problemática para fundamentar o estado político se

confunde com a sua origem. Todas as hipóteses que levam à constituição da teoria contratual do Estado possuem, antes, uma ideia de estado de natureza. O que diferencia as ideias traçadas por cada filósofo moderno são as concepções que cada um tem sobre o estado de natureza, de modo a planejarem modelos diferentes, também, de contratos sociais (DERATHÉ, 2009, p. 200). Isso é bem retratado na seguinte passagem de Derathé:

É portanto incontestável que a teoria contratual é inseparável da hipótese do estado de natureza, e que esta conduzia necessariamente a ela. Isso não é tudo. Se todos os filósofos estão de acordo sobre o princípio da igualdade natural, eles têm contudo concepções diferentes a respeito da condição natural do homem, e essas divergências explicam os diferentes modos como eles formularam os próprios termos do contrato. Em cada um deles, a teoria do contrato depende estreitamente da ideia que eles tiveram do estado de natureza (DERATHÉ, 2009, p. 200).

Desse modo, vê-se a diversidade de ideias acerca do estado de natureza nos mais diversos autores daquele século, que implicaram em diferentes concepções de contratos estabelecidos por cada filósofo. Para Thomas Hobbes, por exemplo, o estado de natureza é um estado de guerra entre os homens, pelo qual é preferível submeter-se a um poder absoluto, a partir de um contrato social, a fim de que sejam estabelecidas a ordem e a estabilidade. De outro modo, para John Locke, os homens no estado de natureza devem seguir as obrigações da lei natural. Sendo assim, a lei civil, no pacto social, deve fortalecer as obrigações da lei natural, de modo que o Estado se incumba de proteger os direitos individuais (DERATHÉ, 2009, p. 200).

No que compete ao genebrino, a fórmula se repete, pois aquilo que ele sustenta no *Segundo Discurso*, acerca do estado de natureza, vincula-se à sua concepção de Estado (ROUSSEAU, 1999, p. 92). Dizer que o “homem natural só possui razão em potência e vive sem nenhuma relação moral com seus semelhantes”, serve de abrigo para a constituição de seu *Contrato Social* (DERATHÉ, 2009, p. 201). Nesse sentido, Derathé conclui que o “primeiro livro do *Contrato Social* permanece indecifrável àquele que não tem no espírito a primeira parte do *Discurso sobre a desigualdade* e o “quadro do verdadeiro estado de natureza” (DERATHÉ, 2009, p. 202).

Nesse viés, destaca-se a importância que Rousseau dá ao descrever o estado de natureza e a opor o homem natural ao civil, a fim de identificar os elementos fundamentais de toda a constituição humana e social.

1.1 O HOMEM NO ESTADO DE NATUREZA ROUSSEAUNIANO

De acordo com o pensamento do filósofo genebrino do século XVIII, a essência do homem pode ser encontrada exatamente se nos voltarmos para os primórdios da humanidade, no qual o homem desfrutava de uma relação direta com a natureza, sem estabelecer relações sociais. O homem desfrutava puramente da vida em um estado animalesco, puro e primitivo (ROUSSEAU, 2000, p. 52). Aqui, a imagem de Rousseau é ligada fortemente a um indivíduo que é “amante da natureza, do admirador do bom selvagem, do nostálgico de um estado primitivo ou natural em que a corrupção não existia” (LARRÈRE, 2013, p. 13).

Em um segundo plano, “com a saída do homem do estado puro de natureza, as suas faculdades distintivas – liberdade e perfectibilidade – se tornam realmente ativas” (ROUSSEAU, 2000, p. 65)¹¹. A interação com meio e com o auxílio de várias circunstâncias representadas com mais vigor na vida social ativam de fato tais faculdades. A esse respeito, Robert Derathé, em seu texto intitulado *L’homme selon Rousseau*, afirma que “a natureza humana só pode manifestar todas as suas virtualidades com a vida social” (DERATHÉ, 1984, p. 112). Esta concepção *rousseauuniana* de natureza, conforme já dito, será largamente lembrada nas obras posteriores de Rousseau. O que podemos perceber claramente no *Emílio*, principalmente no *Livro I* (ROUSSEAU, 2014, p. 8-9). As obras posteriores ao *Segundo Discurso* “não ignoram os problemas da socialização, mas dão mais realce aos benefícios decorrentes dela”¹².

Para Rousseau, voltando-se ao estado essencial, em busca de uma essência, não houve filósofo que conseguisse chegar até o estado de natureza, pois transportavam ideias adquiridas em sociedade, em suma, falavam do homem

¹¹ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

¹² Idem nota de rodapé 11.

selvagem e descreviam o homem civil (ROUSSEAU, 1999, p. 52). Os homens selvagens não podem ser maus, precisamente por serem ignorantes a estes julgamentos e pela quietude das paixões que impede que os vícios proliferem. No estado originário, o mal não é um componente de sua estrutura e não existe o entendimento do que seja o bem e o mal (ROUSSEAU, 2000, p. 62-63). O mal é produzido pela história e a sociedade, ou seja, a essência humana continua boa. O problema da sociedade se encontra no homem em relação à história, que trabalha de modo inverso à natureza.

Com um olhar mais profundo, Rousseau interpreta no estado natural, uma condição animalesca de vida humana, onde tudo acontece de maneira bastante uniforme (ROUSSEAU, 2000, p. 63). Sua pretensão é que o homem reconheça o arquétipo estruturante na qual está envolto (natureza) e possua a sensibilidade necessária para viver em harmonia com ela. Percebe-se que neste momento, Rousseau deixa claro seu modo de pensar organicista, no sentido de unidade, que dá forma e conecta o homem com o todo.

Para ele (Rousseau), os males são frutos de um distanciamento do homem com sua essência natural (ROUSSEAU, 2000, p. 61). Nesse mesmo tom, Salinas Fortes explica que o fato de os homens tornarem-se maus não é um atributo de sua espécie (SALINAS FORTES, 1989, p. 32). E continua afirmando que esse distanciamento da essência provoca “uma degradação, uma degenerescência dessa natureza originária, em si mesma límpida e rica em potencialidades” (SALINAS FORTES, 1989, p. 32). Tendo o homem selvagem um temperamento robusto, a natureza é seu único instrumento de salvação, o que ele conhece e domina é a força e a agilidade de seu corpo que a necessidade lhe impõe e das quais a indústria o privou através das máquinas (ROUSSEAU, 2000, p. 65). Quando o genebrino expõe que a natureza é seu único instrumento de salvação, há um aspecto interior muito forte, mas, ao mesmo passo, remete ao externo no momento que se refere à força e agilidade de seu corpo frente à necessidade.

Segundo Rousseau (2000, p. 61), causamos mais males do que os remédios que a medicina pode nos fornecer. A história das doenças humanas se confunde com a das sociedades civis. No estado de natureza não há necessidade

de remédios e médicos, pois os selvagens quase não conhecem outras doenças senão as feridas e a velhice, eles têm a certeza absoluta de nada esperar além da natureza (ROUSSEAU, 2000, p. 62). A natureza fornece todos os subsídios e as necessidades de que o homem precisa para sua sobrevivência; a sua força, determinação e coragem já se encontram todas ali fixadas (ROUSSEAU, 1999, p. 62). Vejamos a fala do genebrino a respeito dos males:

(...) a maioria dos nossos males é obra nossa e que teríamos evitado quase todos se tivéssemos conservado a maneira simples, uniforme e solitária de viver prescrita pela natureza. Se ela nos destinou a sermos sãos, ousou quase assegurar que o estado de reflexão é um estado contrário à natureza e que o homem que medita é um animal depravado (ROUSSEAU, 1999, p. 61).

Rousseau faz uma análise sobre a maneira como a natureza “prescreve” o modo de viver do homem natural no estado originário. Já o estado em que ele adquire a reflexão, o autor considera ser contrário à natureza do selvagem. Mas em breve se verificará que o homem se diferenciará dos outros seres. Conforme veremos no capítulo 2, o mal faz parte da ordem histórica, no qual a ordem que a natureza se inclui não prescreve ao homem.

No ambiente do estado hipotético de natureza, os sentidos humanos se assemelham aos dos animais, o que os irá distinguir é a liberdade, qualidade do ser humano, a qual permite que o homem controle os seus desejos e escolha o que é melhor para si (ROUSSEAU, 2000, p. 64). Burgelin (1973, p. 227) também reforça a ideia de que a liberdade será o instrumento condutor das escolhas humanas. Neste sentido, o homem tem a seu favor a instituição da perfectibilidade, e a partir dela, desenvolve todas as outras faculdades (ROUSSEAU, 2000, p. 65). É na perfectibilidade, que se proporciona a capacidade de aperfeiçoar-se, mas também de degenerar-se (SALINAS FORTES, 1989, p. 55). Este último é o fator em que estará presente o gérmen da infelicidade dos homens que não conseguem parar de intervir na natureza com suas novas invenções. O surgimento de novas circunstâncias externas força os homens a alterar seu modo de preservação a fim de garantir a sua sobrevivência (ROUSSEAU, 2000, p. 88). Dessa forma, os caminhos para o estímulo da perfectibilidade são traçados, de modo que se institui a liberdade

como uma qualidade metafísica/espiritual¹³.

Na primeira parte do *Segundo Discurso*, Rousseau pretende mostrar as características do homem natural. Sua investigação não levará em conta a biologia, ou seja, os sucessivos desenvolvimentos da espécie humana, mas sim a antropologia, o que difere de Aristóteles (ROUSSEAU, 2000, p. 57). É importante ressaltar aqui, no que se refere aos “termos “biologia” e “antropologia”, que não são termos utilizados pelos filósofos – Rousseau e Aristóteles”, mas se faz uso deles dentro de um determinado contexto para explicar sobre certas características do homem natural. Naquele período, “a história natural se incumbia dos estudos sobre a anatomia de plantas e animais e, Rousseau teve Buffon como um de seus expoentes”¹⁴.

Rousseau afirma no *Segundo Discurso* que Aristóteles, introduzindo o método comparativo em biologia, busca salientar a analogia em que diferentes classes zoológicas aparentam órgãos cuja estrutura e aspectos exteriores são muito dessemelhantes. Por exemplo: o que é a mão para o homem, a pinça é para o crustáceo; o que a asa é para o pássaro, a barbatana o é para o peixe etc. (ROUSSEAU, 1999, p.57).

Segundo o pensador genebrino (1999, p. 58), que observa o homem tal como ele é constituído hoje, a anatomia humana progrediu muito pouco, mas que mesmo nessa condição o homem possui um conjunto que é mais vantajoso que os demais seres. Rousseau, citando Lucrecio, explica que “os primeiros humanos da Terra eram bem mais resistentes que os atuais” (ROUSSEAU, 1999, p. 58). O conjunto humano o eleva a outro patamar que o transborda até mesmo do homem selvagem relatado pelo genebrino. Desse modo, o homem civilizado passa a sobrepor o homem selvagem.

A teoria rousseuniana (2000, p. 59) sobre o estado de natureza do homem se opõe à teoria de Thomas Hobbes, que afirma que o estado de natureza é uma guerra do homem contra o homem (HOBBS, 2003, p. 109). Para ele, todos os indivíduos teriam direito a possuir tudo, gerando guerra e competição. Para colocar

¹³ Com apoio de anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

¹⁴ Idem nota de rodapé 13.

fim a isso ele, assim como Rousseau, o filósofo inglês propõe o contrato social. Rousseau (2000, p. 52), conforme dito anteriormente, alertava que vários filósofos daquele período falavam do homem selvagem, mas, verdadeiramente, descreviam o homem civil. Na perspectiva rousseauniana, é preciso ir além da história, além das convenções já formadas. De acordo com o genebrino (2000, p. 52), os filósofos tentaram chegar até o estado de natureza, mas lançaram sobre o homem ideias que somente eram possíveis na sociedade. Consideravam a lei natural como algo possível de ser racionalmente conhecido pelos homens já no estado de natureza.

Se para Hobbes os homens se degeneram em uma guerra geral de todos contra todos, para Locke e Pufendorf, e outros pensadores do direito natural, o estado de natureza se constitui de paz e assistência mútua (DERATHÉ, 2009, p. 200). Em que pese Rousseau considere o estado de natureza como um estado de paz, ele refuta todas as teorias, acusando os autores de utilizarem um método errôneo de análise (ROUSSEAU, 2000, p. 52). Segundo Derathé (2009, p. 203), “nenhum deles foi capaz de considerar a noção de perfectibilidade ou as modificações profundas que a vida em sociedade provoca na natureza do homem”. Trocaram o método genético, mobilizado por Rousseau, pelo analítico. Observaram os homens que tinham diante de seus olhos ao invés de concebê-lo como saído das “mãos da natureza”. Dessa forma, eles – filósofos – criaram para si uma “barreira” que os impediam de enxergar o verdadeiro estado de natureza.

Rousseau desperta, nesse sentido, um espírito inovador. O genebrino se lança a um horizonte mais distante de seus pares, para além de seu século. Para ele, tratar o homem natural de maneira isolada é a “pedra fundamental” para todas as consequências. Por isso, o olhar de Rousseau pretende ser mais acurado e profundo a tal questionamento. Nesse sentido, de acordo com Jean Starobinski:

A lei natural não é um enunciado exposto na língua da reflexão filosófica. Para ser ouvida e seguida, ela não requer nenhum saber. Não supõe, portanto, nenhuma linguagem prévia. Não poderia ser uma regra convencionada, um discurso apoiado em argumentos. Rousseau recusa a ideia de uma convenção, de um contrato, de que dependeria o teor da lei natural (STAROBINSKI, 2011, p. 411).

A lei natural não necessita de exposição através da linguagem filosófica, pois, na perspectiva de Rousseau, ela é inata ao homem natural, uma espécie de instinto moral presente em cada ser que o leva a preservação de sua espécie (ROUSSEAU, 2000, p. 70). Desse modo, não há o porquê de ser uma regra convencionada, ou seja, não há contrato para isso.

No estado de natureza rousseauiano, os homens vivem dispersos. Mas, tal característica não se aplica, necessariamente, aos outros animais. Logo se verificou que o homem selvagem ultrapassa os animais pela habilidade, pela destreza, mas que não os sobrepuja pela força (ROUSSEAU, 2000, p. 60). A sua relação com os animais varia entre a aceitação e recusa, fuga e combate, mas a natureza permite certa harmonia, onde o animal apenas guerreia para se defender ou por fome extrema.

Os males mais terríveis nos quais o homem natural se condiciona, sem encontrar meios de defesa, são chamados de enfermidades naturais, tais como: a infância, a velhice e as doenças. A infância e a velhice são comuns a todos os animais, já as doenças pertencem principalmente ao homem que vive em sociedade (ROUSSEAU, 1999, p. 60).

A fonte dos males, para o genebrino, seriam os excessos provocados pela vida em sociedade, excessos esses que produzem a desarmonia e o desequilíbrio do homem com a natureza. Sobre os numerosos males produzidos pelo homem, Rousseau diz o seguinte:

A extrema desigualdade na maneira de viver; o excesso de ociosidade de uns; o excesso de trabalho de outros; a facilidade de irritar e de satisfazer nossos apetites e nossa sensualidade; os alimentos muito rebuscados dos ricos, que os nutrem com sucos abrasadores e que determinam tantas indigestões; a má alimentação dos pobres, que frequentemente lhes falta e cuja carência faz que sobrecarreguem, quando possível, avidamente seu estômago; as vigílias, os excessos de toda sorte; os transportes imoderados de todas as paixões; as fadigas e o esgotamento do espírito, as tristezas e os trabalhos sem-número pelos quais se passa em todos os estados e pelos quais as almas são perpetuamente corroídas – são, todos, indícios funestos de que a maioria de nossos males é obra nossa e que teríamos evitado quase todos se tivéssemos conservado a maneira simples, uniforme e solitária de viver prescrita pela natureza (ROUSSEAU, 1999, p.61).

Desse modo, o genebrino denuncia os excessos humanos, causadores de todos os males possíveis e gerando as mais diversas desigualdades, que seriam evitadas se mantidas a forma simples e uniforme de viver. Eis o funesto contraste com tudo o que o ambiente natural fornece ao homem.

Segundo Rousseau (2000, p. 61), os males causados são maiores do que os procedimentos que a ciência pode nos oferecer a fim de curá-los ou amenizá-los. As sociedades civis carregam em seu cerne as doenças humanas, sem contrastes. Diferentemente, no estado de natureza, os métodos para a cura de enfermidades não são necessários, pois o selvagem tem a natureza a seu dispor, que a ele tudo oferece sem nada lhe cobrar. Tudo ali garante a sua subsistência e o conforto para o que necessita em sua vida. O ser sociável se torna escravo de si mesmo e debilita seu tempo. A esse respeito, Rousseau alerta:

Evitemos, pois, confundir o homem selvagem com os homens que temos diante de nossos olhos. (...) Tornando-se sociável e escravo, torna-se fraco, medroso e subserviente, e sua maneira de viver, frouxa e afeminada, acaba por debilitar ao mesmo tempo sua força e coragem (ROUSSEAU, 1999, p. 62).

Na formação dos selvagens, fatores como a nudez e a falta de moradia não se tornam obstáculos, baseando-se em seu princípio de conservação, o amor de si, que prende o homem a si mesmo (ROUSSEAU, 2000, p. 66). Princípio esse que concorre juntamente com a piedade para a conservação mútua de toda a espécie (ROUSSEAU, 2000, p. 78-79). Paiva (2021), sobre o amor de si, afirma que este “é o princípio pelo qual o homem se preocupa em preservar sua própria vida e assegurar seu bem-estar”. Ele sabe exatamente aquilo de que necessita, ele não busca a transformação do mundo. Convive bem com os animais e sabe que possui dois braços para atender suas necessidades e a própria defesa. Nas próprias palavras do pensador, “o primeiro a arranjar vestes e uma habitação ofereceu a si mesmo, desse modo, coisas pouco necessárias, pois tinha passado até então sem elas” (ROUSSEAU, 1999, p. 63). O atendimento às novas necessidades demonstra de modo gradativo o lançamento de novas luzes que modificarão as suas relações e, conseqüentemente, os fatores liberdade e moralidade.

No que tange à liberdade do homem natural, Rousseau comenta sobre a falta de consciência na alma humana, fazendo com que o espírito deprave os sentidos e a vontade “fale” mais alto, como podemos observar em sua citação:

Em cada animal vejo somente uma máquina engenhosa a que a natureza conferiu sentidos para recompor-se por si mesma e para defender-se, até certo ponto, de tudo quanto tende a destruí-la ou estragá-la. Percebo as mesmas coisas na máquina humana, com a diferença de tudo fazer sozinha a natureza nas operações do animal, enquanto o homem executa as suas como agente livre. Um escolhe ou rejeita por instinto, e o outro, por um ato de liberdade, razão porque o animal não pode desviar-se da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe fora vantajoso fazê-lo, e o homem, em seu prejuízo, frequentemente se afasta dela. Assim, um pombo morreria de fome perto de um prato cheio das melhores carnes e um gato sobre um monte de frutas ou de sementes, embora tanto um quanto outro pudessem alimentar-se muito bem com o alimento que desdenham, se fosse atilado para tentá-lo; assim, os homens dissolutos se entregam a excessos que lhes causam febre e morte, porque o espírito deprava os sentidos e a vontade ainda fala quando a natureza se cala (ROUSSEAU, 1999, p.64).

A consciência, que será mais bem apresentada no capítulo seguinte, é fator fundamental para o homem como agente livre, detentor dos poderes de escolhas que a liberdade lhe oferece. A consciência permite ao homem conhecer sua natureza e os resultados de suas ações, que são a base de sua ação independente e livre.

A natureza comanda todos os seres (homens e animais), mas o homem considera-se livre para concordar ou resistir, é nesse processo de conscientização da liberdade que o espírito de sua alma se apresenta. Rousseau afirma que no poder de escolha, e no sentimento desse poder, só se encontram atos puramente espirituais que não podem ser explicados pelas leis da mecânica (ROUSSEAU, 1999, p. 64).

A qualidade específica que distingue perfeitamente o homem do animal, conforme mencionamos anteriormente, é a faculdade de aperfeiçoar-se (perfectibilidade) que se desenvolve tanto na espécie quanto no indivíduo, o que difere do animal que será o mesmo por toda a sua vida e espécie (ROUSSEAU, 2000, p. 64-65). As percepções e os desejos são os primeiros fatores que delineiam sua vida e sua alma até que novas circunstâncias determinem novos

desenvolvimentos. Nesta direção, cabe destacar o relato de Ernst Cassirer:

Os seres humanos não permanecem para sempre em seu estado primitivo, mas ambicionam superá-lo; não se satisfazem com a extensão e o tipo de existência que receberam de imediato da natureza, e não desistem antes de terem criado e construído uma nova forma própria de existência. Contudo, renunciando desse modo à condução da natureza, eles se entregam à proteção dela e a todos os benefícios com os quais ela originalmente os presenteou. Eles se vêem lançados num caminho sem fim e expostos a todos os perigos nele existentes. E especialmente em seus primeiros escritos, Rousseau não se cansa de ilustrar esses perigos. É da “perfectibilidade” que brota toda inteligência do homem, mas também todos os seus erros; que brotam as suas virtudes, mas também os seus vícios. Ela parece elevá-lo acima da natureza, mas torna-o ao mesmo tempo um tirano da natureza e de si mesmo, Entretanto, não podemos renunciar a ela, pois a marcha da natureza humana não se deixa deter: *“la nature humaine ne retrograde pas”*¹⁵ (CASSIRER, 1999, p. 100).

Os homens no estado civil se veem ambicionados a buscar novos elementos, formas e componentes para a sua vida, de maneira a delinear a sua trajetória existencial. Esse caminho traçado por meio da perfectibilidade propicia muitos avanços, mas também vícios. O homem se vê com o poder de escolha, cabem a ele as virtudes ou os vícios (ROUSSEAU, 2000, p. 65).

De outro modo, no estado de natureza, as paixões se devem à capacidade de entendimento humano, pois segundo Rousseau, apenas buscamos conhecimentos porque temos desejos e/ou temores, movidos pelo impulso da natureza. (ROUSSEAU, 2000, p. 66). No estado de natureza, essa força vívida alimenta as necessidades que o selvagem tem para viver. O entendimento humano, neste estado natural, respeita as limitações impostas ao homem natural. Somente após conhecer sobre a morte é que surgem as primeiras aquisições do distanciamento de sua condição. Acerca desse assunto, sobre os limites impostos ao selvagem no estado de natureza, o pensador afirma:

As paixões, por sua vez, encontram sua origem em nossas necessidades e seu progresso em nossos conhecimentos, pois só se pode desejar ou temer as coisas segundo as ideias que delas se possa fazer ou pelo simples impulso da natureza; o homem selvagem, privado de toda espécie de luzes, só experimenta as paixões desta última espécie, não ultrapassando, pois, seus desejos a suas necessidades físicas. Os únicos bens que conhece no

¹⁵ Tradução: “a natureza humana não retrocede”.

universo são alimentação, uma fêmea e o repouso; os únicos males que teme, a dor e a fome. Digo a dor e não a morte, pois jamais o animal saberá o que é morrer, sendo o conhecimento da morte e de seus terrores uma das primeiras aquisições feitas pelo homem ao distanciar-se da condição animal (ROUSSEAU, 1999, p. 66).

O homem natural se vê condicionado às paixões que o levam a atender às suas necessidades, “sua imaginação nada lhe descreve, o coração nada lhe pede” (ROUSSEAU, 1999, p. 66), e estão longe do grau de conhecimento necessário para querer outros maiores. As paixões são o principal meio de conservação do selvagem, e tentar alterá-las é modificar a natureza ou até mesmo destruí-la.

O homem natural, esparso entre as florestas e os animais, não poderia conhecer progresso algum. Não sai de si mesmo, nem do instante, vive no imediato (ROUSSEAU, 2000, p. 81). De maneira geral, é o estado primitivo-hipotético que resulta de toda essa condição. Um estado em sua mais perfeita condição original, sem que haja o desenvolvimento de grupos sociais, ciência, artes, linguagem, raciocínio, etc., por parte do homem. Nesse cenário, Pissarra (1996, p. 17) tenta definir esse homem como “livre dos limites geográficos, sem nacionalidade, universal: “o bom selvagem” de que Rousseau falará nos seus textos, e que tem seu correspondente no homem ideal e sem nacionalidade que Condillac descrevia, isto é, o homem da natureza”.

Ao pensar no homem enquanto “homem natural”, o genebrino destaca o fato de que por mais que sejamos “evoluídos”, ainda somos parte da natureza e distanciar-se disso tem implicações graves tanto para o próprio homem quanto para a natureza.

Aquilo que destrói e corrompe o ser, pode ser algo estranho à sua natureza, que surge como um fator exterior em sua essência, de maneira que pode ter o condão de alterar os rumos de seu modo de ser e sua vida. Claro que essa premissa “não necessariamente é um paradigma absoluto, pois se refletirmos sobre os seres naturais, veremos que eles possuem um ciclo de vida limitado, pois seus corpos envelhecem e se deterioram com o passar do tempo, mesmo sem a

interferência de algum fator externo nocivo” (ROUSSEAU, 2000, p. 60)¹⁶. Em uma interessante passagem no *Emílio*, o genebrino explica melhor sobre a paixão natural:

A fonte de nossas paixões, a origem e o princípio de todas as outras, a única que nasce com o homem e nunca o abandona enquanto ele vive é o amor de si; paixão primitiva, inata, anterior a todas as outras e de que todas as outras não passam, em certo sentido, de modificações. Neste sentido, todas, se quisermos, são naturais. Mas a maior parte dessas modificações tem causas estranhas, sem as quais elas jamais ocorreriam; e essas mesmas modificações, longe de nos serem vantajosas, são-nos nocivas; mudam o primeiro objeto e vão contra seu princípio; é então que o homem vê-se fora da natureza e põe-se em contradição consigo mesmo (ROUSSEAU, 2014, p. 288).

Através do citado, é possível observar a importância do amor de si como uma paixão originária. O amor de si, conceito fundamental no pensamento de Rousseau, “se trata da paixão natural que leva o homem a buscar o seu bem-estar, de modo que, no selvagem, ele faz com que procure a autopreservação” (ROUSSEAU, 2000, p. 66)¹⁷. O sentimento do amor de si se liga ao aspecto de bondade em harmonia com a ordem e a neutralidade do sentido moral, como bem explica Cláudio Dalbosco: “Como natural, o sentimento do amor de si é o sentimento de uma bondade de acordo com a ordem, mas, tratando-se de uma bondade natural, coloca-se aquém das noções de bem e mal no sentido moral” (DALBOSCO, 2016, p. 61).

Ele (homem natural) vive de forma “ingênua”, em um mundo amoral ou pré-moral, o bem e o mal não existem para sua consciência, de modo que não há conflito (ROUSSEAU, 2000, p. 75). O perfeito equilíbrio se encontra na harmonia com o seu ser, ele não se opõe a nada, nem a ele mesmo. Conforme sinaliza Bezerra (2012, p. 66), “tal equilíbrio é instrumentalizado através da transparência, que é uma característica do homem natural que preserva sua natureza e não possui nenhum obstáculo perante a exterioridade”. Ele não conhece o trabalho e a reflexão.

O selvagem é autossuficiente e satisfaz suas necessidades sem grandes sacrifícios, por isso não sente grandes angústias, a sua vida é coerente com o espetáculo da natureza. A natureza habitada pelo selvagem é virgem, e isso de

¹⁶ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

¹⁷ Idem nota de rodapé 16.

certa forma afirma a premissa fundamental da bondade da natureza humana. O homem aqui não conhece o que é o bem ou mal, pois conforme dito na citação acima, a sua consciência é limitada. Na *Carta a Christophe de Beaumont*, (Oeuvres complètes, T. IV. p. 935), ele é enfático: “O princípio fundamental de toda moral, é que o homem é um ser naturalmente bom”. No coração do selvagem não há perversão e os seus sentimentos limitam-se àqueles de sua existência. O espetáculo que a natureza apresenta é a sua “casa”, seu “lar”, de modo que nada se altera, tudo é bastante uniforme como o próprio Rousseau comenta:

O espetáculo da natureza, por muito familiar, torna-se-lhe indiferente; é sempre a mesma ordem, são sempre as mesmas revoluções; não possui espírito para espantar-se com as maiores maravilhas e não é nele que se deve procurar a filosofia de que o homem tem necessidade para saber observar por uma vez o que sempre viu. Sua alma, que nada agita, entrega-se unicamente ao sentimento da existência atual sem nenhuma ideia do futuro, ainda que próximo, e seus projetos, limitados como suas vistas, dificilmente se estendem até o fim do dia (ROUSSEAU, 1999, p. 67).

O citado é representativo no que se refere ao ambiente natural uniforme em que o selvagem estava inserido. Ele possui caráter passivo frente à uniformidade que o espetáculo e as maravilhas da natureza lhe proporcionam. Seu espírito ainda não possui o condão para despertar para grandes espantos e o sentimento único é o da existência imediata sem as preocupações com o futuro.

A bondade natural, qualidade humana inata, manifesta-se como característica essencial desse homem selvagem, que garante a sua própria preservação, o amor de si mesmo, uma espécie de sentimento interior de autossuficiência, e até mesmo com reflexos a piedade (ROUSSEAU, 2000, p. 78). Cabe dizer que a bondade aqui tem o sentido de ausência do mal, numa direção de neutralidade, afastada da influência moral. Vale ressaltar ainda, algumas informações necessárias, no que se refere aos conceitos de amor de si e amor próprio. Rousseau classifica o primeiro como um princípio bom e o segundo com uma tendência negativa no *Segundo Discurso*. Na obra de 1755, “essa paixão fora apresentada como um resultado nocivo da existência em sociedade, pois nasceu das comparações entre indivíduos e fez com que eles buscassem a estima alheia,

que vivessem a partir do olhar dos outros, dando-se assim margem ao reino das aparências e a diversas outras paixões relativas, tais como o orgulho, a inveja e o ódio (ROUSSEAU, 2000, p. 97). Também, tal entendimento surge em alguns momentos do *Emílio*, mas não é a única abordagem dada ao amor-próprio na obra¹⁸. Para Bloom (1993, p. 52), o amor próprio representa “uma faca de dois gumes”, pois é um elemento que fomenta tanto a desagregação entre as pessoas, quanto a agregação por excelência. Desse modo, este é um tema, amor-próprio, que merece análises mais pormenorizadas na obra de Rousseau.¹⁹

A partir da bondade natural, essa determinação ontológica que dá qualidade ao ser, dá-se o fundamento até para que o homem natural possa viver em sociedade, como é o caso de Emílio. De acordo com Wilson Alves de Paiva (2021)²⁰, “a teoria da bondade natural evidencia a contradição da sociedade e isenta a natureza humana do pressuposto da maldade original. Eis aqui o cerne da filosofia de Rousseau e o pressuposto educativo de Emílio”.

Sob a égide da bondade natural, Rousseau retoma certas ideias e as recoloca ao longo de suas obras com fundamento em tal princípio, de modo que o quadro que se observa é de harmonia com a natureza, principalmente naqueles que mencionam o estado de natureza.²¹ A bondade natural do homem não guarda potencialidades negativas, tais como inveja, ódio, ressentimento, etc. É uma potência inata que predispõe o homem ao bem (ROUSSEAU, 2000, p. 78).

Inspirado no *Ensaio sobre a Origem dos Conhecimentos Humanos*²² (1746) de Condillac, Jean-Jacques Rousseau é bastante orientado pelas impressões

¹⁸ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

¹⁹ O livro *Condição humana e educação do amor-próprio em Jean-Jacques Rousseau* de Cláudio Almir Dalbosco tem como fio condutor a ambiguidade da teoria do amor-próprio, considerando as obras *Segundo Discurso* e *Emílio*. No primeiro, procura compreender o estado corrompido sob uma dupla perspectiva, relacionando a tensão entre o amor de si e o amor-próprio, de modo que este último predomine na sociabilidade. No segundo, a formação virtuosa do jovem Emílio é desenvolvida através da educabilidade do amor-próprio (DALBOSCO, 2016, p. 20).

²⁰ *Sob o carvalho: visões da natureza e do homem natural*, texto da Segunda Conferência do Ciclo de Conferências “A Estátua de Glauco: da degeneração e da reconfiguração do humano em Rousseau”, proferido no dia 11/03/2021.

²¹ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para a defesa da dissertação.

²² CONDILLAC, Étienne Bonnot de; *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos*. Organização, tradução e apresentação de Pedro Paulo Pimenta; posfácio de Fernão de Oliveira Salles. São Paulo: Editora Unesp Digital: 2018.

dos sentidos. Melhor explicando, “o genebrino construiu suas concepções sobre o ser humano dando ênfase ao modo como os diferentes sentidos contribuem para a relação dos indivíduos com os objetos que o cercam, bem como para a constituição da sensibilidade e do intelecto” (ROUSSEAU, 2014, p. 49)²³.

Entretanto, ele enfatiza que o homem vai se distanciando de seus principais sentidos (estado natural) na medida em que o conhecimento se prolifera, tornando-se hábil principalmente com o manejo dos instrumentos utilizados em seu trabalho, que em conjunto com o fazer instrumental, precede o desenvolvimento do juízo e da reflexão. Essa inspiração em Condillac é facilmente percebida no *Emílio*²⁴, onde Rousseau coloca seu personagem ascendendo passo a passo, do concreto ao abstrato, do sensorial ao intelectual. Eis uma aplicação pedagógica, com base no *Tratado das Sensações*²⁵ (1754) de Condillac, da imagem que vai sendo despertada para a vida através dos sentidos registrados nela, paripasso ao ambiente que circunda o homem.

Na visão rousseauniana do estado de natureza, esse progresso leva a uma perversão, conduzindo o homem para fora de si. A dimensão do homem é lançada para além de sua intelectualidade e experiência: é preciso observar o homem como um todo, como coração e sensibilidade moral.

O homem natural, vagando entre as florestas e os animais, não poderia conhecer progresso algum (ROUSSEAU, 2000, p. 81). Ele se encontra fora de todo agrupamento social, vive em uma simbiose com a natureza em um perfeito estado de inocência. Sem nenhum tipo de arte apreendida, ele não necessita de “mutilar” a floresta, pois não conhece nenhum tipo de artifício (ROUSSEAU, 2000, p. 82). Envolto em uma plena independência, o seu esforço é em preservar-se, e as paixões alimentam apenas seus desejos e necessidades físicas (ROUSSEAU, 2000, p. 66). Aliás, as paixões, neste momento, “vagamente” remetem a uma “tranquilidade da alma”, um fator que se aproxima do estoicismo, mas com a

²³ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

²⁴ No *Emílio*, o genebrino destaca as fontes de formação humana: natureza, homens e coisas, de modo que a educação das coisas constitui a apreensão dos sentidos na experiência dos objetos que afetam os homens (ROUSSEAU, 2014, p. 9).

²⁵ CONDILLAC, Étienne Bonnot de; *Tratado das sensações*. Tradução Denise Bottmann. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

diferença de que no selvagem, a tranquilidade decorre naturalmente de sua condição de existência. Enquanto, para os estoicos, a tranquilidade resulta de um esforço moral que o leva a não ser controlado pelos movimentos das paixões²⁶.

As carências com alimentação e abrigo são suportadas com aquilo que a natureza lhe oferece (ROUSSEAU, 2000, p. 58). Aqui é possível fazer uma análise sob outro ângulo e verificar que o genebrino não se refere apenas à interioridade. Existe um fator exterior no momento em que ele menciona sobre alimentação e abrigo. É essa relação entre o homem, a natureza e o seu exterior, que no estado originário conspira para que reine a estabilidade e a harmonia, e forneça o que o homem necessita. Espíndola afirma que:

Contando com esse suporte ímpar, e tendo suas faculdades desenvolvidas no sentido de sua conservação, o ser humano desfruta de uma vida tranquila, mantendo-se longe das preocupações que atormentam os civilizados (ESPÍNDOLA, 2019, p. 109).

A saída de uma vida tranquila e o conseqüente favorecimento às “luzes” só se dá como resultante de novas necessidades proporcionadas por situações relacionadas entre os homens (ROUSSEAU, 2000, p. 87). Tais necessidades revelam a “quebra” da harmonia e da ordem estabelecida pela natureza, ocasionando, assim, as intervenções da sociedade que são propiciadas por um novo sentimento advindo das novas paixões (ROUSSEAU, 2000, p. 88-89). Vale destacar que a piedade e o amor de si são as duas paixões naturais, pertencentes ao homem.

A piedade, princípio que Hobbes não atribui papel relevante nas ações humanas no estado de natureza, é um sentimento do homem natural que repugna ver sofrer seu semelhante, sendo um movimento puro da natureza: “A natureza, dando-lhe lágrimas, reconhece que deu ao gênero humano corações muito ternos.” (ROUSSEAU, 1999, p.77). Através do sentimento da piedade, o homem pode alcançar comportamentos e atitudes que representam clemência, generosidade e cooperação. Em uma bela passagem do *Segundo Discurso*, Rousseau retrata o sentido da piedade no coração humano:

²⁶ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

(...) disposição conveniente a seres tão fracos e sujeitos a tantos males como o somos; virtude tanto mais universal e tanto mais útil ao homem quando nele precede o uso de qualquer reflexão, e tão natural que as próprias bestas às vezes são dela alguns sinais perceptíveis. Sem falar da ternura das mães pelos filhinhos e dos perigos que enfrentam para garanti-los, comumente se observa a repugnância que têm os cavalos de pisar num ser vivo. Um animal não passa sem inquietação ao lado de um animal morto de sua espécie; há até alguns que lhes dão uma espécie de sepultura, e os mugidos tristes do gado entrando no matadouro exprimem a impressão que tem do horrível espetáculo que o impressiona (ROUSSEAU, 1999, p. 77).

O que seria dos homens se a natureza não lhes tivesse conferido a piedade? Como a razão seria apoiada? Com efeito, o que são a generosidade, a clemência e a humanidade sem a aplicação da piedade? No entanto, essa relação se torna mais íntima no estado de natureza do que no estado de raciocínio.

Ainda sobre a piedade, Rousseau diz que é um movimento da natureza, anterior a qualquer reflexão²⁷, que, em conjunto com o amor de si e as outras características que definem o homem em sua condição original, significa a bondade original da natureza humana (corrompida pela sociedade). A piedade torna-se muito mais forte no estado natural, no qual a identificação com os infelizes é espontânea. Para Ernst Cassirer, este sentimento fortemente ligado ao homem natural, está fundamentado na imaginação:²⁸

(...) o homem natural também é capaz de sentir compaixão, mas esta mesma compaixão não tem suas raízes numa qualidade qualquer originariamente “ética” de sua vontade, mas apenas uma dádiva da fantasia. Por natureza, o homem possui a capacidade de imaginar-se no ser e na sensibilidade do outro e esta aptidão para a “empatia” faz que ele sinta até certo grau o sofrimento do outro como se fosse o seu (CASSIRER, 1999, p. 97).

A manifestação desse sentimento natural faz com que o indivíduo que

²⁷ Rousseau, 2000, p. 77.

²⁸ Renato Moscateli, nas anotações para o exame de qualificação, destaca que a relação entre piedade e imaginação é complexa, e necessita de maiores averiguações: “no *Segundo Discurso*, não é feita essa associação, pois a piedade aparece como “movimento puro da natureza, anterior a qualquer reflexão”, e a imaginação não é uma faculdade ativa no selvagem. Por outro lado, no *Ensaio sobre a origem das línguas*, precisamente no capítulo 9, o pensador conecta a piedade à imaginação e à reflexão de um modo distinto do que havia feito antes. Também a ideia surge no livro IV do *Emílio*”.

experimenta o amor de si mesmo também concorra para a conservação mútua de toda a espécie. Sem (ainda) a necessidade de travar relações de auxílio mútuo, o amor de si e a piedade são impulsos naturais que não geram virtudes morais (ROUSSEAU, 2000, p. 66). Os selvagens não se sujeitavam a disputas perigosas, e tais impulsos naturais tinham o papel de levá-los a não fazer mal a outrem, do que propriamente conduzi-los a fazer o bem.

Conforme já dito, o homem selvagem, sujeito a poucas paixões, bastava-se com os sentimentos e luzes próprios desse estado (natural). O selvagem limitava-se às barreiras de seu instinto, pois no estado originário a sua sensibilidade é comum com todos os animais (ROUSSEAU, 2000, 65). Desse modo, pautava-se apenas em suas verdadeiras necessidades sem deixar de fazer com que sua inteligência progredisse mais do que sua vaidade. Se acontecesse o contrário ele seria incapaz de comunicá-lo, ou seja, a arte pereceria com o inventor, e mais ainda, a grosseria das primeiras épocas continuaria a fazer do homem sempre uma criança. Neste cenário, a vida simples é o que regava a forma como o homem conduzia sua vida. A construção de artifícios úteis era limitada a poucos manejos (ROUSSEAU, 2000, p. 82).

A natureza lhe concebia mecanismos de defesa sem lhe exigir muito para manter sua conservação e integridade. Os socorros necessários eram produzidos pela própria terra, a fim de manter a subsistência humana, instrumentalizada pelo instinto (ROUSSEAU, 2000, p. 87). Este instinto era o senhor de seu modo de viver, apenas isso lhe bastava. Mas, para a conseqüente vida em sociedade, era preciso algo mais, sendo necessária a razão como instrumento de ambientação ao meio social.

Neste diapasão, a distinção entre os homens da sociedade irá se caracterizar por força dos costumes adotados na vida de cada um tendo como instrumento a razão (ROUSSEAU, 2000, p. 84). Na análise rousseauiana, posteriormente, um dos principais laços de propensão à desigualdade está na instituição da propriedade, levando os homens a se corromperem, serem maus (ROUSSEAU, 2000, 87).

Portanto, o homem natural recebera a perfectibilidade, as virtudes

sociais e outras faculdades que em seu estado primitivo não se desenvolveriam da mesma forma, tendo que se relacionar com causas estranhas propensas ao estado social. Os diversos elementos externos com que ele tem contato o conduzem a desenvolver a atividade intelectual.

As modificações que ocorreram no ambiente em que vivia o selvagem o forçaram a buscar outros modos de garantir sua preservação e estimular cada vez mais a perfectibilidade. Dessa forma, as relações entre o homem e o seu exterior, ambiente natural, mudam completamente. Surgem novos obstáculos e ele percebe que pode dominar e combater, quando necessário.

Em uma importante passagem do *Segundo Discurso*, Rousseau exprime bem essas modificações com o meio ambiente que circundava o selvagem:

À medida que aumentou o gênero humano, os trabalhos se multiplicaram com os homens. A diferença das terras, dos climas, das estações pôde forçá-los a incluí-la na sua própria maneira de viver. Anos estéreis, invernos longos e rudes, verões escaldantes, que tudo consomem, exigiram deles uma nova indústria. À margem do mar e do rio, inventaram a linha e o anzol, e se tornaram pescadores e ictiófagos. Nas florestas, construíram arcos e flechas, e se tornaram caçadores e guerreiros. Nas regiões frias, cobriam-se com as peles dos animais que tinham matado. O trovão, um vulcão ou qualquer acaso feliz fez com que conhecessem o fogo, novo recurso contra os rigores do inverno; aprenderam a conservar esse elemento, depois a reproduzi-lo e, por fim, a preparar as carnes que antes devoravam cruas (ROUSSEAU, 2000, p. 88).

Portanto, as modificações que ocorreram não se constituíram apenas no âmbito das relações sociais entre os homens, mas também os fatores geológicos contribuíram para essa mudança de paradigma e, conseqüentemente, apropriação de novos bens e atividades por parte do selvagem.

Observa-se, assim, que a humanidade abandonou o estado natural para gradativamente transformar-se em homem artificial com suas paixões fictícias desligando-se da natureza. As ligações com seus semelhantes passam a ocorrer através de novas relações, consubstanciadas a partir de fatos que extrapolam aquele antes limitado a um ambiente modesto e simples (ROUSSEAU, 2000, p. 88). Assim, diante dessa natureza, faz-se necessária a saída da mera passividade para uma nova concepção e antecipação de ordem moral (CASSIRER, 1999, p. 102).

Rousseau tratou de conhecer a natureza humana para encontrar um princípio capaz de julgar os caminhos dos homens e dos próprios homens: a busca da origem leva ao encontro com sua pureza anterior. Rousseau pretende dar uma imagem do estado natural, que é completamente oposta à sociedade já civilizada, para que a transição do primeiro estágio²⁹ para o segundo possa ser claramente traçada. O estado original da natureza não é aquele encontrado no homem social. Assim, a história se opõe ao estado de natureza (PISSARRA, 2002, p. 46).

De certo modo, a ordem da natureza começa a “balançar”. Um novo modelo de se relacionar passa a ser desenvolvido entre os homens, aquele baseado no interesse. Ainda assim, o processo que envolve as primeiras necessidades, aquele decorrente da evolução natural do homem e seus progressos, continha ainda resquícios da bondade original e compaixão como elementos legitimadores dos primeiros agrupamentos. No *Segundo Discurso*, Rousseau já antecipa as primeiras mudanças de valores e comportamentos:

Logo o homem deixou de adormecer embaixo da primeira árvore, ou de recolher-se a cavernas, descobriu alguns tipos de machados de pedras duras e cortantes, que serviram para cortar madeira, escavar a terra e fazer choupanas de ramagens, que depois tiveram a ideia de revestir de argila e lama (ROUSSEAU, 1999, p. 207).

A partir dos primeiros progressos, o homem natural se vê a um passo das relações que surgiriam adiante: as relações sociais. Consequentemente, a partir daí, se inicia a fonte de todo o mal, injustiça e desigualdade: “Homem, não procures mais o autor do mal; és tu mesmo esse autor” (ROUSSEAU, 1973, p. 320).

O grande problema é precisamente no momento em que o homem percebe que pode ir além de suas fronteiras e desenvolver coisas que até então não

²⁹ No livro introdutório *Rousseau: o bom selvagem*, Salinas Fortes (1989, págs. 60-64) destaca algumas etapas que são realizadas na transição do estado de natureza para o estado civilizatório. São elas: estado de natureza histórico – remete às primeiras dificuldades do homem e suas ações para vencê-las; a construção de cabanas – trata-se de uma revolução técnica, através da construção de suas primeiras moradias também criam-se as famílias; a sociedade começada – caracterizada pelas reuniões familiares e circunstâncias fortuitas, surge o termo juventude do mundo, uma espécie de meio termo entre o estado primitivo e o início dos desenvolvimentos do amor próprio; ferro e trigo – eis uma revolução tecnológica com a invenção da agricultura e metalurgia; estado de guerra – ameaça da sobrevivência da humanidade; pacto social – acordo com o objetivo de respeitar leis e regulamentos; estado de civilização – instituição da sociedade.

faziam parte de seu universo simples e “divinizado”. A atenuação da virtude concede ao homem, cada vez mais a busca pelo saber, de modo que gradativamente o homem puro, simples e sensível se esvai, por fim, consolidando-se o desaparecimento (ESPÍNDOLA, 2021, p. 1.150).

Então, um universo de significados passa a fazer parte de todas as relações que envolvem o homem. Nesse sentido, Wilson Paiva nos explica:

Das primeiras representações sígnicas, como o uso da linguagem para representar os pensamentos, e da escrita para representar a expressão oral, passando pela própria *pitié* como faculdade representadora, o homem cria símbolos representativos para todas as situações, inclusive para si mesmo e provoca uma condição de dualismo entre sua condição real, concreta e autêntica enquanto homem, e uma condição fictícia, ilusória e inautêntica. É quando o homem põe a máscara e deixa que apenas os símbolos, ou seja, os signos representativos tomem conta da cena, do palco e de todo o teatro, tornando-se o homem do homem (PAIVA, 2021).

Os significados para o homem surgem através de um percurso, conforme explica Paiva acima, seja pelo uso da linguagem, escrita ou o sentimento da piedade possuem simbolismo para cada período. A conseqüente causa é o dualismo entre o real e concreto do homem para outra realidade inautêntica. A liberdade e a perfectibilidade proporcionam essa mudança de modo que o homem procura cada vez mais novas relações.

A saída de um universo sensitivo, através da faculdade de aperfeiçoar-se, representa para o homem natural originário, o acesso ao universo de relações morais e, conseqüentemente, de depravações. Mas esse é um tempo que não volta mais. Imaginar a saída de um estado plenamente simples e originário exige um novo entendimento no sentido de uma reconfiguração desse homem que agora vive em sociedade (ROUSSEAU, 2000, p. 93). A unidade desempenhada pela natureza no estado originário cumpria um papel como se fosse a própria providência, o desabono se dá quando o homem passa a controlar os atos na sociedade.

Nesse viés, a solução pode ocorrer através de uma formação que evidencie o resgate da essência humana, mesmo em outra configuração de estado. A ideia do resgate humano é pedagógica e, então, Emílio surge com o ideal de uma aproximação às condições naturais em um processo gradual de educação,

conduzido através da figura de seu preceptor. Processo esse que veremos com mais afinco no próximo tópico, destinado ao desenvolvimento de Emílio. Nesse ponto, vale mencionar, ainda, que Rousseau, bem antes de escrever o *Emílio*, já desenvolvera o ideal sobre o homem simples, do campo, com a sua ópera, de 1752, *O Adivinho da Aldeia*. Nela, o genebrino destaca a vivência simples do camponês.

Voltando ao *Segundo Discurso*, de modo geral, Rousseau traça as origens do estado de natureza, e faz projeções que refletem sobre o ambiente envolto ao homem natural, que vive em conformidade e equilíbrio com a sua ordem natural, refletindo em uma organizada ambientação na relação entre o Cosmos e o homem. De acordo com Espíndola (2019, p. 100), “as passagens introdutórias do *Discurso sobre a desigualdade* revelam que Rousseau considera de extrema importância resgatar a natureza essencial do homem e apreender os alicerces e sustentáculos últimos da sociedade civilizada”.

Entretanto, cabe ressaltar que o estado de natureza rousseauiano é uma história hipotética, ou seja, um estado que provavelmente nunca existiu. Mas, independentemente da existência ou não desse estado, o que importa é que o autor abriu passagem para desenvolver, de forma poética, sua hipótese sobre o bom selvagem, além de dar forma ao ideal de igualdade pelo qual não existe subordinação entre os seres humanos³⁰ (ROUSSEAU, 2000, p. 26). Nesse sentido, como dito anteriormente, a tentativa seria de uma aproximação com a essência natural, daquilo que o homem se afastou.

Sobre o entendimento do estado hipotético de natureza em Rousseau, Gouhier (apud Espíndola, 2019, p. 102) esclarece:

Trata-se, pois de conhecer um estado dito de natureza que, praticamente, escapa à toda observação: ele não pode ser visto, já que ele não é o “estado presente”, nem previsto já que o “estado presente” não o projeta como um porvir provável, tampouco pode ser ressuscitado como uma lembrança, já que nada parece provar que ele tenha sido vivenciado outrora [...]. O estado de natureza não é nem um fato presente, nem um fato futuro, nem um fato passado [...]. O estado de natureza que se apresenta pelo conhecimento do homem requer “noções justas” e não está nem diante de nós nem atrás de nós; ele não pertence à série de fatos que, mesmo encobertos, tecem, tecerão ou teceram a realidade histórica: ele é, bem

³⁰ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para a defesa da dissertação.

simplesmente, extra-histórico. Como tal, ele não constrói um relato, mas constitui uma hipótese de trabalho.

Como visto, o estado hipotético de natureza não se faz presente em nenhum tempo histórico, ele simplesmente é. Constituído como uma hipótese de trabalho, ele tem o papel de delinear um ideal, um modelo para a qual as ideias supervenientes possam ser construídas. Para Pissarra, tal hipótese, abstrata, “é que irá ajudar o filósofo no conhecimento sobre um homem histórico e sobre sua ‘origem hipotética’, homem que em momento algum se confunde com os selvagens das sociedades primitivas” (PISSARRA, 2002, p. 50).

Todos os arquivos existentes sobre a origem da sociedade remontam a uma humanidade já evoluída e conduzida pelos movimentos da história (ROUSSEAU, 2000, p. 52). Os fatos pretendem nos prender à história, de modo que se torna “um domínio já afastado da origem. É preciso sair da história para ver nascer a história humana” (STAROBINSKI, 1991, p. 296-297). Sem a experiência acumulada, é preciso lançar-se em uma transformação traçada numa história hipotética. A origem torna-se o ponto mais profundo na subjetividade de Rousseau, apoiado em sua “intuição íntima e poética”. Afastados os preconceitos e as paixões humanas, “percebe-se um ser quase puramente sensitivo” e movido “por uma liberdade ainda sem uso” (STAROBINSKI, 1991, p. 296-297). Segundo Starobinski:

Para descobrir o homem da natureza e para tornar-se seu historiador, Rousseau não teve de remontar ao começo dos tempos: bastou-lhe pintar a si mesmo e reportar-se à sua própria intimidade, à sua própria natureza, em um movimento a uma só vez passivo e ativo, buscando-se a si mesmo, abandonando-se ao devaneio (STAROBINSKI, 1991, p. 30).

O trecho de Jean Starobinski revela a sensibilidade do autor genebrino que reforça o peso de sua própria intimidade em sua escrita, fato esse que exorta a personalidade única do filósofo. A verdade de sua biografia se exterioriza para o seu texto, o filósofo genebrino concede essa possibilidade (STAROBINSKI, 1991, p. 255-256).

Mais tarde, sob os escritos dos *Devaneios*, Rousseau, já em um ponto tardio de sua vida, busca o recôndito da solidão do campo, das ilhas e riachos, com

o desejo de enaltecer o espetáculo da natureza e observar as coisas mais simples (ROUSSEAU, 2017, p. 11). Talvez o homem sob o carvalho, o originário, não seja tão distinto do homem que busca o recôndito da natureza. O que difere aí, além da liberdade de escolha que a humanidade adquiriu, é a “própria escolha em ser um homem natural residindo os espaços do homem civil” (PAIVA, 2021).

Portanto, a partir da descrição feita até aqui (neste bloco), é possível observarmos, pela própria literatura rousseuniana, o elemento exterior contido no ambiente natural do homem primitivo. E vários são os exemplos quando o genebrino remete aos seguintes fatores: os sentidos que se assemelham aos animais, quando se refere à anatomia e estrutura do homem, a convivência com os animais, quando ressalta o homem vivendo esparsos entre as florestas, também a relação entre alimentação e abrigo, além, é claro, de quando cita os fatores e as modificações geológicas.

Passadas estas primeiras linhas sobre a constituição do bom selvagem, sobretudo com os fundamentos da Primeira Parte do *Segundo Discurso*, passamos a dissertar no próximo tópico sobre o desenvolvimento de *Emílio*. A perspectiva passa a ser discutir a relação do homem já envolto na sociedade tendo em vista a conciliação de natureza e cultura, sempre com um olhar atento à exterioridade que se revela ao personagem Emílio, imbuído pelas máximas rousseunianas de simplicidade e proximidade com a natureza.

1.2 O DESENVOLVIMENTO DE EMÍLIO

A obra *Emílio*, ou *Da educação*, publicada em 1762, descreve o processo formativo pedagógico do homem, com ênfase na conservação da bondade natural, mesmo sendo membro de uma sociedade corrompida. Desse modo, a obra expõe um sistema educativo que permite o homem natural conviver com essa sociedade. Nesse processo pedagógico, em busca de educar o homem ideal, três personagens principais fazem parte: o jovem Emílio, seu preceptor e Sofia, educada para se tornar a futura esposa de Emílio.

Nas *Cartas escritas da montanha*, especificamente a Carta 5,

Rousseau ressalta o objetivo da obra e a quem ela se dirige: “Trata-se de um novo sistema de educação, cujo plano submeto à análise dos sábios e não de um método para os pais e as mães, com o qual nunca sonhei. Se alguma vez, por meio de imagens bem comuns, pareço dirigir-lhes a palavra, é para me fazer melhor e entender, ou para me explicar com menos palavras” (ROUSSEAU, 2006, p. 284).

O ciclo proposto por Rousseau para a consecução de seu projeto pedagógico desenvolve-se a partir de algumas fases que atingem diretamente ao jovem Emílio: “idade da natureza” (bebê), esta fase inicial corresponde ao reconhecimento de sua ama e seu preceptor; “idade da natureza” (de 2 a 12 anos), corresponde à educação da sensibilidade, também intelectual e sensorial; “idade da força” (de 12 a 15 anos), corresponde à educação para o ofício do jovem Emílio; “idade da razão e das paixões” (de 15 a 20 anos), aborda a educação moral e religiosa; “idade da sabedoria e do casamento”, corresponde ao Emílio formado.³¹

Este ciclo é desenvolvido na escrita rousseuniana ao longo do texto que é dividido em cinco livros: os três primeiros são dedicados à infância e puberdade do jovem Emílio; o quarto livro é dedicado à sua adolescência, e o quinto refere-se à educação de Sofia, futura esposa de Emílio, além da vida doméstica e civil do jovem e sua formação política.

Após abordarmos o *Segundo Discurso* como principal fonte para o tópico anterior, e transferirmos essa “responsabilidade” para o *Emílio* neste tópico, cabe ressaltar algumas diferenças entre tais projetos. Conforme Espíndola (2021, p. 1.155) destaca, “o desafio do autor, no primeiro livro, é apreender o homem enquanto espécie, ao passo que a meta no segundo será alcançá-lo enquanto indivíduo”. E complementa da seguinte forma:

Primeiro, é desejado alcançar o homem em sua bondade natural, em sua pureza primitiva; depois, é cobrado que aquele siga as determinações da natureza em sua vida. Esta última máxima, aliás, orienta com firmeza toda a estruturação teórica do Emílio, exigindo que o preceptor seja conivente para com ela (ESPÍNDOLA, 2021, p. 1.155).

A vontade do genebrino em seguir “os caminhos da natureza” torna-

³¹ Com fundamento na introdução da edição de *Emílio* utilizada no trabalho.

se evidente em seu projeto pedagógico, em melhor dirigir as crianças em um método que preconize as potencialidades humanas no mesmo compasso de uma ambientação que organize a relação humana e natureza numa mesma harmonia. Rousseau afirma que é com as “disposições primitivas” que sempre deveríamos relacionar tudo. Antes das alterações que são forçosamente provocadas, está bem guardada a natureza humana (ROUSSEAU, 2014, p. 11). Tal perspectiva é corroborada por Arlei de Espíndola (2019, p. 98), segundo o qual Rousseau “conserva a ideia de que a natureza, durante o tempo em que precede a intervenção do ser humano, guarda uma ordem na qual não cabe a desarmonia, o conflito, e a perversão”.

A ordem natural atua no mesmo conjunto do desenvolvimento da criança e do adolescente. As mutações que Emílio sofre resultam em um fluxo no qual o sujeito renasce mais vivo, constituindo em novas massas de reflexões e observações sobre o seu entorno. O que mais importa é captar o movimento e o espírito que a tudo conduz neste conjunto, que possa garantir o respeito à natureza e a liberdade do sujeito. Envolto no ambiente natural, o homem tem por vocação comum a própria condição de homem. Rousseau enfatiza no *Emílio* (2014, p. 14) que antes da vocação dos pais para com seus filhos, a natureza o chama para a vida humana. Para Espíndola (2019, p. 97), “ele (Emílio) dispõe-se a realizar um estudo da condição de existência do ser humano levando em conta o seu estado na esfera de sua vida prática”.

Cabe ressaltar que, embora o objetivo seja educar Emílio o mais próximo possível da natureza, “o ambiente não é puramente natural, pois Emílio vive junto com o seu preceptor e também tem contato com outras pessoas. No início, o meio social é mais restrito, a fim de preservá-lo das influências nocivas, mas, aos poucos os movimentos no círculo social são ampliados à medida que o jovem adquire as virtudes e faculdades requeridas para não se deixar dominar pelas influências”³². O caminho da perfectibilidade de Emílio é bem conduzido pelo preceptor, que objetiva a sua formação a fim de que o jovem atinja a plenitude humana e a felicidade, preservando a sua natureza. A sabedoria do preceptor irá

³² De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

conduzir Emílio para a sua formação com destaque às relações que são construídas em seu entorno. Levará em conta a natureza que compõe a interioridade do ser humano, realçando o desenvolvimento das características físicas e intelectuais do jovem. A constituição de sua virtude deve tanto servir para a boa convivência na agitada vida urbana quanto na tranquilidade do campo.

Na esteira do viés pedagógico, Rousseau nos ensina que a natureza é a premissa para o desenvolvimento e as potencialidades do ser, como podemos observar em passagem do *Emílio*:

Essa educação vem-nos da natureza ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e a aquisição de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas (ROUSSEAU, 2014, p. 9).

Dessas três educações, “a da natureza não depende de nós; a das coisas, só em alguns aspectos. A dos homens é a única de que somos realmente senhores; mesmo assim, só somos por suposição”, e indaga, “quem pode esperar dirigir inteiramente as palavras e as ações de todos os que rodeiam uma criança?” (ROUSSEAU, 2014, p. 9).

Já que a educação que provém da natureza não depende de ninguém, o que se tem a fazer é se aproximar mais e mais do que Rousseau atribui como “alvo” (natureza). Desse modo, as outras duas fontes – homem e coisas – também devem ser dirigidas à natureza. Também nesse sentido, sobre a conjugação harmônica desses três, Gadotti nos ensina que:

Cada um de nós é portanto formado por três espécies de mestres. O aluno em quem as diversas lições desses mestres se contrariam é mal educado e nunca estará de acordo consigo mesmo; aquele em quem todas visam aos mesmos pontos e tendem para os mesmos fins, vai sozinho a seu objetivo e vive em consequência. Somente esse é bem educado (GADOTTI, 2004, p. 10).

Vê-se que essas “três espécies de mestres” devem estar de acordo para uma boa educação. Aquele que contraria algum desses princípios diverge na

educação e de sua própria natureza, pois não estará em concordância consigo mesmo.

A força do hábito na concepção de educação da natureza rousseauiana traduz uma verdadeira motivação e inclinação do homem na relação cotidiana com a natureza, de forma que, mesmo que ocorram eventos contrários, a natureza permanece intacta em sua essência (ROUSSEAU, 2014, p. 10). As paixões humanas encontradas no seio social ressaltam a fantasia no lugar da necessidade e o domínio que adula o amor-próprio, essas são fortalecidas pelo hábito. Vejamos o que o genebrino nos informa no *Emílio*:

Dizem que a natureza é apenas o hábito. Que significa isso? Não existem hábitos que só se contraem pela força e jamais abafam a natureza? Assim é, por exemplo, o hábito das plantas cuja orientação vertical é contrariada. Posta em liberdade, a planta conserva a inclinação que a forçaram a tomar, mas nem por isso a seiva muda sua direção primitiva e, se a planta continuar a vegetar, seu prolongamento voltará a ser vertical. O mesmo ocorre com as inclinações dos homens. Enquanto permanecemos na mesma condição, podemos conservar as que resultam do hábito e nos são menos naturais; mas, assim que a situação muda, o hábito cessa e a natureza retorna. A educação certamente não é senão um hábito. Ora, não há pessoas que esquecem ou perdem a educação, e outras que a conservam? De onde vem essa diferença? Se é para restringir o nome da natureza aos hábitos conformes à natureza, podemos poupar este galimatias (ROUSSEAU, 2014, p. 10).

Jean-Jacques (2014, p. 24) é enfático ao alertar: “observai a natureza e segui a rota que ela vos traça. Ela exercita continuamente as crianças, enrijece seu temperamento com provas de toda espécie e cedo lhes ensina o que é sofrimento e dor”. A criança possui disposição de sobra, tem potência e se lança para fora. A sua animosidade sustenta tudo o que a cerca.

O Livro I de *Emílio* denota uma importante passagem sobre as primeiras sensações e afetos que se revelam nas crianças em seu processo de aprendizagem natural e, conseqüentemente, sua “estranheza” ao mundo exterior que terá de enfrentar:

As primeiras sensações das crianças são puramente afetivas, elas só percebem o prazer e a dor. Não podendo nem andar, nem pegar, elas precisam de tempo para formar aos poucos as sensações representativas que lhes mostram os objetos exteriores a elas. Mas, enquanto esperam que

esses objetos se estendam, se afastem, por assim dizer, de seus olhos, e tomem para elas dimensões e figuras, o retorno das sensações afetivas começa a submetê-las ao império do hábito. Vemos seus olhos voltarem-se continuamente para a luz e, se ela lhes vier de lado, tomar imperceptivelmente essa direção, de sorte que devemos ter o cuidado de pô-las com o rosto de frente para a luz, para que não se acostumem a olhar de lado ou fiquem vesgas. Também é preciso que cedo se acostumem com o escuro, senão choram e gritam assim que ficam na escuridão. A alimentação e o sono, medidos muito exatamente, tornam-se-lhes necessários a intervalos iguais, e logo o desejo já não vem da necessidade, mas sim do hábito, ou melhor, o hábito acrescenta uma nova necessidade à da natureza: eis o que é preciso prevenir (ROUSSEAU, 2014, p. 49).

Percebe-se como os elementos externos se fazem presentes desde cedo na vida das crianças, e Rousseau ressalta com veemência esses contatos. Vemos que o afeto constitui as primeiras sensações da criança, que apenas sentem o prazer e a dor. De forma gradativa elas formam em sua consciência as imagens representativas daquilo que os objetos lhe apresentam, de modo que, o retorno das sensações desses objetos constitui o império do hábito. O hábito se torna uma constante e logo a necessidade é substituída por ele. Este se torna um trabalho que Rousseau prefere prevenir nestes primeiros contatos da criança com os objetos e coisas (ROUSSEAU, 2014, p. 49-50).

A criança neste estágio ainda se encontra frágil e ela tende a se apegar àquilo que esteja mais próximo. Desse modo, primeiro ela procura amar-se e depois aos que a rodeiam. Isso se torna um hábito no início, e elas necessitam de assistência e atenção. Nesse viés dos primeiros sentimentos da criança, no Livro IV do *Emílio*, Rousseau ressalta a relação do jovem com a sua primeira ama e governanta:

O primeiro sentimento de uma criança é amar a si mesma, e o segundo, que deriva do primeiro, é amar os que lhe são próximos, pois no estado de fraqueza em que se encontra não conhece ninguém a não ser pela assistência e pela atenção que recebe. No começo, o apego que tem por sua ama e por sua governanta não passa de hábito. Procura-as porque precisa delas e sente-se bem por tê-las; trata-se mais de conhecimento do que de benevolência. É-lhe preciso muito tempo para compreender que não apenas elas lhe são úteis como também querem sê-lo, e é então que começa a amá-las (ROUSSEAU, 2014, p. 289).

A natureza, presente no processo pedagógico rousseauiano,

representa o ideal a ser seguido e consubstancia a ordem natural em que todos devem estar sujeitos a ela. A ordem da natureza “prescreve receitas” das quais, para o indivíduo rousseauiano, torna-se primordial o cumprimento. O ideal de seguir o que a natureza estabelece e manter-se sempre em si mesmo é garantidor de uma relação mais forte entre o indivíduo e o ambiente natural que o cerca.

Neste aspecto, é possível observar a exterioridade da natureza de Rousseau em harmonia com a disposição natural de seu desenvolvimento físico e espiritual como ser humano, em uma abordagem com diferentes fases e características próprias (infância, adolescência e maturidade). O cuidado que Rousseau demanda com a natureza extrapola o seu caráter interior. As propriedades dessa natureza interior devem ser reveladas ao externo, de modo que, por exemplo, o jovem Emílio, que possui o “potencial do bem”, já que o homem é naturalmente bom, deve ser educado para melhor agir na sociedade.

Rousseau pretende que seu aluno esteja empenhado em aprender aquilo que esteja em consonância com a natureza, o mais distante possível das artificialidades (ROUSSEAU, 2014, p. 24). O genebrino dá o exemplo relacionado à enfermidade da criança, em que ele afirma ser necessário que a criança saiba que está doente. Isso por si só representa a “arte da natureza”. O sentimento da fragilidade e entendimento das intempéries que podem acometer o homem deve fazer parte do universo da criança desde cedo. De outro modo, ele cita que a impaciência, o temor, a inquietação e os remédios dedicados a poupar o sofrimento que é inerente ao ser, contribuem para consequências mais graves. Sobre isso, vejamos:

Se não sabe curar-se, saiba a criança estar doente; esta arte supre a outra e não raro dá resultados muito melhores; é a arte da natureza. Quando o animal está doente, sofre em silêncio e fica quieto. Ora, não se veem mais animais moribundos do que homens no mesmo estado. Como a impaciência, o temor, a inquietação e sobretudo os remédios mataram pessoas que a doença teria poupado e apenas o tempo teria curado! Dir-me-ão que os animais, vivendo de uma maneira mais conforme à natureza, devem estar sujeitos a menos males do que nós. Pois bem, essa maneira de viver é exatamente a que pretendo dar a meu aluno, que dela deve tirar o mesmo proveito (ROUSSEAU. 2014, p. 37).

O pensador genebrino (2014, p. 50) interpela o porquê de não se

começar a educação de uma criança, antes que ela fale ou entenda, já que a habitualidade a objetos novos pode predispor-la às agruras que a vida lhe impõe. Ou, de certa forma, colaborar com este processo de aprendizagem.

As condições iniciais do homem frente ao mundo exterior são representadas pela miséria e fraqueza, e os primeiros sons são a queixa e o choro. Quando a criança sente necessidades, ela se queixa através de gritos e choros. Nesse momento é sua única linguagem e modo de inferir em seu meio. Mesmo não dispondo de todo o desenvolvimento biológico, consegue sentir e transmitir suas impressões (ROUSSEAU, 2014, p. 53-54). De acordo com Rousseau (2014, p. 54), este choro representa a primeira relação do homem com tudo o que o cerca, forjando assim o primeiro elo da cadeia de ordem social.

Os exercícios iniciais da criança direcionam-se apenas pelo que a natureza oferece, e isso para o pensador genebrino (2014, p. 147) constitui um fortalecimento do espírito e do corpo, e termina sendo um aprendizado em uma relação entre o próprio corpo e os corpos circunstantes. No que se refere ao corpo, Rousseau (2014, p. 171) enaltece as evoluções, desde que todos os movimentos sejam realizados com equilíbrio e ordenados segundo as leis da ponderação. Nesse sentido, vejamos uma passagem, presente no Livro II do *Emílio*:

Consistindo, portanto, os primeiros movimentos naturais do homem em medir-se com tudo o que o rodeia, e em experimentar em cada objeto que percebe todas as qualidades sensíveis que podem ligar-se a ele, seu primeiro estudo é uma espécie de física experimental relativa à sua própria conservação, de que é desviado através de estudos especulativos antes que tenha reconhecido seu lugar aqui na terra (ROUSSEAU, 2014, p. 148).

As primeiras sensações das crianças são seguidas por uma fase de desenvolvimento em que elas aprendem a falar, comer e andar, tudo ao mesmo tempo, constituindo assim a primeira fase de sua vida. Mas a exigência que se faz, submetendo-as a imposições, transforma em escravidão a dependência que assegura a sua fraqueza e apego (ROUSSEAU, 2014, p. 81). Nesse ponto, o genebrino (2014, p. 114), afirma que ainda é cedo para a criança obter discernimento, e as imposições praticadas, diante das imitações do homem em sociedade, degeneram em vícios. Em uma idade em que a criança sente pouco,

deve-se propor aquilo que condiz com a imitação de uma natureza bem-ordenada.

Para Rousseau (2014, p. 82), existem dois tipos de dependência: a das coisas, que é própria da natureza e não prejudica a liberdade; e a dos homens, que gera os vícios e os torna escravos. A dependência das coisas constitui a ordem da natureza, mediante a qual se levará o indivíduo ao progresso na educação (ROUSSEAU, 2014, p. 83). Quanto mais o homem buscar a dependências das coisas, que se refere aos objetos externos e menos do homem, mais próximo da natureza ele se situará. As coisas remetem à sensibilidade dos objetos que o rodeiam e enriquecem seu conhecimento, aos homens irá remeter à moralidade e conseqüentemente, às artificialidades, vícios e outras paixões.

A natureza se mostra relevante, não apenas como exterioridade na formação do aluno, mas também segue dentro dele e possui uma ordem de desenvolvimento a ser seguida. É o que mencionamos a pouco, a interioridade e exterioridade trabalham juntas na formação do aluno de maneira complementar.

A importância da natureza como ambiente externo na educação da criança pode ser medida através de uma passagem do Livro I do *Emílio*, em que o pensador retrata o contato dela com as coisas sensíveis que a rodeiam:

Fazei com que, enquanto ela só for impressionada por coisas sensíveis, todas as suas ideias se detenham nas sensações; fazei com que de toda parte ela só perceba ao seu redor o mundo físico, sem o que podeis ter certeza de que ela não vos ouvirá de maneira nenhuma, ou então fará do mundo moral de que lhe falais noções fantásticas que não apagarás em toda a sua vida (ROUSSEAU, 2014, p. 89).

O citado representa bem o trabalho que o preceptor tem em desenvolver a sensibilidade da criança, principalmente nos primeiros contatos, com as sensações diante daquilo que se apresenta à frente dela. Ele ainda alerta para que o contato seja apenas com o mundo físico, distante ainda das afirmações morais que podem deixar marcas indeléveis na criança. Seguindo nesses mesmos passos, sobre a relação da natureza das crianças com o mundo externo, Rousseau apela:

A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos temporões, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper; teremos jovens doutores e crianças velhas. A infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias; nada é menos sensato do que querer substituir essas maneiras pelas nossas, e para mim seria a mesma coisa exigir que uma criança tivesse cinco pés de altura e que tivesse juízo aos dez anos. Com efeito, de que lhe serviria a razão nessa idade? Ela é o freio da força, e a criança não precisa desse freio (ROUSSEAU, 2014, p. 91).

O desenvolvimento da formação de Emílio pretende seguir uma cronologia, priorizando o aprendizado de acordo com a faixa etária da criança, pois perverter essa ordem é o mesmo que prejudicar a sua formação. Cada fase do indivíduo possui características próprias, um universo que compete a cada ciclo. Afrontar isso representa a mais pura insensatez e desvio daquilo que a ordem natural prevê. Forçar as maneiras adultas às crianças é servir uma razão inadequada à sua determinada fase de formação (ROUSSEAU, 2014, p. 93).

Tal qual o homem natural, figura exposta por Rousseau no *Segundo Discurso*, as primeiras relações da criança com a natureza devem ser diretas, pois não há maldade no coração humano. Os vícios surgirão depois. A paixão presente no homem, neste momento, é o amor de si mesmo, que garante sua conservação. Esse conceito não guarda relação com outrem, é indiferente. Até o surgimento da razão, que será o guia do amor-próprio, a criança deve seguir o que a natureza lhe pede. Além disso, a piedade também é o sentimento inato presente nas primeiras relações da criança com a natureza (ROUSSEAU, 2014, p. 95).

Ainda no Livro I de *Emílio* (2014, págs. 64-67), Rousseau faz um paralelo entre as crianças criadas na cidade e as criadas no campo. Segundo o genebrino, as camponesas são diferentes, pois no campo as crianças podem caminhar soltas, longe de seus pais e de outras crianças. Criadas de maneira mais rústica, elas adquirirão uma voz mais sonora, sem o gaguejar confuso das crianças da cidade. Afirmo ainda (2014, p. 67) que a razão pela qual os camponeses geralmente têm ideias mais justas do que os cidadãos, é devido ao seu dicionário ser menos amplo. Possuem poucas ideias, mas comparam-nas muito bem. Segundo Rousseau:

Vivendo no campo, a criança terá tido alguma noção dos trabalhos campestres; para isso, só é preciso lazer e olhos, e ela terá essas coisas. Em todas as idades, e sobretudo na sua, a criança quer criar, imitar, produzir, dar mostras de potência e de atividade. Não terá visto duas vezes lavrarem um jardim, semearem, germinarem e crescerem os legumes, e quererá também cultivar um jardim (ROUSSEAU, 2014, p. 104).

Neste viés, Rousseau (2014, p. 105) enaltece a relação de pertencimento. Para ele, o fato de a criança estar habituada ao campo e ter ali seus afazeres, provoca nela a sensação de que aquilo é dela, pertence a ela, numa perfeita simbiose entre a sua natureza física e aquilo que lhe é externo.³³

Nesse ponto, é válido remetermos ao episódio da plantação de favas envolvendo Emílio e o jardineiro Robert. A criança, ao deparar-se com todas as favas que haviam sido arrancadas e perceber que todo o terreno estava revirado, “se revolta; o primeiro sentimento da injustiça vem verter nele seu triste amargor; as lágrimas correm como riachos; a criança consternada enche o ar de gemidos e de gritos” (ROUSSEAU, 2014, p. 105). Mas ao saber das queixas de Emílio, o jardineiro Robert queixa-se mais alto e diz que havia semeado ali sementes de melão que agora foram destruídos pelas favas. Nesse confronto, eles então tentam propor um acordo visando cada um utilizar uma parte do jardim (ROUSSEAU, 2014, p. 105).

A passagem do conto das favas evoca o tema da propriedade e ressalta a importância que essa abordagem tem para o contexto da formação do jovem Emílio (ROUSSEAU, 2014, p. 104). A atividade “dá ensejo ao aprendizado sobre o direito que o primeiro ocupante da terra adquire quando realiza um trabalho nela”³⁴. E Rousseau conclui: “Daí até o direito de propriedade e as trocas não é mais que um passo, depois do qual devemos simplesmente nos deter” (ROUSSEAU, 2014, p. 107). Com relação ao tema propriedade, no *Segundo Discurso*, Rousseau já indicara o marco inicial e classificou como a “fundação da sociedade civil” e início das mais trágicas desigualdades.³⁵

³³ No romance *A Nova Heloísa*, Rousseau discorrerá com maior clareza as suas ideias sobre as grandes cidades e a sua admiração pelo ambiente rural.

³⁴ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

³⁵ Neste ponto destaca-se a famosa frase que abre a segunda parte do *Segundo Discurso*: “O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de

Sobre o ambiente rural, Bezerra (2012, p. 68) ressalta que “é esse o lugar que Rousseau inventa e se encanta. O símbolo ideal da vida campestre”. E continua, enfatizando que “alguns elementos suscitam a admiração de Rousseau pelo ambiente rural”. Desse modo, “a vida no campo é associada à ideia de tranquilidade, proveniente da própria vocação humana” (BEZERRA, 2019, p. 27). Vale lembrar que Rousseau sempre procurou os ambientes mais retirados como, por exemplo: Charmettes, Ermitage, Annecy e Chambéry. A busca desses lugares revela que, para o genebrino, a retirada para a simplicidade era mais coerente com a natureza humana.

Rousseau (2014, p. 73) faz uma crítica ao modo como as crianças da cidade são criadas. Segundo ele, elas padecem do ambiente natural ao serem colocadas diante daquilo que lhes é imposto. A forma como são ensinadas lhes traz amarguras e dores, e dispersa para a construção de um mundo artificial que, por vezes, não explorará suas potencialidades. Tal pensamento é exemplificado na passagem a seguir:

Por que quereis retirar desses pequenos inocentes o gozo de um tempo tão curto que se lhes foge, e de um bem tão precioso, de que não poderiam abusar? Por que quereis encher de amargura e de dores esses primeiros anos tão velozes, que não mais voltarão para eles, assim como não voltarão para vós? Não fabriqueis remorsos para vós mesmos retirando os poucos instantes que a natureza lhes dá. Assim que eles puderem sentir o prazer de existir, fazei com que o gozem; fazei com que, a qualquer hora que Deus os chamar, não morram sem ter saboreado a vida (ROUSSEAU, 2014, p. 73).

Mais uma vez, Rousseau chama a atenção para as intervenções negativas que os adultos propiciam às crianças. Aqui, no que se refere à retirada dos pequenos do ambiente rural. O pensador exclama que esse pode ser um processo que impõe amarguras e dores e, de certo modo, intervém no objetivo proposto pela natureza. Talvez pelo fato de que o ambiente rural tenha mais representatividade no que se refere à educação natural.

dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo” (ROUSSEAU, 2000, p. 87).

Nesse duelo entre a vida no campo e na cidade, o genebrino se coloca ao lado dos que apreciam a natureza, nesse sentido, mais próximo do meio rural. Ele mesmo nunca foi adepto da vida nas grandes cidades: “desgostoso dessa vida tumultuosa, comecei a suspirar ardentemente pela volta da minha estada no campo. E vendo que minha profissão não me permitia morar lá, para lá corria assim que tinha algumas horas livres” (ROUSSEAU, 2008, p. 355). Rousseau sempre preferiu fugir dos grandes centros urbanos e chegou a destacar isso no Livro V de *Emílio* afirmando que é preciso ir além de Paris e Londres (ROUSSEAU, 2014, p. 671). A vida cotidiana nesses grandes cidades é deteriorada, então é cabível propor a “educação da fuga”.

Desse modo, de acordo com a proposta rousseuniana (2014, p. 74), a felicidade do homem é uma condição negativa, ou seja, quanto menor a quantidade de males que sofrer, mais feliz será. Nesse sentido ainda, a educação proposta deve ser a educação negativa, aquela que estimula os instintos naturais da criança. Essa difere da educação positiva que forma a inteligência de maneira prematura. Gustavo Cunha Bezerra (2012, p. 63) assevera que, de maneira geral, “as obras de Rousseau fazem referências que situam a natureza num plano em que a felicidade e a virtude podem ser conquistadas”.

A natureza em Rousseau é satisfeita com aquilo que possa de imediato ser necessário à conservação do homem sem maiores intervenções. Em determinada passagem do Livro II do *Emílio* (2014, p. 119), ele é enfático ao dizer: “*Deixai a natureza agir bastante tempo antes de resolver agir em seu lugar, temendo contrariar suas operações*”. Neste aspecto, o desenvolvimento humano se realiza em equilíbrio entre o desejo de conservação às necessidades humanas e o que o ambiente natural oferece. Na soma da dimensão natural e civil, Emílio deve estar preparado para bem viver em sociedade. Para isso Rousseau pretende que o seu aluno absorva de maneira exponencial o que a natureza lhe propõe, dentro de seu tempo. Para Rousseau (2014, p. 75), a ação de raciocinar é que coloca o homem em estado que pode despertar e ultrapassar a medida das possibilidades. Obviamente com o raciocínio, o homem ganha cada vez mais espaço e aumenta seus horizontes de conhecimento e desejos.

A felicidade no homem rousseauiano está condicionada a uma permanência maior do homem em relação à sua condição natural. Nesse sentido, os desejos são menores e, conseqüentemente, a vida feliz se encontra mais próxima (ROUSSEAU, 2014, p. 75). Nessa toada, cabe uma interessante passagem do *Emílio*: “O mundo real tem seus limites, o mundo imaginário é infinito. Já que não podemos ampliar o primeiro, reduzamos o segundo, pois é unicamente da diferença entre eles que nascem todos os sofrimentos que nos tornam realmente infelizes” (ROUSSEAU, 2014, p. 75).

Rousseau faz uma crítica entre aquilo que o homem tem como possibilidades reais e aquelas coisas das quais, indubitavelmente, o homem se orgulha em conquistar. O alerta é para esse orgulho que faz com que ele se eleve acima da humanidade. Conforme ele explica: “O homem é muito forte quando se contenta com ser o que é, e é muito fraco quando deseja erguer-se acima da humanidade. Não imagineis, portanto, que ampliando vossas faculdades ampliais vossas forças; vós as diminuíis, pelo contrário, se vosso orgulho se amplia mais do que elas” (ROUSSEAU, 2014, p. 76).

Nota-se que o homem, para o genebrino (condicionado à sua naturalidade), no estado de natureza, basta-se a si mesmo, não necessitando de grandes faculdades para o bem viver. Mas, tal característica, não se encontra no estado social, onde os indivíduos dependem uns dos outros. Diferentemente do selvagem, Emílio necessita de outras pessoas e de trabalho para prover a sua subsistência, ou seja, o homem passa a ser dependente (ROUSSEAU, 2014, p. 7). E ainda, vale dizer que, vivendo em sociedade, Emílio buscará formar uma família para completar sua existência, ou seja, a sua educação não tem o fim de “basta-se a si mesmo”. O Livro V será também dedicado ao encontro com Sofia, sua futura esposa³⁶.

Contudo, Rousseau parece-nos afirmar que o homem, em contínuo movimento, pode observar e conhecer muitas coisas através de sua experiência sensorial (ROUSSEAU, 2014, p. 139). E, nesse sentido, possibilita-se a ele uma relação mais próxima com sua essência e, conseqüentemente, o caminho da

³⁶ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

felicidade. Para que isso se efetive, o contínuo movimento e as experiências sensoriais devem ser voltados às potencialidades da criança, dentro do tempo determinado para cada fase de crescimento (ROUSSEAU, 2014, p. 10-11).

De certa forma, no contexto atual, podemos nos indagar: quantas vezes saímos de nós mesmos? Quantas vezes criamos um “mundo paralelo”, dissociado de nós mesmos? Rousseau não nos quer como um selvagem, não é isso, mas que possamos buscar nossa identidade, aquilo que nos realiza como ser.

O genebrino (2014, p. 179) indica que a natureza é o seu único mestre, e que o homem deve observar bem os corpos e as aparências, a fim de que não tome imitações falsas e convencionais. Ainda, em uma metáfora (2014, p. 180), afirma que se pode “ilustrar”, “pintar” e “rabiscar”, mas que tais rabiscos não deixem de observar a natureza. A observação de objetos e corpos é fator preponderante para a educação do jovem Emílio e ele deve aprender com isso. Mas realça que se podem fazer tais atividades desde que não se descumpra o propósito de seguir os passos da natureza.

Seguindo sua saga de encanto e contemplação da natureza, em mais uma bela passagem do *Emílio*, “Rousseau relata os sentimentos que são despertados em quem observa o ambiente natural em diferentes momentos, e também como a imaginação e a reflexão atuam sobre a maneira pela qual nos relacionamos com esses objetos naturais”³⁷. Vejamos:

A existência dos seres finitos é tão pobre e limitada que, quando só enxergamos o que existe, nunca nos comovemos. As quimeras enfeitam os objetos reais e, se a imaginação não soma algum encanto ao que nos impressiona, o estéril prazer que então recebemos limita-se ao órgão e sempre deixa frio o coração. Ornada com os tesouros do outono, a terra ostenta uma riqueza que o olho admira; no entanto, tal admiração não é comovente, e vem mais da reflexão do que do sentimento. Na primavera, o campo quase nu ainda não se cobriu de nada, os bosques não oferecem sombra alguma, a verdura apenas desponta e o coração é tocado por seu aspecto. Vendo assim renascer a natureza, nós mesmos sentimos-nos reanimar; a imagem do prazer rodeia-nos; aquelas companheiras da volúpia, as doces lágrimas sempre prontas a se juntar a todo sentimento delicioso, já estão às bordas de nossas pálpebras, mas o aspecto das vindimas, por mais que seja animado, vivo e agradável, sempre o vemos com os olhos secos. Por que essa diferença? É que, ao espetáculo da primavera, a imaginação soma o das estações que se lhe devem seguir; aos

³⁷ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

ternos brotos que o olho percebe, ela acrescenta as flores, os frutos, as sombras das folhagens e às vezes os mistérios que elas possam esconder. Ela reúne num só ponto tempos que se devem suceder, e vê os objetos menos como serão do que como os deseja, porque depende dela escolhê-los. No outono, pelo contrário, só temos para ver o que existe. Se quisermos chegar à primavera, o inverno nos detém, e a imaginação enregelada expira sobre a neve e a geada (ROUSSEAU, 2014, p. 202).

A mensagem de Rousseau, bastante sensível, destaca que a imaginação deve somar à existência finita dos seres, de modo a aquecer o coração humano. A Terra é detentora de grande riqueza, mas a admiração real deve brotar mais do sentimento e, menos da reflexão. Vale dizer ainda que para o genebrino cada estação desperta um tipo de imaginação: no outono “só vemos o que existe”. E a primavera desponta como a estação preferida do genebrino: “o coração é tocado”.

A contemplação do ambiente natural era o que se encontrava no entorno do selvagem, corroborando tudo aquilo que lhe bastava. Já no que se refere ao personagem “Emílio, não se pode dizer o mesmo, pois ele não é um selvagem independente e autossuficiente vivendo no estado de natureza. Desse modo, a natureza não confere tudo, diretamente, ao que ele anseia e de que necessita, pois nesse estado entra a ação combinada daqueles que compõem o meio social junto com ele”³⁸. Emílio é protegido e, com a intervenção de seu preceptor, é formado para se tornar um homem capaz de agir virtuosamente.

Ainda no que se refere aos espetáculos que a natureza promove, para Rousseau (2014, p. 215), essencialmente a Terra é uma “ilha” direcionada para o gênero humano, e elementos como o sol eram utilizados como guias e tidos como divindade, de acordo com a filosofia dos selvagens, mas preocupa-se com os desvios causados pelos progressos de novas forças. No *Emílio*, mais especificamente no Livro III, sobre o desvio daquilo que cerca o homem, o genebrino diz:

Que desvio, dirão talvez. Há pouco estávamos ocupados com o que nos toca, com o que nos cerca imediatamente; de repente eis-nos a percorrer o globo e a saltar até as extremidades do universo! Esse desvio é o efeito do progresso de nossas forças e da insuficiência, o cuidado com a nossa

³⁸ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

conservação concentra-nos dentro de nós mesmos: no estado de potência e de força, o desejo de ampliar nosso ser leva-nos além e faz com que nos arremessemos tão longe quanto possível. Porém, como o mundo intelectual ainda nos é desconhecido, o pensamento não vai mais longe do que os olhos, e o entendimento só se amplia com o espaço que mede (ROUSSEAU, 2014, p. 215).

O pensador alerta para os perigos dos desvios e assegura que as transformações das sensações em ideias são válidas, mas é necessário evitar um salto repentino do reflexo perante os objetos sensíveis para a reflexão intelectual. As primeiras ações das crianças são operadas de acordo com o espírito que move o indivíduo e o torna seu guia. A leitura que a criança faz é através do “livro do mundo”.

Segundo Rousseau, no processo pedagógico, deve-se atentar para que a educação não seja realizada de forma apressada, mas que a criança possa desenvolver aquilo que esteja ao seu alcance, de acordo com as suas potencialidades. A criança deve aprender por si própria, evocando aquilo que a natureza insinua (ROUSSEAU, 2014, p. 216). Sobre esse ponto e orientando para o belo espetáculo que o ambiente natural circundante proporciona, eis uma importante passagem do *Emílio*, no Livro III:

Quereis ensinar geografia a essa criança, e lhe ofereceis globos, esferas, mapas; quantas máquinas! Por que todas essas representações? Por que não começais por lhe mostrar o próprio objeto, para que ela saiba pelo menos do que estais falando? Uma bela tarde vamos passear num lugar favorável, onde o horizonte bem descoberto deixa ver por inteiro o sol poente, e observamos os objetos que tornam reconhecível o lugar onde se põe. No dia seguinte, para respirar ar fresco, voltamos ao mesmo lugar antes que o sol se levante. Vemo-lo anunciar-se de longe pelos raios de fogo que lança à sua frente. O incêndio aumenta, o oriente parece todo em chamas; por seu fulgor esperamos o astro bastante tempo antes que ele se mostre; a cada instante acreditamos vê-lo aparecer: vemo-lo, finalmente. Um ponto brilhante parte como um raio e imediatamente preenche todo o espaço; o véu das trevas apaga-se e cai. O homem reconhece seu lugar e o acha mais belo. A verdura durante a noite ganhou novo vigor; o dia nascente que a ilumina, os primeiros raios que a douram, revelam-na coberta de uma brilhante renda de orvalho, que reflete para os olhos a luz e as cores. Os passarinhos em coro reúnem-se e saúdam unanimemente o pai da vida; ressentindo-se da languidez de um despertar tranquilo. O concurso de todos esses objetos dá ao sentido uma impressão de frescor que parece penetrar até a alma. É meia hora de encantamento a que nenhum homem resiste; um espetáculo tão grande, tão bonito, tão delicioso não deixa ninguém indiferente (ROUSSEAU, 2014, p. 216).

A crítica recai sobre ensinar as crianças com base em instrumentos que representem algo, ao invés de apresentar o próprio objeto a ser ensinado. Os objetos apresentados de maneira natural, à luz do ambiente que o circunda, favorecem muito mais ao aprendizado do que propriamente através de representações. Além de que, realçam as sensações de estar presente no próprio ambiente daquilo que se quer apresentar. Eis um belo exemplo do fator exterior que interage com a esfera humana, conjugando assim um ambiente harmônico entre o ser e aquilo que o circunda.

O pensador, na mesma citação (p. 216), também deixa exemplos de como, em um passo a passo diário, se pode apreender algo novo, respeitando as leis colocadas pela natureza, no caso, a física. Também é uma aula sobre a existência, pois o homem reconhece o seu lugar no Cosmos.

E ainda neste entusiasmo, o mestre de Genebra continua sua explanação sobre as sensações da criança, o sentimentalismo nato aliado à contemplação da natureza. A vida do espetáculo da natureza é representada no coração do homem. A criança tem noção dos objetos, mas ainda não percebe as suas relações. Desse modo, é necessário adquirir uma experiência que ela ainda não possui. Rousseau enfatiza o empirismo para a aquisição de aprendizado da criança, ou seja, a experiência palpável. Vejamos:

É no coração do homem que está a vida do espetáculo da natureza; para enxergá-lo, é preciso senti-lo. A criança percebe os objetos, mas não pode perceber as relações que os ligam, não pode ouvir a doce harmonia de seu concerto. É preciso uma experiência que ela ainda não adquiriu, sentimentos que não experimentou, para sentir a impressão composta que resulta ao mesmo tempo de todas essas sensações. Se ela não percorreu por muito tempo planícies áridas, se areias ardentes não queimaram seus pés, se a reverberação sufocante dos rochedos batidos pelo sol jamais a oprimiu, como saboreará o ar fresco de uma bela manhã? Como o perfume das flores, o encanto da verdura, o vapor úmido do orvalho, os passos macios e mansos sobre a grama encantarão seus sentidos? Como lhe causará o canto dos pássaros uma emoção de volúpia, se os acentos do amor e do prazer ainda lhe são desconhecidos? Com que transportes verá ele nascer um tão lindo dia, se a sua imaginação não sabe representar aqueles com que se pode preenchê-la? Enfim, como se enternecerá com a beleza do espetáculo da natureza se ignora que mão cuidou de enfeitá-la? (ROUSSEAU, 2014, p. 217).

A criança tem a percepção dos objetos que a rodeiam, mas ainda não consegue perceber as relações que ligam esses objetos, pois lhe falta a experiência. É algo novo para ela. O hábito adquirido através da experiência com os objetos que a rodeiam pode ajudar nesse processo de aprendizagem.

Para Rousseau (2014, p. 221), geograficamente, o lugar onde a criança habita e fatores naturais como os rios e o sol atuam como bússola para ela. Tais fatores servem de ponto de orientação e denotam o aspecto exterior que atua conjuntamente com o processo de interioridade do ser humano. É o processo educativo de Emílio, atuando tanto internamente como externamente a fim de que essa formação siga mais próxima daquilo que está na ordem natural.

Neste caminho que o genebrino traça, é perceptível a simplicidade e a consecução dos objetos mais sensíveis e próximos. Para ele, os fatos são indubitavelmente os grandes guias para o indivíduo, de modo que o caminho traçado para o jovem Emílio é este, sob a característica da experiência e do sentimento inato. É por tal estado que todas as necessidades humanas são satisfeitas e possuem um aspecto de pureza, e de certa forma, ingênua.

Ao mesmo passo, ante esta simplicidade e sentimentalismo, o genebrino reconhece que Emílio necessita de livros, mas não devem ser quaisquer livros. O principal, e tido por ele como o “melhor tratado de educação natural”, é *Robinson Crusóé* (1719), obra escrita por Daniel Defoe. Vejamos passagem em que Rousseau retrata esse personagem como uma figura emblemática para a educação de Emílio:

Robinson Crusóé em sua ilha, sozinho, sem o amparo de seus semelhantes e dos instrumentos de todas as artes, provendo porém à sua subsistência, à sua conservação e conseguindo até uma espécie de bem-estar, eis um tema interessante para qualquer idade e que temos mil maneiras de tornar agradável para as crianças. Eis como realizamos a ilha deserta que inicialmente me servia de comparação. Esse estado não é, concordo, o do homem social; provavelmente não é o do Emílio, mas é através desse mesmo estado que ele deve apreciar todos os outros (ROUSSEAU, 2014, p. 244).

É fácil perceber por essa passagem como Rousseau se utiliza dos artifícios externos para substanciar o “fator homem” e sua relação com os Cosmos.

Rousseau faz um comparativo de Robinson Crusoé com Emílio e justifica o tratado como um “receituário” a ser seguido nos moldes desta relação com o simples e singelo artefato que o cerca. De acordo com Renato Moscateli, “diferentemente de Robinson Crusoé, Emílio não precisa extrair diretamente da natureza, com suas próprias forças e engenhos, aquilo de que necessita para viver”³⁹. Como o próprio pensador diz na citação, tal estado, de Crusoé, não é o do homem social, ou seja, não é o de Emílio, mas denota que através deste, deve apreciar todos os outros. Rousseau sugere que as habilidades de Crusoé para manter a sua subsistência e conservação podem servir como inspiração para o processo educacional das crianças (ROUSSEAU, 2014, p. 245). Por isso ele se serve dessa comparação.

A sensibilidade dessa relação com aquilo que é útil ao homem, no que tange aos objetos circundantes, é provedora de sua própria conservação e bem estar na natureza (ROUSSEAU, 2014, p. 249). A relação assim se revela simples. Não no mesmo compasso do selvagem que vivia no estado originário, mas simples de acordo com o atual estado de sociedade, na busca daquilo que é essencial para viver de forma virtuosa nesse estado.

Sobre essa relação direta da criança com o artefato que a cerca, Rousseau traz uma interessante passagem no *Emílio*, que inclusive remete ao manejo de algumas artes que se ligam às necessidades humanas, como por exemplo, a agricultura e a carpintaria. A respeito da ligação com essas artes, no *Segundo Discurso*, Rousseau já havia mencionado uma das fases de transição do estado de natureza para o social em que o homem conhece a agricultura e metalurgia (ROUSSEAU, 2000, p. 94-95). Também Salinas Fortes (1989, p. 60-62) ressalta a fase do ferro e trigo como uma revolução tecnológica. Vejamos a passagem referente a essas artes contida no *Emílio*:

A primeira e a mais respeitável de todas as artes é a agricultura; eu poria a forja em segundo lugar, a carpintaria em terceiro, e assim por diante. A criança que não tiver sido seduzida pelos preconceitos vulgares pensará exatamente assim. Quantas reflexões importantes não tirará Emílio a esse respeito do seu Robinson! Que pensará quando vir que as artes só se

³⁹ Anotações realizadas para o exame de qualificação.

aperfeiçoam ao se subdividirem, ao multiplicarem ao infinito os instrumentos de uns e de outros? (ROUSSEAU, 2014, p. 250).

Rousseau aposta que as artes que possuem o menor número de outras subdivisões são mais necessárias por serem mais livres e independentes. Assim, ele destaca essas como as importantes para o contato com as crianças. Para isso ele ressalta algumas habilidades da criança que podem contribuir para esse acesso, como por exemplo, a curiosidade infantil e o espírito inventivo que ela possui (ROUSSEAU, 2014, p. 251).

O genebrino aqui coloca a criança em um ambiente que podemos chamar de rústico, rural, no qual aquela corre pelos campos. E nessa relação, a criança, ainda sem os preconceitos vulgares, pensa somente naquilo que lhe é sensível e útil. A educação através do campo, ter o contato com aquilo que é forjado às suas necessidades básicas, lhe parece algo natural. A educação nesse sentido vem por si só.

Prosseguindo, na obra *Emílio*, Rousseau descreve a criança como alguém que “está sempre pronto para correr para o campo, e adora as boas frutas, os bons legumes, o bom creme e as boas pessoas. Durante o caminho, a reflexão vem por si mesma” (ROUSSEAU, 2014, p. 256).

Conforme Emílio avança em seu aprendizado natural, ele adquire instruções para melhor lidar com os seus ofícios, e o principal: torna-se um ser desenvolvido em meio à natureza e ao que lhe é, de fato, necessário. Em uma interessante passagem de sua literatura, prevista no *Emílio*, Rousseau disserta sobre tal constituição:

Eis-nos de volta a nós mesmos. Eis nossa criança prestes a deixar de sê-lo, de volta ao seu indivíduo. Ei-la sentindo mais do que nunca a necessidade que a une às coisas. Depois de ter começado por exercitar o seu corpo e os seus sentidos, exercitamos seu espírito e seu juízo. Finalmente reunimos o emprego de seus membros ao de suas faculdades; fizemos um ser ativo e pensante; para terminar o homem, só nos resta fazer um ser amoroso e sensível, isto é, aperfeiçoar a razão pelo sentimento. Mas, antes de entrar nesta nova ordem de coisas, consideremos a ordem de que saímos e vejamos o mais exatamente possível até onde chegamos (ROUSSEAU, 2014, p. 274).

No início, Emílio possuía apenas sensações; no final de sua constituição, ele possui ideias e é capaz de julgar (ROUSSEAU, 2014, p. 275). A razão deve ser condensada de modo a auxiliar o homem em seu percurso natural, mas sem o exagero a fim de que não caia no erro. De acordo com o genebrino, “quanto mais os homens sabem mais eles se enganam” (ROUSSEAU, 2014, p. 277). É preciso equilíbrio, saber exatamente a condição em que se encontrava para a reconfiguração que se apresenta (ROUSSEAU, 2014, p. 277-278). O entendimento do jovem Emílio aumenta passo a passo conforme identifica as necessidades que se ligam às coisas. É uma verdadeira construção formativa em um percurso no qual primeiro exercitam-se o corpo e os sentidos, depois o espírito e o juízo, e finalmente temos a reunião da parte física com as faculdades intelectuais.

Andando pelos caminhos da natureza, Emílio faz suas escolhas com base naquilo que lhe é necessário. Claro que as necessidades podem se alterar diante da situação dos homens. Este não é mais o homem que vive no estado de natureza, e sim no estado de sociedade, conforme já mencionamos aqui de forma exaustiva. O selvagem agora mora nas cidades, e com isso é preciso saber conviver com seus semelhantes e buscar o necessário para sua vivência.

Emílio, mesmo com poucos conhecimentos – naturais e físicos – possui um espírito universal, conquistado através de suas aquisições sensíveis. Ele conhece as relações entre o homem e as coisas, mas muito pouco sobre a moralidade. Emílio se entrega àquilo que lhe interessa e basta para ele, aquilo que se relaciona consigo mesmo (ROUSSEAU, 2014, p. 281). De forma resumida, Cassirer destaca qual é a ideia fundamental presente na obra:

A ideia fundamental do Emílio é de que não se deve eliminar nenhuma dificuldade física da aprendizagem do pupilo que se quer educar para a independência da vontade e do caráter – e que não se deve poupá-lo de nenhum sofrimento, esforço ou privação. A única coisa da qual se deve cuidadosamente protegê-lo é da imposição violenta de uma vontade alheia – de um preceito que ele não entende em sua necessidade. Desde a mais tenra infância, ele deve conhecer a coação das coisas, e aprender a curvar-se diante dela, mas deve ser poupado da tirania dos homens. A partir desta ideia básica pode-se entender também inteiramente a tendência da doutrina de Rousseau do Estado e da sociedade. Pois na verdade, o seu objetivo essencial reside em colocar o indivíduo sob uma lei universalmente obrigatória para todos, mas também em formar esta mesma lei de tal modo

que desapareça dela qualquer traço de capricho ou de arbitrariedade (CASSIRER, 1999, p. 62).

É factível que Emílio deve conhecer e percorrer todos os meandros que a sociedade lhe impõe, de forma que as dificuldades não lhe devem ser evitadas, guardando os devidos preceitos que limitam as suas necessidades. A coação dos homens termina sendo inevitável em sociedade, cabe preservá-lo da tirania. A ideia final deve ser colocar o homem sob as leis igualitárias e obrigatórias para todos, mas sem haver qualquer tipo de arbitrariedade.

Até a chegada desse ponto, Emílio precisou voltar-se a si mesmo, seu olhar está para aquilo que o satisfaz. A partir do momento que lança seu olhar *para* o seu semelhante, começam as comparações e a mudança de sentimentos. O amor de si, de conservação, transforma-se em amor próprio⁴⁰ e de onde provêm todas as paixões (ROUSSEAU, 2014, p. 289). Ainda, é preciso verificar se suas paixões serão de benevolência ou de maleficência. Para isso, o homem precisará julgar o seu ser envolto aos outros homens e quais terá de enfrentar para alcançar o que pretende (ROUSSEAU, 2014, p. 325).

No que se refere ao amor próprio, Dalbosco ressalta a característica ambígua que esse elemento possui na obra de Rousseau, conforme mencionamos anteriormente. No *Segundo Discurso* existe uma tensão entre o amor de si e o amor-próprio no qual a “sociabilidade repousa na predominância do amor-próprio”. Por sua vez, o *Emílio* desenvolve a questão de modo pormenorizado. A formação virtuosa do jovem “depende da educabilidade de seu amor-próprio” (DALBOSCO, 2016, p. 19-20). Segundo Genildo Ferreira da Silva (2004, p. 117), o amor-próprio “é explicado por Rousseau como uma transformação perversa do amor de si sob a influência do raciocínio e da reflexão”.⁴¹

A característica essencial da natureza rousseuniana é a de “comandar” todos os seres (homens e animais). Entretanto, o homem considera-se

⁴⁰ Nesse ponto, o amor-próprio para Rousseau é a fonte de todas as paixões “odientas e irascíveis”.

⁴¹ O capítulo 2 da tese *Rousseau e a fundamentação da moral: entre razão e religião*, de Genildo Ferreira da Silva, lida com a tensão entre o amor de si e amor-próprio. Também a tese de Marisa Alves Vento, *O fundamento antropológico da vontade geral em Rousseau* (Unicamp, 2013), lida com esse problema.

livre para concordar ou resistir, é nesse processo de conscientização da liberdade que sua espiritualidade se apresenta. Rousseau (1999, p. 64) afirma que “no poder de escolha, e no sentimento desse poder, só se encontram atos puramente espirituais que não podem ser explicados pelas leis da mecânica”.

No *Emílio* (2014, p. 78), Rousseau menciona esse processo como uma lei de resignação, em que, por exemplo, os selvagens e os animais debatem muito pouco ou quase nada sobre a existência. O poder de decidir que é dado aos homens, forma outra lei, a partir da razão, da qual, segundo ele, passa a se constituir uma resignação artificial, que nem sempre é completa e integral. Neste sentido, Rousseau faz as seguintes indagações: será que é a natureza que leva os homens para tão longe de si mesmos? Será que ela quer que cada homem conheça seu destino pelos outros, e algumas vezes seja o último a conhecê-lo, de modo que tal homem morra feliz ou miserável, sem jamais ter sabido nada a seu respeito? (ROUSSEAU, 2014, p.79). Apesar dos questionamentos, Rousseau na sequência responde de forma profética:

Permaneça no lugar que a natureza te atribui na cadeia dos seres, nada poderá fazer com que saias dali; não te revoltas contra a dura lei da necessidade, e não esgotes, querendo resistir a ela, forças que o céu não te deu para estenderes ou prolongares tua existência, mas apenas para conservá-la como lhe aprouver e enquanto lhe aprouver. Tua liberdade, teu poder só vão até onde vão tuas forças naturais, e não além; todo o resto não passa de escravidão, de ilusão e de prestígio (ROUSSEAU, 2014, p. 79).

Parece que o genebrino nos alerta que existe um limite existencial que o homem não tem o condão de extrapolar, sendo necessário o respeito ao que a natureza lhe atribui. Sendo assim, o homem deve conservar essa natureza. A liberdade deve caminhar junto às forças naturais, e o que vai além disso, torna-se escravidão, ilusão e prestígio. São as artificialidades que prosperam no meio social que tendem a obscurecer o “ser” e a ressaltar o “parecer”. É a saída da transparência para as aparências enganosas, que Starobinski ressalta na sua obra *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo* (STAROBINSKI, 2011, p. 16).

Importante mencionar ainda, no que se refere à exterioridade da natureza rousseuniana, que em esmiuçados detalhes, Rousseau indaga sobre a alimentação no Livro II do *Emílio*. O pensador afirma que até o afastamento da natureza pode provocar mudanças nos gostos naturais do indivíduo. Vejamos nas palavras de Rousseau na citação seguinte:

Naturalmente, não há para o homem, médico mais seguro do que seu próprio apetite e, tomando-o em seu estado primitivo, não tenho dúvida de que os alimentos que achava mais agradáveis eram também os mais saudáveis para ele. Há mais. O autor das coisas não provê apenas às necessidades que nos dá, mas também aquelas que nós próprios nos damos, e é para que nosso desejo esteja sempre ao lado de nossa necessidade que ele faz que nossos gostos mudem e se alterem com as maneiras de viver. Quanto mais nos afastamos do estado de natureza, mais perdemos de nossos gostos naturais, ou antes, o hábito forma para nós uma segunda natureza, que substituímos de tal modo à primeira, que ninguém de nós conhece mais essa primeira (ROUSSEAU, 2014, p. 190).

No estado de natureza originário, os alimentos são os mais naturais possíveis, de modo que isso garante seguridade à sua saúde. Os alimentos nesse estado garantem todas as necessidades, mas à medida que o desejo aumenta, em decorrência do modo de viver, os gostos também mudam. O afastamento do estado de natureza também afasta os gostos naturais. Desse modo, o hábito substitui a natureza original de maneira que a torna praticamente irreconhecível (ROUSSEAU, 2014, p. 190).

O genebrino então faz um alerta a fim de conservar na criança o gosto pelo natural e simples, e para que não haja familiaridade com paladares pouco comuns. Percebe-se que todas as ações cotidianas da vida que devem ser ensinadas à criança devem ser consoantes com a natureza simples, e isso inclui até mesmo a alimentação:

Eis o rastro da natureza, eis portanto também a nossa regra. Conservamos na criança o seu gosto primitivo o mais possível; que sua comida seja comum e simples, que seu paladar só se familiarize com os sabores pouco picantes e não forme para si mesmo um gosto exclusivo. Não estou examinando aqui se essa maneira de viver é mais sadia ou não, não é assim que o encaro. Basta-me saber, para preferi-la, que é a mais conforme a natureza, e a que pode com maior facilidade dobrar-se a qualquer outra (ROUSSEAU, 2014, p. 191).

Até mesmo a comida, Rousseau sugere que seja a mais comum e simples possível para a criança. Segundo ele, essa é a maneira que mais se conforma com a natureza. O “destempero” na alimentação é causado pelas novas regras que o homem procura impor, seja acrescentando ou suprimindo algum “ingrediente”. A fantasia termina por substituir as necessidades do estômago:

Nosso apetite só é desmedido porque queremos dar-lhe regras diferentes das regras da natureza. Sempre regrado, prescrevendo, acrescentando, suprimindo, só fazemos alguma coisa com a balança na mão. Mas essa balança mede por nossa fantasia, e não pelo nosso estômago. Volto sempre aos meus exemplos. Entre os camponeses, a cesta de pães e a fruteira estão sempre abertas, e nem as crianças nem os adultos sabem o que seja indigestão (ROUSSEAU, 2014, p. 198).

O genebrino coloca na passagem que entre os camponeses, no meio rural, o homem se encontra mais próximo da natureza. A ordem pode se harmonizar com tudo ao seu entorno na relação do homem com o espaço que ocupa. Essa harmonização entre os camponeses se dá justamente pela simplicidade e uniformidade de suas regras, sem tantas imposições das fantasias produzidas pela artificialidade.

Na figura de Emílio, Rousseau exhibe uma relação benevolente entre o indivíduo (criança) e tudo aquilo que o rodeia, pois naturalmente ele se inclina ao seu entorno e a própria natureza se dispõe a ajudar nesse processo, até o momento em que as relações e necessidades se tornam mais complexas e ele passa a ter dependências e preferências. Ernst Cassirer traça sua visão sobre os objetos de Emílio:

O plano educacional do Emílio pretende impedir essa decadência espiritual e moral. Ele coloca o discípulo fora da sociedade com o intuito de evitar que seja contaminado por ela – e de fazê-lo encontrar e percorrer o seu próprio caminho. Mas de modo algum esta particularidade, este despertar para a autonomia do julgar e do querer, contém a vontade de isolar-se como exigência definitiva. Tal como o Nathan de Lessing teme por Al-Hafi, Rousseau teme que seu discípulo desaprenda a ser um homem justamente entre os homens (CASSIRER, 1999, p. 117).

Ao que indica, Cassirer pressupõe que Rousseau, ao traçar o caminho percorrido pelo jovem, o coloca para “fora da sociedade”, mesmo sabendo que o seu projeto se destina ao homem inserido nesse contexto. O motivo é impedir uma decadência espiritual e moral no aprendizado. Interessante ressaltar que a proposta estabelece que jovem siga seu próximo caminho, mas construindo e participando ativamente de suas vivências e experiências.

Portanto, no bloco destinado à descrição sobre o desenvolvimento do jovem Emílio, vários elementos foram expostos e que refletem na relação entre o homem, a natureza e o exterior, como por exemplo: fases de aprendizado (principalmente a infância e adolescência), a figura do preceptor, as fontes da formação humana, as primeiras sensações da criança, enfermidades, a educação no campo, o ensino das artes/ofício, alimentação. Podemos observar que o personagem Emílio se valeu de uma educação formada em um ambiente afastado dos vícios sociais, vivendo mais próximo da natureza, o que permitiu o desenvolvimento de sua individualidade e capacidade de pensar por si próprio.

No próximo capítulo veremos os ensinamentos espirituais e morais apresentados ao jovem Emílio através da *Profissão de fé do vigário saboiano*, além de discutir sobre o ordenamento natural que revela o Ser inteligível. Também abordaremos a ordem da natureza a partir da Sétima Caminhada dos *Devaneios* em um passeio sensorial e bastante afetado pelas paisagens naturais às quais o solitário se submete.

2 O AMBIENTE NATURAL A PARTIR DA ORDEM DA NATUREZA

O presente capítulo pretende dissertar sobre o ambiente natural formado a partir da ordem da natureza. Conceito central, a ordem da natureza remete a uma condição de equilíbrio e harmonia entre o homem e a natureza. Para tanto, o capítulo aborda a *Profissão de fé do vigário saboiano* e destaca a sua estrutura formada pelo sensualismo, racionalismo e consciência, até que se revele o inteligível, que é Deus. A unidade entre esses elementos revela a fonte da verdade que está na natureza. De outro modo, o capítulo também aborda os *Devaneios*, através da Sétima Caminhada, que revela muito mais a experiência sensorial do que a razão, em um estado de contemplação de Rousseau em face à natureza. Os elementos sensoriais que se apresentam na caminhada revelam as experiências e percepções do autor através de uma linguagem poética e evocativa da natureza.

As obras do pensador têm as marcas de sua sensibilidade diante da natureza, principalmente as autobiográficas, e é interessante perceber como o ambiente natural desperta no genebrino um conjunto de sensações.⁴² Tais sensações puderam ajudar Rousseau a superar conflitos internos, obviamente, sem perder de vista a razão, que em conjunto com as sensações, exerce papel fundamental para a compreensão dos fenômenos da natureza e suas relações dentro de um todo bem organizado. A sequência lógica de conclusões, abordadas na *Profissão de fé do vigário saboiano*, e também a ordem estimulada através dos passos do genebrino na Sétima Caminhada, revela a formação de um ambiente

⁴² No que compete ao sentimentalismo rousseauiano, Cassirer traz uma importante concepção: “Evidencia-se então que também a sua referência ao sentimentalismo traz em si duas tendências absolutamente diferentes. A partir da força primitiva do sentimento, Rousseau obtém uma nova compreensão da natureza; com ela, se transporta para o centro de sua presença viva. Quando o espírito lógico matemático dos séculos XVII e XVIII transformou a natureza num mero mecanismo, Rousseau redescobre a alma da natureza. Ao formalismo e ao esquematismo abstrato do sistema da natureza, tal como nos chega no *Système de la nature* de Holbach, Rousseau contrapõe o seu amplo sentimento da natureza. Através dele, encontra o caminho de volta à realidade da natureza, à sua abundância de vida e de formas. O homem só consegue entender esta abundância de formas entregando-se de imediato a ela. Desse modo, a passividade, o repouso nas milhares de impressões que a natureza nos presenteia sem cessar, torna-se a fonte do verdadeiro prazer e da verdadeira compreensão. Mas surge para o homem uma questão nova e mais difícil, na medida em que ele pretende não somente falar a sós com a natureza, na solidão e no isolamento de seu eu, mas se vê transportado para o meio das atividades do mundo humano, o mundo social” (CASSIRER, 1999, p. 101).

natural e uma relação bastante afetiva com a natureza.

O genebrino percebe existir uma ordem no universo, de modo que, ele deseja interiorizá-la no homem. Rousseau assinala que a bondade original do homem é definida pela sua tendência e inclinação a preservar a ordem instituída pela natureza. Em razão disso, o homem faz-se um ser justo e verdadeiro, e a consciência alcança benefícios, mais tarde, por esse amor ao belo no sentido moral revelar-se inato ao homem (ESPINDOLA, 2019, p. 130). Para Bezerra (2014, p. 7), a noção de ordem aí existente, leva Rousseau a encontrar o fundamento de seu pensamento filosófico e religioso. Tais fundamentos filosóficos sustentam a concepção de ordem da natureza, e sua contemplação contrapõe-se ao “desastre das relações humanas”.

Nas próximas linhas, então, desenvolveremos a concepção de ordem da natureza a partir da *Profissão de fé do Vigário Saboiano*, através de conceitos que o genebrino traz como sensualismo, racionalismo, consciência e Deus. Na sequência, desenvolveremos a concepção de ordem da natureza a partir da Sétima Caminhada dos *Devaneios*, e desse modo, dissertaremos muito mais sobre a experiência sensorial e contemplação de uma ordem cósmica, com menos ênfase na utilização da razão.

2. 1 A Ordem da Natureza a Partir da Profissão de Fé do Vigário Saboiano

A *Profissão de fé do vigário saboiano* trata-se de uma parte do Livro IV do *Emílio*, que constitui quase uma obra dentro de outra. O autor, em vez de se expressar diretamente, como em outros momentos, utiliza a figura do Vigário para apresentar e discutir diversas ideias referentes à religião, moral, metafísica e conhecimento.⁴³ Na transmissão dessas ideias, o Vigário busca interiorizar a ordem que ele percebe existir no universo. Ao verificar a existência dessa ordem o genebrino se depara com o fenômeno de uma vontade inteligente, sem a qual essa

⁴³ No que se refere à educação religiosa de Emílio, expressa no Livro IV, trata-se de uma apresentação de uma ideia, adotada pelo vigário, e não de uma imposição. O modelo apresentado poderá ser utilizado pelo jovem, caso ele concorde. A segunda frase deste primeiro parágrafo do item, tem o suporte das anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

ordem não se estabeleceria (ROUSSEAU, 2014, p. 390). Para o Vigário, a interiorização dessa ordem é simples e natural, não passa por interferências de instituições. Desse modo, ele incentiva Emílio a desenvolver a moralidade e a virtude de maneira a viver de acordo com a consciência. Nesse escrito – *Profissão de fé* – “vemos a consciência ser tomada como um guia sublime que dirige o homem, conservando-o na ordem da natureza” (ESPÍNDOLA, 2021, p. 1160).

Apreender tal ordem da natureza é ultrapassar a fronteira da experiência sensorial e envolver outras faculdades do homem. Nesse sentido, se faz necessário tanto a razão quanto a consciência a fim de definir aquilo que o Vigário entende como verdadeiro.

Para Rousseau, a consciência se destina a seguir a ordem da natureza, mesmo contra todas as leis dos homens. A natureza bem-ordenada prescreve ao homem, com muito mais força, tudo aquilo que os remorsos repreendem de modo mais sutil (ROUSSEAU, 2014, p. 373). Neste conjunto bem ordenado da natureza, o homem deve observar também a ordem moral, que irá demandar em ouvir a voz da consciência e fazer bom uso da razão, concepção essa somente possível na vida em sociedade. A ordem da natureza, então, representa a moral universal, “na medida em que bondade e justiça identificam-se com a harmonia constatada na natureza” (BEZERRA, 2014, p. 18). A Carta de J.-J. Rousseau ao Senhor de Voltaire (1756), também intitulada *Carta sobre a providência*⁴⁴, denota aspectos sobre a ordem natural e moral. Desse modo, também serve de material de apoio à temática deste capítulo.

O vigário saboiano nos relata que a ordem afeta ao homem, de modo que o faz sentir sua própria existência, mesmo que ele não a queira e ainda que não dependa dele para produzir tal efeito. Ele ainda nos ensina que as sensações, e sua causa ou objeto que se encontram externamente, não são as mesmas coisas, mas que sem dúvida se relacionam (ROUSSEAU, 2014, p. 379). O genebrino, por intermédio do Vigário saboiano, nomeia tudo o que sente fora de si, e que age sobre seus sentidos, como matéria. Por conseguinte, todas as matérias reunidas em seres

⁴⁴ A *Carta sobre a providência*, datada de 1756, direciona-se a Voltaire com o objetivo de confrontar o *Poema sobre o desastre de Lisboa*. Nela, Rousseau destaca assuntos como: a origem do mal, a questão moral, Ser inteligível, religião, etc.

individuais, ele as nomeia como corpos (ROUSSEAU, 2014, p. 379).

A existência do universo faz com que o homem reflita sobre os objetos propostos para as suas sensações e perceba uma força ativa que a tudo move, da qual não tinha conhecimento anteriormente.⁴⁵ A força possui profundidade e complexidade muito maiores na obra de Rousseau. Bento Prado Jr. (2018, p. 137) explica que: “É na Profissão de fé que podemos encontrar o fundamento primeiro do conceito de força, a raiz que permite unificar os diversos sentidos que esta palavra recebe no vocabulário de Rousseau”. O Vigário reforça que, “pela sensação, os objetos oferecem-se a mim separados, isolados, tais como existem na natureza; pela comparação, movimento-os, transporte-os, por assim dizer, coloco-os uns sobre os outros para julgar sua diferença ou sua semelhança e geralmente todas as suas relações” (ROUSSEAU, 2014, p. 379).

Nessa análise do que o rodeia, o Vigário saboiano olha para fora de si e percebe-se envolto por uma imensidão de seres/objetos, sem saber ao certo o que eles são (ROUSSEAU, 2014, p. 381). Desse modo, utiliza a si mesmo como elemento comparativo a tudo que estuda e observa ao redor: “Tudo o que percebo pelos sentidos é matéria, e deduzo todas as propriedades essenciais da matéria das qualidades sensíveis que me fazem percebê-la e que são inseparáveis dela” (ROUSSEAU, 2014, p. 382).

O Vigário se depara com o problema de provar a existência de uma substância imaterial, já que a material não é a única existente no universo. Tudo o que se movimenta no universo aparece ao Vigário de forma ordenada. A esse movimento do universo, Rousseau afirma que existe alguma causa estranha, a qual ele não percebe, mas que imagina ser uma força vital que faz a Terra girar. Este universo é matéria esparsa e morta, que não representa um sentimento comum das partes de um corpo animado, ao menos isso não é plenamente visível (ROUSSEAU, 2014, p. 383). Desse modo, repetindo o mencionado acima, Rousseau conclui que

o mundo não é um grande animal que se move por si mesmo; há, pois, alguma causa de seus movimentos estranha a ele, a qual não percebo; mas

⁴⁵ Bento Prado Jr. destina um tópico ao conceito de força em seu livro *A retórica de Rousseau* (2018, p. 132-142).

a persuasão interior torna-me essa causa de tal modo sensível que não posso ver o Sol caminhar sem imaginar uma força que o empurre, ou, se a Terra gira, acredito sentir uma mão que a faz girar (ROUSSEAU, 2014, p. 383).

Salinas Fortes também menciona essa causa primeira evidenciada na *Profissão de fé do vigário saboiano* e afirma que este é um universo mais profundo da natureza e impenetrável pelo ser humano (SALINAS FORTES, 1989, p. 36).

A causa primeira estabelece uma relação com o divino e justo, além de também ser fonte de toda a sabedoria e bondade, de modo que a busca do homem deve ser em direção a ela. Em outras palavras, é um elemento intacto e incorruptível que está acima da inteligência humana, mas que a tudo coordena e orbita para o ambiente natural em que o homem está inserido.

Em suma, o pensador chega à conclusão de que os corpos inanimados e objetos agem pelo movimento e não há verdadeira ação sem vontade (ROUSSEAU, 2014, p. 384). Restando assim, acreditar que uma vontade move o universo e a natureza. Salinas Fortes destaca que embora Rousseau valorize as evidências dos empiristas, ele reclama outro critério, eleva o homem para outra dimensão, “além do intelecto e dos sentidos” e ressalta que “é preciso levar em conta o homem em sua totalidade, como coração, como sensibilidade moral” (SALINAS FORTES, 1989, p. 34). Nesse sentido, ele difere de Descartes, para o qual as “bases são apenas intelectuais” e vai além do caminho dos empiristas, elevando o homem a uma dimensão posterior conforme dito acima (FORTES, 1989, p. 34). O genebrino opta por um caminho diferente na busca do que é sólido e verdadeiro. Não é possível deixar ao puro intelecto, nem somente aos sentidos, ou seja, a busca deve compreender o homem em sua totalidade. Já que a compreensão humana é limitada, ela se reduz àquilo que o homem tem acesso no âmbito prático. O homem quer a tudo conhecer, mas tem suas limitações e é apenas uma pequena parte de um grande todo ordenado (SALINAS FORTES, 1989, p. 35). Nesse sentido, o filósofo genebrino abre um caminho oposto aos filósofos empiristas e também Descartes. Em relação aos empiristas, Rousseau afirma que a verdade e a moralidade (adormecida no homem até o momento em que ele precisa de sua estada na sociedade) são inerentes à natureza humana e não dependentes de

experiências sensoriais⁴⁶. No que se refere a Descartes, o pensador de Genebra não concorda com a ideia de que a razão é a única fonte de conhecimento e verdade, pois ele argumenta que razão e sentimento têm papéis semelhantes para a compreensão do mundo (ROUSSEAU, 2014, p. 384). Bento Prado Jr. (2018, p. 75) assevera que “em Rousseau, a ordem da natureza é sempre postulada, mas não pode ser reconstruída metodicamente pelo conhecimento (...) ela pode se desvelar em experiências privilegiadas”.⁴⁷

A constituição do universo permeou muitas reflexões ao genebrino, como por exemplo: “Em que sentido, pois, a matéria se move necessariamente?” ou “Toda a matéria em bloco tem um movimento uniforme, ou cada átomo tem seu movimento próprio?” Rousseau (2014, p. 386), de pronto, responde: “De acordo com a primeira ideia, o universo inteiro deve formar uma massa sólida e indivisível; de acordo com segunda, ele deve formar apenas um fluido esparso e incoerente, sem que jamais seja possível dois átomos se reunirem”. Rousseau não discute detalhadamente sobre questões científicas que envolvem o movimento dos átomos no universo.

Muito além de suas possíveis previsões em imaginar sobre a constituição do universo, Rousseau prefere acreditar na harmonia deste e entende que o mecanismo do mundo não é algo tão inteligível ao homem, pois reconhece que muitas questões metafísicas ultrapassam o alcance do conhecimento humano, de modo que, interessa aquilo que realmente importa saber para bem agir. A matéria movida indica uma vontade, e diante de certas leis indica uma inteligência (ROUSSEAU, 2014, p. 386). Nesse mesmo sentido, Salinas Fortes, preleciona que “partindo da observação do universo que o circunda, chega-se à ideia de Deus, concebido como uma causa primária que move o universo e anima a natureza” (SALINAS FORTES, 1989, p. 45). Essa causa primária constitui-se como vontade

⁴⁶ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para a defesa da dissertação, apesar de existir bases inatas na moralidade, Rousseau também mostra que a voz da consciência só se faz ouvir nos seres humanos a partir das experiências que eles realizam na vida em sociedade, por meio das quais desenvolvem suas faculdades intelectuais e morais.

⁴⁷ Bento Prado Jr. dá mais detalhes sobre razão e experiência sensível na ordem da natureza em Rousseau, na parte introdutória do livro **A retórica de Rousseau**. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 70-79.

criadora e Rousseau acredita nos efeitos por ela produzida, mas para isso é necessária a “aceitação do coração” (SALINAS FORTES, 1989, p. 36).

Como o universo ao nosso redor se manifesta tão harmoniosamente em uma ampla variedade de “correspondências e simetrias”, devemos concluir que sua causa é inteligente (SALINAS FORTES, 1989, p. 36). O que interessa é entender o universo como um sistema inteligente, em que os seres se interligam e cada um ocupa uma posição bem precisa (ROUSSEAU, 2014, p. 389). Para Rousseau, entender o universo como um sistema inteligente é fundamental para a compreensão da sua estrutura de natureza e para poder alcançar uma vida plena. Então, o universo é regido por um sistema divino e justo no qual cada indivíduo tem sua importância e papel específicos. A providência se encarrega de manter essa ordem, de modo que tudo está interligado e contribui para o cumprimento da vontade de Deus. Isso significa que todos têm a responsabilidade moral e ética de agir de acordo com sua função no universo. Assim, buscar entender a vontade divina é o objetivo da vida humana.

O Vigário (2014, p. 389) aponta que todos os seres presentes no universo possuem a característica de ser o centro comum de todos os outros. Sendo assim, todos os seres, de algum modo, “podem ser considerados como o centro dos outros. Desse modo, a depender do critério de escolha para observar as relações entre os seres, pode-se chegar a uma compreensão diferente de qual deles seria o eixo em torno do qual os outros se moveriam”⁴⁸. Para Rousseau, importa sentir que existe uma vontade poderosa e sábia que governa o mundo. A respeito disso, o genebrino afirma:

Que a matéria seja eterna ou criada, que haja um princípio passivo ou não, sempre é certo que o todo é uno e anuncia uma inteligência única; pois nada vejo que não esteja ordenado no mesmo sistema e que não concorra para o mesmo fim, qual seja, a conservação do todo na ordem estabelecida. O ser que quer e que pode, o ser ativo por si mesmo, o ser, enfim, qualquer que seja ele, que move o universo e ordena todas as coisas, chamo-o Deus (ROUSSEAU, 2014, p. 390).

A unidade que o todo oferece é independente de matéria ou princípio, é

⁴⁸ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

regida pela força de uma vontade poderosa e superior à razão (ROUSSEAU, 2014, 389). Potência, vontade e inteligência são nomes que remetem a essa força chamada Deus e, como consequência necessária, a bondade. Desse modo, a ordem provê o bem e tudo concorre para o mesmo fim estabelecido. A inteligência é elemento central na ordem da natureza para compreensão do universo, de maneira a possuir característica única e indivisível que permeia todas as coisas. Esse princípio dá sentido e propósito às coisas de modo que o homem precisa viver de acordo com essa vontade, pois buscar compreendê-la é buscar a vontade divina. A ideia de que a inteligência é um todo, único, constitui-se em um dos aspectos diferenciados da filosofia de Rousseau e distingue sua abordagem de outros pensadores, como os empiristas e Descartes. Tais filósofos acreditavam que a inteligência era algo separado e individual da natureza, ao passo que o genebrino afirma que ela é parte integrante da natureza e que os homens devem se esforçar para entender e viver na ordem natural.

Afora essa “revelação espiritual”, o genebrino procura identificar qual a sua identidade e papel neste espaço. Qual é a parte que cabe ao homem neste vasto universo de coisas? Descobre que é o único de sua espécie que possui instrumentos necessários para agir em seu poder (ROUSSEAU, 2014, p. 390-391). É um ser dotado de razão e consciência que compõe um quadro, ao mesmo tempo da desordem das coisas humanas e da harmonia inalterável do todo. Esse ponto nos remete à famosa frase de Rousseau: “o quadro da natureza não oferecia senão harmonia e proporções, o do gênero humano não me oferece senão confusão e desordem” (ROUSSEAU, 2014, p. 392).

Sob a visão rousseuniana, o homem é um ser único que combina as características da natureza e da cultura. A razão e a consciência o distinguem dos demais seres e lhe permitem outros recursos. Mas, ao mesmo passo, que o homem porta esses elementos, também é considerado parte de um todo maior que é o universo, governado por uma providência divina. Isso eleva o homem rousseuniano para uma amplitude muito maior na ordem natural, de modo que os seus elementos constitutivos, razão e consciência, são apenas parte desse todo. Desse modo então é que o homem se encontra nesse caminho entre o caos e conflitos sociais e a

harmonia imutável do todo. Nessa perspectiva, o homem é tido como aquele que faz parte da “desordem das coisas humanas”, ou seja, da sociedade marcada por conflitos e desequilíbrios, mas também parte da “harmonia inalterável do todo”, ou seja, da ordem natural do universo, que é contínua e perfeita.

Rousseau identifica que o princípio de toda a ação humana está na vontade de um ser livre, ou seja, o filósofo ressalta o princípio ativo da vontade. O sistema ordenado da natureza a ele tudo provê, mas a sua liberdade e, o conseqüente abuso desta, o torna um ser fraco, capaz de gerar o mal e degradar a sua própria natureza. Vejamos a seguinte citação:

Se o homem é ativo e livre, ele age por si mesmo. Tudo o que faz livremente não entra no sistema ordenado da providência e não lhe pode ser imputado. Ela não quer o mal que o homem faz abusando da liberdade que ela lhe dá, mas não o impede de fazê-lo, quer porque da parte de um ser tão fraco esse mal seja nulo a seus olhos, quer porque não o poderia impedir sem perturbar a sua liberdade e causar um mal maior degradando a sua natureza. Ela o fez livre para que ele fizesse não o mal, mas o bem por escolha. Colocou-o em condições de fazer essa escolha empregando bem as faculdades de que o dotou; mas limitou de tal modo suas forças que o abuso da liberdade que ela lhe deixa não pode perturbar a ordem geral (ROUSSEAU, 2014, p. 396).

Veja que a providência é entendida como a ordem divina que regula e dirige o universo, de modo a abarcar todos os seres e coisas. Se a ordem é inteligente e perfeita, projetada para garantir que tudo no universo esteja em seu lugar, o mal não tem espaço nesse sistema. Sendo assim, ele é resultado da ação humana e não como parte da providência. Nesse sentido, o mal não é parte integrante do universo, mas o resultado da natureza imperfeita e corrupta do homem em sociedade (ROUSSEAU, 2014, p. 398).

Contudo, o mal produzido pelo homem retorna a ele próprio, sem alterar o sistema. Na *Carta sobre a providência* (2005, p. 9), Rousseau alerta que os homens produziam suas próprias desgraças. Aliás, ele dá como exemplo o desastre de Lisboa, ocorrido em 1755 através de um maremoto, e também um maremoto, que devastou a cidade portuguesa. Para ele (2005, p. 9), “se os habitantes dessa grande cidade tivessem sido distribuídos mais igualmente, e possuíssem menos coisas, o dano teria sido muito menor, e talvez nulo”. Mas, como o próprio pensador ressalta o

apego às coisas vale mais e é mais desejável caminhar para a ruína.

O genebrino constata que a harmonia observada na natureza não se revela na vida social. A incoerência com a ordem significa a perda de segurança e da orientação moral na vida, ao ponto de viver condenado à infelicidade. De acordo com Bazcko: “o universo, a natureza constitui um sistema metafísico e moral, um sistema de freios e de meios, no qual reinam a harmonia e o acordo do todo” (BAZCKO, 1974, p. 185). O mal resulta desse afastamento em relação à harmonia, da negação que o homem carrega dentro de si. Tal desvio não é um mandamento natural da ordem, e surge, porque o homem é livre para se opor à natureza, para agir contrariamente aos mandamentos da natureza e, assim, quebrar a harmonia dominante no grande todo. Como uma espécie de comunhão entre as partes, a harmonia é representada pela natureza, enquanto que as relações da civilização representam o caos para Rousseau. Nessa linha de raciocínio, Gustavo Bezerra expõe que: “se a harmonia observável na natureza representa para o Vigário uma manifestação da sabedoria divina, o mal que o homem faz a si mesmo, por outro lado, visto como algo que foge à ordem, não pode ser atribuído à Providência” (BEZERRA, 2014, p. 120). No *Segundo Discurso* (2000, p. 61), já havia o alerta de que “a maioria de nossos males é obra nossa e que teríamos evitado quase todos se tivéssemos conservado a maneira simples, uniforme e solitária de viver prescrita pela natureza”.

A ordem não se desmente e o mal é algo particular que se encontra no sentimento do ser que sofre. Sentimento esse não recebido da natureza, provocado apenas pelo próprio autor do mal: o homem (ROUSSEAU, 2014, p. 398). Não à toa, na *Carta sobre a providência* (2005, p. 9) que Rousseau endereça a Voltaire, ele afirma: “Não vejo como se possa buscar a fonte do mal em outro lugar que não no homem livre, aperfeiçoado, portanto corrompido”. Na mesma *Carta*, Rousseau admite a classificação entre o mal moral e o mal físico. Segundo o filósofo (2005, p. 9), os males físicos “são inevitáveis em todo sistema do qual o homem faça parte”. Seriam males decorrentes da própria natureza, mas Rousseau (2005, p. 10) trata de amenizá-los: “vejo em toda parte que os males a que a natureza nos submete são muito menos cruéis que os que nós a eles acrescentamos”. E completa (2005, p. 9):

“acredito ter mostrado que, exceto a morte, que quase não é um mal senão pelos preparativos de que se a faz preceder, a maior parte de nossos males físicos são mais uma vez obra nossa”. Desse modo, o mal particular é o único existente, já que o mal geral negaria a ordem universal. Por serem responsáveis pelo mal, os homens não devem saber que a sua liberdade permite pecar. A corrupção na sociedade instiga o homem a utilizar a sua liberdade, não para a felicidade e a virtude, mas para produzir o mal. Desse modo, a liberdade se constitui em uma poderosa força que pode conduzir o homem ao bem ou mal, a depender de sua utilização. Nesse sentido, Salinas Fortes nos fornece o seguinte:

Não há verdadeira vontade nem verdadeira ação sem uma liberdade, que é seu princípio eficiente. E é esse atributo distintivo do homem que, se por um lado é motivo de orgulho, por outro responde pela própria existência do mal sobre a terra. Se há desordem, se há caos é porque os homens são livres e podem fazer um uso ou abuso da órbita normal que lhes é própria (SALINAS FORTES, 1989, p. 37).

O mal moral desenvolve-se no mundo histórico, o mundo dos “eventos”, construído pelos homens. A diferença, então, entre a ordem natural e a desordem da sociedade reside na oposição entre a vida natural e o mundo da história. Enquanto a vida que segue a ordem da natureza possui relações agradáveis entre as partes, na vida social tudo se torna exterior. Os sentimentos que provêm dessa força diferente do coração humano são os mais variados da sociedade moderna - frustração, crises, confrontos, desigualdade - em contraste com as aspirações mais profundas - harmonia, paz interior. Eis que ocorre o “desregramento, como desordem ou caos, por contraste com a ordem universal, que é essencialmente o bem ou o supremo valor” (SALINAS FORTES, 1989, p. 38).

Para o Vigário saboiano, o fundamento sólido se encontra apenas no sentimento da existência de Deus (ROUSSEAU, 2014, p. 403), princípio da ordem que não podemos acessar pelo uso exclusivo da razão, mas que é por ela confirmado quando desvendado pela consciência. Sobre a existência de Deus, em uma passagem na *Carta sobre a providência*, ligando ao aspecto da perfeição e imortalidade, Rousseau diz que:

Se Deus existe, ele é perfeito; se é perfeito, é sábio, poderoso e justo; se ele é sábio e poderoso, tudo está bem; se ele é justo e poderoso, minha alma é imortal; se minha alma é imortal, trinta anos de vida não são nada para mim e são talvez necessários à manutenção do universo (ROUSSEAU, 2005, p. 17).

O aspecto de imortalidade e sabedoria ganha em Rousseau uma conotação interior de revelação, ou seja, a busca da verdade através de uma revelação interior não corrompida pela sociedade. Essas não são dadas pelas instituições sociais ou crenças religiosas, é preciso ir a fundo à essência do indivíduo. A sabedoria precisa estar conectada à compreensão da natureza humana e do universo, compreensão essa alcançada pela voz da consciência.

Os atos em sociedade ocorrem independentemente da ordem, ou seja, a história não é consequência da ordem da natureza. Se a história não segue a ordem, então o estado trágico do mundo não é um resultado necessário. Assim, para Rousseau, não há história que oriente, nem destino, nem vontade divina que crie o mal que existe na sociedade, ele é resultado apenas da atividade humana. Por isso cada indivíduo, graças à sua liberdade, é responsável por si mesmo e pela história da humanidade. Esse caráter ambíguo entre a história produzida pelo homem e a ordem natural, gera conflitos e tensões nos indivíduos. Sobre isso, Gustavo Bezerra menciona que:

pois a mesma tensão que Rousseau percebe entre os eventos históricos e os valores absolutos que encontra na ordem da natureza, ele encontra igualmente no indivíduo, que experimenta internamente o conflito entre a boa disposição de sua natureza e a realidade social que o circunda (BEZERRA, 2014, p. 125).

A respeito da história, as reflexões surgem esparsas ao longo das obras, em especial o *Segundo Discurso* e *Emílio*. No que se refere ao segundo, Dalbosco afirma que “Rousseau mostra hipoteticamente que o ingresso do ser humano na história ocorre por meio da desnaturação humana, ou seja, pelo abandono do estado natural e pelo ingresso no estado social” (DALBOSCO, 2016, p. 191). A história revela as ideias do homem que vive em sociedade e permite que o jovem Emílio faça suas experiências. A passagem de uma existência natural e livre

para outra, artificial e oprimida desvela o processo de desnaturação humana. Com efeito, o homem é levado a renunciar à sua liberdade natural e a seguir os ditames impostos pela sociedade.

Quando a reflexão se volta para a relação do homem com a ordem da natureza, para a ordem moral reconhecível na natureza humana, o olhar do Vigário não se volta mais para o mundo circundante, mas para si mesmo. Já não significa observação cuidadosa da natureza fora do homem, mas conhecimento da correspondência entre a ordem da natureza e a natureza humana. Através da reflexão, fundada no conhecimento sobre a ordem histórica e natural, o homem pode tentar reconstruir sua participação no mundo, de modo a conquistar a sua liberdade moral, como condição para a felicidade humana. Essa construção deve ser fomentada através do exercício da vontade e razão. Baczko (1974, p. 199) relaciona o desejo de participar da ordem com uma comunidade em que haja uma dissolução do “eu” com o “nós”. Ele ainda afirma que isso não implica na perda da individualidade, “pois participar na ordem é ao mesmo tempo afirmar sua própria natureza, seu próprio “eu”, a liberdade de suas ações, e essa conformidade com as disposições e os instintos que ele descobre como lhe sendo particulares, seus” (BACZKO, 1974, p. 199). Desse modo, a individualidade e a comunidade são condições importantes para os sujeitos que participam da ordem. A individualidade garante ao homem o desenvolvimento de sua razão e consciência, enquanto que a comunidade é uma instituição necessária para vivência em sociedade.

Bezerra (2014, p. 128) supõe que a política poderia ser um instrumento a fim de estabelecer equilíbrio frente aos conflitos existentes na sociedade, mas o cenário que se apresenta é tão hostil e desagregador que o homem se torna impotente. Desse modo, a ordem da natureza e sua totalidade racionalizam o conflito entre o indivíduo e sociedade, pois intensifica a subjetividade, a sensibilidade e a vida espiritual. Nas palavras de Baczko, essa racionalização pode “contribuir para intensificar a vida espiritual, solitária; ela encoraja a se absorver na meditação, a sensibilidade e o sonho, a buscar na subjetividade o lugar onde poderia se afirmar o indivíduo que – por diversas razões – recusava esse ou aquele fragmento do mundo social” (BACZKO, 1974, p. 202). Essa ideia vai ao encontro da vida solitária e

os refúgios que Rousseau procura, principalmente aqueles mencionados nas obras autobiográficas, no fim de sua vida. Assim, “isolando-se dos homens, Jean-Jacques encontra na natureza o ambiente perfeito para escapar dos laços sociais que ainda atormentam sua imaginação” (BEZERRA, 2014, p. 128). Se na vida social o homem sente os constantes sofrimentos, causados pela instabilidade das relações, nas caminhadas, o solitário encontra os prazeres obtidos das sensações da ordem da natureza (BEZERRA, 2014, p. 128).

A busca de uma unidade interna é favorecida através das experiências sensoriais com a natureza que culmina com a definição de valores que o homem assume como bons e verdadeiros. Neste processo, “a solidão é o resultado da consciência da contradição entre o indivíduo e a realidade social. O indivíduo rejeita a sociedade da qual ele próprio participa e, assim, sente-se separado da ordem”. Em um processo de redescobrimto de si mesmo, o homem percebe que o mundo social é um mundo de aparências e injustiças (BEZERRA, 2014, p. 129). Nesse sentido, Bezerra sintetiza o pensamento filosófico do Vigário saboiano:

(...) o sistema filosófico do Vigário saboiano representa justamente esse esforço moral individual que procura superar o conflito interno através da redescoberta de si mesmo permitida pela apreensão da ordem. O itinerário percorrido pelo Vigário saboiano representa exatamente essa experiência de perceber o conflito com a realidade social, vivê-lo em toda sua dramaticidade e, por fim, conseguir superar a solidão, ao encontrar o seu lugar na ordem (BEZERRA, 2014, p. 129).

Nesse itinerário apresentado pelo Vigário, é ofertada ao jovem Emílio uma jornada de autoconhecimento e busca pela verdade, com o objetivo de propor ao homem um encontro harmônico entre a sua natureza interior e vida. De início é fundamental que haja a renúncia a todos os preconceitos e crenças que limitam a enxergar a verdade. Em seguida, o Vigário instiga a refletir sobre a própria natureza humana e as causas de suas fraquezas. Posteriormente, a busca se dá através das reflexões morais e filosóficas propostas.

Os conflitos internos impedem a felicidade do homem, de modo que se fazem necessários o restabelecimento da ordem, e o sentimento de unidade

interior.⁴⁹ O universo perfeitamente ordenado dá a sensação de segurança ao homem, mesmo que ele não alcance e não compreenda o ser inteligível que a tudo rege. A harmonia entre a natureza e a voz interior remete à organização do todo, e conseqüentemente, indica que isso não é fruto do acaso, mas de uma vontade maior. Desse modo, é fundamental entender a existência de Deus nesse processo, que constitui uma base sólida e inalterável. A ideia de Deus em Rousseau se encontra na própria sabedoria da natureza, que é a própria manifestação da divindade.

Portanto, a ordem que rege o universo se mantém intacta e revela-se através da bondade de Deus. É ele que conserva o que existe e faz conexão com o todo. A natureza impulsiona, e ainda assim existe uma resistência contra ela. As paixões são a voz do corpo, mas a consciência nunca engana o homem. Para Rousseau (2014, p. 405), ela é o verdadeiro guia e quem a segue obedece à natureza e não terá medo de se perder.

O pensador nos revela que os atos da consciência são sentimentos e que aquilo que é externo é apreciado internamente, de modo que o homem pode decidir sobre o que deve ser respeitado ou evitado (ROUSSEAU, 2014, p. 410). O sentimento da consciência deve colaborar com a razão a fim de que o ser humano aja moralmente. A consciência, instinto inato que conduz ao amor da ordem, atua como intermediadora entre os sentidos, que permitem a apreensão do mundo exterior, e a razão, faculdade diretivas das ações humanas. Desse modo, a “filosofia defendida pelo Vigário desenvolve-se, precisamente, através do pleno acordo entre os sentidos, a consciência e a razão” (BEZERRA, 2014, p. 31). Essa relação entre sentidos, consciência e razão é fundamental para que o homem encontre o seu estado na ordem do universo. Ouvir a voz da consciência é corroborar com a verdade do que o coração reconhece de forma imediata e representa a natureza essencialmente boa do homem, princípio esse “no qual se apoia a metafísica de Rousseau, a identificação da natureza com a ordem, a qual é estabelecida por uma

⁴⁹ No artigo intitulado *J.-J. Rousseau: natureza, voz interior – fonte de liberdade*, 2021, p. 1.157, Arlei de Espíndola, afirma que a interioridade do homem está ligada ao aspecto do sentimento e, nesse sentido, tem-se uma natureza associada aos sentidos, como primeiro movimento constituinte de seu ser.

suprema Inteligência” (BEZERRA, 2014, p. 97).

Rousseau (2014, p. 409) garante o primado da consciência sobre a razão, pois se constitui em “princípio inato de justiça e de virtude”, e através da razão, “julgamos nossas ações e as de outrem como boas ou más”. Por isso ele destaca a consciência como o grande guia do homem, pois ela preserva a razão e tenta conduzir ao caminho da verdade. A consciência dá acesso homem para que tenha percepção clara de sua própria natureza. De outro lado, a razão é ferramenta essencial para julgar e compreender a realidade. A primeira é elemento condutor da vida, está no íntimo humano, a segunda, pode ser corrompida por outros interesses. Espíndola (2019, p. 90) destaca a consciência como “uma força inextinguível, de natureza eminentemente divina, definindo-a como guia mais seguro que a razão na perfeita conduta da vida”. Obviamente a razão tem papel importante nesse processo, pois é ela que coloca em desenvolvimento a consciência. Esse sentimento interior nato põe freios e tenta coibir os excessos, mas quando o sujeito reluta em ouvir a voz de sua consciência produz-se a quebra de harmonia com a natureza (ESPÍNDOLA, 2019, p. 94).

Aquilo que é captado pelos sentidos, é estabelecido pelo vigário como “primeira verdade”, trata-se do primeiro recurso da noção de ordem que sustentará a existência do Deus bom e justo, ou seja, é um recurso fundamental para a apreensão das verdades admitidas pelo vigário. As experiências sensoriais obtidas através da *Profissão de fé* ressaltam a importância que a contemplação do espetáculo da natureza tem para o processo de apreensão da ordem. Também o papel da contemplação que levará à percepção de Deus revela um exercício espiritual por parte do Vigário, que o ajudará na superação de seus próprios conflitos. Nesse sentido, para o Vigário, a ordem da natureza é revelada tanto para o universo quanto para si próprio.

O processo de apreensão da ordem requer papel ativo, desse modo, apenas a passividade das sensações não estabelece a relação harmônica, requer um mínimo de atividade do entendimento (ROUSSEAU, 2014, p. 381). Sendo assim, enquanto os sentidos despertam o bem estar do corpo, a consciência visa ao bem da alma, ao passo que a razão ativa a consciência, pois “cabe à razão esclarecer as

verdades da consciência” (BEZERRA, 2014, p. 74). Portanto, tem-se uma relação complementar entre ambos os conceitos, e somente a partir dessa conjugação é que alguma verdade se torna disponível do homem. Os sentidos são fundamentais, mas, por si sós, não suprem a necessidade de compreensão da realidade, papel esse destinado à consciência que permite ao homem ter contato com a sua moralidade e também dá acesso à sua subjetividade. Por sua vez, a razão é submetida à consciência, mas ela pode inclusive negá-la. Em resumo, a consciência é o elemento central, enquanto que os sentidos e a razão são elementos complementares que a aperfeiçoam. Sobre esse tripé essencial – sentidos, consciência e razão – para a noção de ordem, Maruyama destaca o seguinte:

É a consciência que permite à razão, a partir da observação da natureza, conceber uma inteligência ordenadora dando movimento à matéria e animando a natureza. Com o auxílio da consciência, a razão deixa de se limitar à mera descrição das leis da natureza, para postular uma ordem universal e inteligível, sem a qual não seria possível o conhecimento (MARUYAMA, 2001, p. 60).

Percebe-se que nessa conjugação entre consciência, razão, natureza e inteligência, os elementos interdependentes que se conectam e formam uma teia estrutural para a ordem que dá movimento à matéria. Juntos são elementos que formam o ambiente natural da ordem na qual o homem pode compreender sua própria natureza.

Diferente do estado de natureza, ao homem civilizado é necessária a reflexão, pois se torna elemento indispensável para a apreensão da verdade. Acerca da consciência, Cassirer manifesta o seguinte:

(...) a consciência moral também permanece para Rousseau uma espécie de “instinto” – ela não se baseia num mero “raciocínio” reflexivo, mas surge de um impulso imediato. Contudo, entre ela e o mero instinto físico de autoconservação estabelece-se não obstante uma fronteira rigorosa. A consciência não é um instinto meramente natural, é um instinto “divino” (CASSIRER, 1999, p. 104).

De acordo com Cassirer, a consciência moral em Rousseau é um sentimento que possui potencial mais forte que a razão. Se a moralidade provém desse “instinto”, é necessária a reconexão com essa natureza. Comparando a

consciência com instinto divino, Cassirer argumenta que esse instituto é uma força fundamental e inata para o homem. Elevar a esse plano pode fazer sentido, já que a consciência é tida como o fio condutor da vida humana e se encontra no íntimo do homem, direcionada à busca da verdade.

A ordem moral estará presente absolutamente em todos os ambientes que contenham sentimento e inteligência (ROUSSEAU, 2014, p. 414). O elemento moral é o fio condutor da busca constante do homem autêntico e o sentido da vida em sociedade. É imperioso dizer que não existe moralidade sem razão, pois vejamos o exemplo de Emílio: é necessário que a sua razão esteja desenvolvida para que se inicie a educação moral. As afeições primitivas se aperfeiçoam através da razão. Conforme menciona Bezerra (2014, p. 81), “a consciência, inata e independente da razão, permaneceria inativa sem o recurso a esta última”. Desse modo, percebem-se como cada instituto se conecta ao outro e a unidade que estes formam, iniciando-se pelos sentidos. Cassirer denota que:

a sentimentalidade de Rousseau tem suas raízes em sua visão e em seu sentimento da natureza, mas eleva-se daqui em direção a um novo mundo – ela indica o caminho para o *intelligible* e somente aí encontra a sua verdadeira realização. Desse modo, o sentimento no sentido dado por Rousseau, é um “cidadão de dois mundos” (CASSIRER, 1999, p. 105).

É como se o “mundo sensível” se lançasse ao “mundo inteligível” em um caminho que indique a felicidade e ressalte a bondade originária. Para Cassirer, as noções de sentimentalismo propagadas por Rousseau no século XVIII se distinguem das demais, pois eleva a uma compreensão mais profunda da natureza e realidade. A sentimentalidade é elevada a um nível transcendente e se traduz numa forma de conhecimento que permite o acesso à verdade inerente ao homem.

De acordo com Rousseau, o que se diferenciará nesse processo que determina a estrutura da ordem, é que o bom se ordena relativamente ao todo, enquanto o mau ordena o todo relativamente a ele. O mau quer ser o centro de todas as coisas; de outro lado, o bom é ordenado relativamente ao centro comum que é Deus. A divindade deve existir para que o mau não possa raciocinar de maneira solitária (ROUSSEAU, 2014, p. 414). O *intelligible* e a bondade se

coadunam como fonte de verdade e beleza de maneira intrínseca, porque a ordem é estruturada dessa maneira, elevando-se ao bem. Aquilo que age de modo diferente, não deve proceder da bondade. Sobre a relação do bem com o Ser supremo, cabe destacar a importante passagem do *Emílio*, que denota o ambiente natural que se constitui através da ordem da natureza:

Já não sinto em mim senão a obra e o instrumento do grande Ser que quer o bem, que o faz, que fará o meu bem pela reunião das minhas vontades às suas e pelo bom uso de minha liberdade; digo sim à ordem que ele estabelece, certo de que um dia eu mesmo gozarei desta ordem e de que nela encontrarei a felicidade, pois qual felicidade é mais doce do que se sentir em ordem num sistema em que tudo está bem? Tomado pela dor, suporto-as com paciência, pensando que ela é passageira e vem de um corpo que não me pertence. Se faço uma boa ação sem testemunha, sei que ela é vista e registro para a outra vida a minha conduta nesta vida. Ao sofrer uma injustiça, penso: O Ser justo que tudo rege saberá indenizar-me por isto, as necessidades de meu corpo, as misérias de minha vida tornam a ideia da morte mais suportável para mim (ROUSSEAU, 2014, p. 414).

Tal contemplação do Ser justo e supremo eleva ao exercício de um ato sublime, a fim de admirar a ordem do universo, não para explicar alguma coisa, mas para adorar o sábio autor que propicia para que tudo aconteça. Rousseau parece querer admirar uma essência divina, ao mesmo passo que lhe é grato por tudo aquilo que essa potência lhe disponibiliza. Mas também em um tom de angústia e dramaticidade, expõe a “dor” da vivência social e espera que o Ser Supremo, que a tudo vigia, o recompense.

O espetáculo da natureza provido pelo Ser supremo é garantidor de tudo aquilo que nos revela aos olhos e enaltece a voz interior do homem. De outro modo, Rousseau apregoa que as revelações concebidas pelo homem só degradam a Deus e o distanciam dos esclarecimentos do grande Ser. Referindo-se a este rompimento da ordem natural, Arlei de Espíndola alerta que:

o rompimento no curso natural das coisas provoca a desordem da natureza e que o homem é culpado por isso, já que esta ruptura é engendrada pelas suas próprias mãos. Ele, no seu estado originário, é um ser uno, em perfeita harmonia; é uma criatura boa que ama, de forma incondicional, a ordem e a justiça. Mas o próprio homem sente as transformações contínuas da natureza; estas forçam a organização da sociedade, e a vida em grupo o

leva a fazer-se um ser corrompido, desde o momento em que vai incorporando, então, um novo ser (ESPINDOLA, 2019, p. 98).

O processo de desnaturação conduz o homem a provocar a ruptura e desordenar a natureza. A transformação em um novo ser é impulsionada pelos seus interesses e dogmas particulares, ou seja, as religiões cultivadas pelos povos. Então, a distância com a ordem natural aumenta. Cabe a tentativa de uma aproximação a partir desse novo estado em que o homem se configura: a educação natural pode ser uma via para este objetivo. O estado social então é o princípio da desnaturação humana, de modo que a educação pode ser a saída para preservar a bondade e a moralidade inerentes à natureza humana.

Para Rousseau, “os dogmas particulares os confundem; longe de enobrecê-los, os aviltam; aos mistérios inconcebíveis que o rodeiam acrescentam contradições absurdas; tornam o homem orgulhoso, intolerante e cruel; em vez de estabelecer a paz na terra, trazem o ferro e o fogo” (ROUSSEAU, 2014, p. 419). A influência negativa dos dogmas particulares na sociedade é visível através de crenças e valores arbitrários que são perpetrados. Ao mesmo passo que, alimentam o ódio e o conflito entre os homens. Tais dogmas instituem a desigualdade e corrupção da moralidade original.

Carregado por um ápice reflexivo e bastante sentimental, Rousseau se esforça para alcançar uma relação mais estreita entre a natureza do grande Ser e a sua, quase que num culto exclusivo, a fim de comunicações mais diretas e imediatas como medidas assecuratórias de uma vida em harmonia com a ordem moral e da natureza. As duas ordens, moral e natural, se relacionam, formando um conjunto. A ordem moral constitui-se em uma consequência da natureza humana, nesse sentido, ela é uma expressão da ordem natural. A relação entre as duas ordens pode ser sentida na devoção exalada nas seguintes linhas:

Assim, fechei todos os livros. Deles, um só há que está aberto a todos os olhos: é o da natureza. É nesse grande e sublime livro que aprendo a servir e a adorar seu divino autor. Ninguém tem desculpas para não o ler, pois ele fala a todos os homens uma língua inteligível a todos os espíritos. Mesmo que eu tivesse nascido numa ilha deserta, que não tivesse visto outro homem além de mim mesmo e não tivesse aprendido o que aconteceu antigamente em certa parte do mundo, exercitando minha razão, cultivando-

a, fazendo bom uso das faculdades imediatas que Deus me dá, aprenderia sozinho a conhecê-lo, a amá-lo, a amar suas obras, a querer o bem que ele quer e a cumprir para agradá-lo todos os meus deveres na terra (ROUSSEAU, 2014, p. 438).

É neste mesmo livro da natureza que Rousseau pretende educar o seu personagem Emílio para que se torne um ser social, capaz de agir moralmente junto a outras pessoas. O caminho da mais pura essência fez parte da época da inocência primitiva, e não retrocede mais. O destino dos costumes dos homens há de se cumprir, de forma que os perigos da vida social também são inevitáveis. Rousseau (2014, p. 455) não vê outra saída a não ser “torná-lo responsável perante si mesmo por suas ações, protegê-lo pelo menos das surpresas do erro e mostrar-lhe claramente os perigos de que está cercado”.

A época feliz para o pensador genebrino era a antiga, em que os homens agiam muito mais pela persuasão e pelos afetos da alma, em contraposição aos modernos que se manifestam pela força e pelo interesse (ROUSSEAU, 2014, p. 461). Para o pensador de Genebra, a sociedade moderna é comandada pela lei do mais forte, onde os homens procuram mais seus próprios interesses em detrimento do bem estar coletivo. De modo contrário, a Antiguidade era marcada pela simplicidade e naturalidade, onde os homens eram guiados por outro espírito e eram muito mais propensos a seguir a consciência. Rousseau nunca escondeu a sua admiração pela Antiguidade, e sobre a influência dos antigos, Espíndola ressalta que:

Rousseau aceita a ideia de que vige originariamente a sabedoria eterna no mundo dos homens; de que há a realidade concreta da providência como fundamento; de que temos presente a afluência da lei natural, a qual ocupa o posto de diretora de todas as coisas no mundo (ESPÍNDOLA, 2021, p. 1.151).

Ainda sobre a influência da antiguidade e concepções de tempo para o pensamento de Rousseau, Dalbosco afirma que:

Rousseau é um moderno com alma antiga, e isso caracteriza singularmente seu pensamento sobre vários temas (...) permitindo-lhe encontrar uma síntese tensional, muitas vezes contraditória e ambivalente, entre três

grandes concepções: a cíclica antiga, a linear cristã e a iluminista moderna (DALBOSCO, 2016, p. 927).

Em linguagem quase poética, o genebrino afirma que

os deuses eram os magistrados do gênero humano; era perante eles que os particulares faziam seus tratados respeitáveis, suas alianças, diziam suas promessas; a face da terra era o livro onde conservavam os arquivos. Rochedos, árvores, monte de pedras consagradas por tais atos e tornados respeitáveis aos homens bárbaros eram as folhas desse livro, sempre aberto a todos os olhos (ROUSSEAU, 2014, p. 461).

Percebe-se que as árvores, os bosques, as montanhas fazem parte do cenário perfeito estruturado na ordem da natureza, esse é o “pano de fundo” que deve reger o homem na Terra. E é com esse preparativo que Rousseau pretende instruir Emílio, abalando a sua imaginação e o colocando sob o tempo, lugar e objetos favoráveis à sua impressão. Melhor dizendo, tendo a natureza como testemunha de toda a sua vida e verdade. Nesse sentido, o “fazer humano” deve ter como referência máxima o ideal de beleza e harmonia (ROUSSEAU, 2014, p. 464).

É preciso adquirir uma atração sobre o que o autor da natureza disponibiliza de modo a criar um elo exclusivo, respeitando os deveres de fidelidade, a fim de ser agraciado com o encanto que termina por afastar todo o ódio e maldição que ouse macular a pureza desse processo. É a lei natural, que rege todos os fenômenos naturais, e a sabedoria suprema que se colocam como regramento necessário à humanidade enquanto membros de uma sociedade (ROUSSEAU, 2014, p. 466).

O projeto educacional de Rousseau pretende difundir no jovem o encanto que acrescenta a atração dos sentidos à união dos corações, de modo que faça repelir a libertinagem nele e afaste tudo aquilo que é contra a natureza, tornando-o sábio e amoroso, e eliminando os vícios de seu coração. Por isso o processo educacional de Rousseau interessa-se em formar o caráter, buscando assim desenvolver as virtudes do homem. A esse respeito, Arlei de Espíndola menciona que:

os vícios atribuídos ao coração do homem não nascem com ele, não são

congênitos, mas advêm de sua quebra do acordo e da harmonia com a natureza, pois estão colocados a funcionar retamente: ela lhe dá os meios para satisfazer suas parcas necessidades, e alcançar sua preservação, sem trazer-lhe qualquer prejuízo. A carta a Christophe de Beaumont na qual Rousseau defende-se das acusações de impiedade e irreligião, motivadas pelas teses impressas no *Emílio*, sintetiza os princípios centrais de sua filosofia moral. Essa carta defende que não há originariamente perversão no universo, dado que a natureza não comporta em si mesma deformidade e imperfeição. Pelas mãos dessa última, tudo caminha a rigor para o bem, visto que seus movimentos caracterizam-se, efetivamente, por serem sempre retos (ESPINDOLA, 2019, p. 99).

Tais vícios são verdadeiros obstáculos para as lições da razão no homem, mas a natureza mostra que devemos tirar os instrumentos de seu próprio conjunto para garantir o ordenamento. Rousseau reconhece que Emílio é membro ativo de uma sociedade e, como tal, deve cumprir seus deveres. Emílio necessita saber como se portar nela e Rousseau quer lhe mostrar o exterior desse grande teatro. O genebrino prescreve que até os vinte anos o corpo necessita de substância que ampare as suas necessidades físicas e mentais; após, é importante aprender a ter domínio de si mesmo e controlar os seus próprios apetites (ROUSSEAU, 2014, p. 481).

O jovem Emílio deve apresentar-se ao mundo de modo natural, ele possui característica que “não é nem modesta nem vaidosa, mas natural e verdadeira” (ROUSSEAU, 2014, p. 484). Ele não demonstra indiferença e grosseria para com o seu semelhante, “se não conhece as fórmulas da polidez, conhece as atenções da humanidade” (ROUSSEAU, 2014, p. 484). O genebrino revela a humildade de seu jovem frente à sociedade. Tal característica indica um personagem modesto, não pela vaidade de parecer humilde, mas por um sentimento natural e fundado na razão (ROUSSEAU, 2014, p. 487).

Emílio deve permanecer sempre perto da natureza, até mesmo para dar prazer aos sentidos que recebe dela, certo de que quanto mais esta ordem contribua para seus prazeres, mais a realidade se condicionaria nele. O Livro IV do *Emílio* nos indica que o jovem buscaria sempre aquilo que lhe fosse mais agradável. Os principais prazeres se relacionariam com lazer, liberdade e saúde (ROUSSEAU, 2014, p. 499).

Para o autor genebrino (2014, p. 506-507), a vida apresenta muitos

prazeres, e enquanto corremos atrás de alguns que nos faltam, outros podem se perder pelo caminho. O importante é que, independentemente das estações do ano, devemos ser nós mesmos todo o tempo e não lutar contra a natureza, pois esforços exagerados desgastam e podem impedir de gozar a vida da melhor forma.

Portanto, conduzido pela voz da consciência, que é um sentimento tido como um “instinto divino”, o homem, com o auxílio da razão, fundamentada no âmbito moral, pode discernir o que é o bem, de modo que o sentimento da consciência o levará então a amar esse bem.

Na jornada desse processo que se inicia a partir das sensações físicas até o alcance da contemplação do belo moral, a partir do ordenamento da natureza, a consciência constitui-se em uma espécie de ligação entre o homem e a natureza, mas é condicionado à razão “o papel de conduzir acertadamente as ideias, a fim de que as conclusões derivadas desse processo estejam de acordo com a ordem” (BEZERRA, 2014, p. 81-82).

Esse processo de desenvolvimento da reflexão filosófica conduzido pelo Vigário, que envolve a consciência e o bem moral, faz com que o homem possa compreender o lugar que ocupa na ordem da natureza (BEZERRA, 2014, p. 82). Desse modo, “o pensamento do Vigário realiza o papel da verdadeira filosofia, aquela que conjuga habilmente as faculdades inatas (sensações, razão e consciência), e que ocupa unicamente com a apreensão da ordem e o seu restabelecimento no mundo moral” (BEZERRA, 2014, p. 82).

Os olhares de Rousseau voltados à natureza, principalmente no âmbito dos escritos da *Profissão de fé*, revelam um elo entre a razão e o sentimento, na medida em que os dois têm a sua importância e são complementares. A razão permite a compreensão da ordem lógica e das coisas, mas sozinha não é suficiente para compreender os sentimentos e os valores morais. Pelo sentimento, o homem conhece a sua natureza e se aproxima da vontade divina. Portanto, ambos os conceitos são complementares. A junção deles objetiva ao conhecimento completo. A razão permite compreender o mundo ante a visão distorcida da realidade causada pela sociedade corrupta. Por sua vez, o sentimento permite a experiência sensível da conexão do homem com a natureza. Um se coloca como um “medidor” entre os

elementos que compõem a natureza, o outro se deixa levar pelos encantos da contemplação do ambiente natural. Emílio traz à tona essa complementaridade, quando na infância desenvolve a razão através das sensações, e na adolescência tem a possibilidade de aprender com o olhar que se dirige à contemplação daquilo que o é exibido pela natureza. O ordenamento natural revela um espetáculo, uma beleza tamanha, que pode ser encontrada no coração humano, em seu íntimo. Esse elo pode propiciar um aperfeiçoamento da harmonia do homem com o seu entorno, formando um ambiente natural perfeitamente harmônico entre as relações, convenções e a combinação de diferentes elementos. A ordem da natureza se manifesta a todos, mas é necessária a capacidade de “percebê-la e de conhecê-la” (BEZERRA, 2014, p. 83).

Desse modo, o presente bloco retrata a ordem natural a partir da *Profissão de fé*, com destaque aos elementos que a englobam: moral, razão, consciência e o Ser inteligível. A ordem e o ambiente natural produzido ensejam verdadeiras fontes de moralidade, virtude, beleza e verdade em uma relação estreita onde tais elementos são encontrados no “sagrado livro” da natureza.

Como vimos, neste bloco dissertamos sobre o aspecto racional da ordem da natureza presente no sistema proposto pelo Vigário na *Profissão de fé*. No próximo tópico, iremos abordar o aspecto sentimentalista de apreensão da ordem da natureza, utilizando como base a Sétima Caminhada dos *Devaneios*.

2.2 A Ordem da Natureza e os *Devaneios*: um despertar reflexivo

A obra *Os Devaneios do Caminhante Solitário*⁵⁰ (1782) revela os escritos de Jean-Jacques Rousseau em seus dois últimos anos de vida, nos quais as suas preocupações fundamentais se destinavam às implicações de sua

⁵⁰ Os *Devaneios* dão continuidade ao trabalho das *Confissões* e, de certa forma, evocam a liberdade do homem frente aos constrangimentos da sociedade. De acordo com as anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação, *Confissões* é uma obra autobiográfica escrita por Rousseau entre os anos 1766 e 1769, a qual foi seguida por outro texto do gênero – *Rousseau, juiz de Jean-Jacques*. Diálogos, escritos entre 1772 e 1776 -, de modo que os *Devaneios* são a terceira e última obra autobiográfica do filósofo. Trata-se de uma obra sobre emancipação.

sensibilidade pessoal.⁵¹ Em um misto de diário e ensaio filosófico, a obra retrata dez caminhadas meditativas de Rousseau por bosques e campos.⁵² Mais que um trabalho póstumo, a obra resgata os percursos de sua vida e os sentimentos que vivenciou. As angústias e os dramas escancaram a personalidade de um homem que deseja encontrar caminhos para o que aconteceu em sua vida. Em tom lamentoso, o livro também torna nítido o sentimento de exclusão, talvez por conta da perseguição que sofrera por toda a vida. As preocupações que outrora eram alçadas à filosofia social e política, agora ganham o caráter de sua sensibilidade pessoal (ROUSSEAU, 2017, p. 7). Mas o que a natureza lhe fornece nesses momentos arrefece sua alma e aquece seu coração, propiciando bons momentos em um encontro com sua existência. A unidade da obra *rousseauiana* e a relações entre o pensamento do homem e sua experiência em meio à natureza se fazem presentes nas *Confissões*, que possui papel importante na construção dessa unidade.⁵³ A autobiografia do genebrino estando conectada ao conjunto de todas as suas preocupações possui caráter central para o alcance da unidade que o filósofo propõe.

Para a discussão do presente capítulo iremos nos atentar à contemplação do genebrino em face à natureza, principalmente com fulcro na Sétima Caminhada, e como a sua relação com o ambiente natural pode despertar um conjunto de sensações. Laurent de Saes, na introdução dos *Devaneios* interroga

se o que Rousseau nos oferece seriam de fato devaneios. O devaneio é, por definição, interno e silencioso; exteriorizá-lo já significa deixá-lo. Pode-se dizer que há, nesta obra, um discurso sobre o devaneio, e o discurso, isto é, o ato de expressar-se pela palavra, é sempre uma abertura a um olhar externo. Na justificação do devaneio, existe uma exterioridade necessária (ROUSSEAU, 2017, p. 13).

⁵¹ Com idade avançada e saúde frágil, Rousseau passava seus momentos de lazer passeando e com frequentes herborizações, exercitando-se na botânica, que, aliás, inspirou um texto de 1771, intitulado *Cartas elementares sobre a botânica*. As herborizações para Rousseau, se tornam um instrumento que permite manter contato com a natureza, fornecendo mais acesso e imagens à imaginação.

⁵² A inspiração surgia das caminhadas e pelo contato com a natureza. Rousseau escrevia seus devaneios durante os passeios.

⁵³ *O papel de As Confissões na construção da unidade da filosofia de Rousseau* – projeto de pesquisa cadastrado no Departamento de Filosofia – CCH/FIL da Universidade Estadual de Londrina sob o nº 12944, na qual atuo como colaborador sob a coordenação do Prof. Arlei de Espíndola.

Após examinar a sociedade como “antinatural”, Rousseau sente a necessidade de encontrar a verdade na natureza. A saída emerge da vida natural, no sentido de buscar uma situação mais próxima da natureza, como o único meio de garantir acesso à felicidade humana. Sob uma vida tranquila, fundida com a natureza, o homem pode esquecer os vícios da sociedade, conhecer a si mesmo e ao autor de seu ser. Apesar de os *Devaneios* não possuir o caráter religioso como a *Profissão de fé*, a relação do caminhante com a natureza é tão estreita e íntima, elevando ao sentimento do belo e perfeito, que o aproxima do Criador, em um movimento de ordenamento e unidade.

Em um tom lamentoso e decepcionado, Rousseau, na Primeira Caminhada, se mostra desolado com o mundo, de forma que não há nem pessoas próximas, nem semelhantes que os alegrem. Os objetos ao seu redor, neste momento, são aflitivos e dilacerantes, talvez fruto da desilusão que obteve com a sociedade civil e seus vícios (ROUSSEAU, 2017, p. 19). Inclui-se nisso todo o histórico de lamentos e decepções que o genebrino se depara durante a vida, seja por todas as perseguições que sofreu, seja pelo processo que desencadeou o percurso da humanidade para o estado social com suas paixões e artificialidades.

Cassirer destaca a vida uniforme e intacta que Rousseau possuía quando residia na Suíça, sem conhecer ainda os infortúnios da vida civil:

O que sempre levou Rousseau de volta às primeiras impressões de sua terra natal na Suíça foi a sensação de que lá, e somente lá, ele tinha possuído a vida ainda como unidade verdadeira e como totalidade intacta. A ruptura entre as exigências do mundo e as exigências do eu ainda não havia se consumado; a força do sentimento e da fantasia ainda não havia encontrado os seus limites firmes e resistentes na realidade das coisas. E, por conseguinte, mesmo para a própria consciência de Rousseau, os dois mundos, o mundo do Eu e o mundo das coisas, ainda não estavam nitidamente separados. Sua vida de rapaz e adolescente é uma teia peculiar e fantástica, estranhamente tecida de sonho e realidade, de vivência e imaginação. Seus momentos mais satisfatórios, mais substanciais e “mais reais” não são aqueles dedicados à ação e à atividade, mas as horas nas quais consegue deixar para trás e esquecer a realidade, fascinado pelo mundo de sonhos de suas fantasias, sentimentos e desejos. Em suas caminhadas sem destino durante semanas inteiras e vagueando livremente, ele sempre procura e reencontra essa felicidade (CASSIRER, 1999, p. 43).

A vida como unidade, distante das imperfeições do cenário caótico

social, permanece ativa na memória de Rousseau, mesmo após tanto tempo de sua saída de Genebra. Lá, as exigências do mundo ainda lhe haviam tomado conta. Não reconhecia nitidamente a separação dos mundos do eu e das coisas. É nostálgico relembrar desses momentos, mas é sabedor que aquele é um tempo que não volta.

Só resta a Rousseau divagar nos campos e bosques, e refletir sobre as possibilidades que possam permear este cenário a fim de encontrar saídas que acalmem seu coração. Os encantos que a natureza permite são refúgios para a contemplação e reflexão. Mesmo em um cenário desolador, sob um momento de solidão, a ordem natural se faz presente como um grande suporte ao homem. Nesse sentido, o ambiente natural atua como um grande guia, mas em um fluxo contínuo na Terra. Sem uma forma constante e definida, as afeições humanas que se prendem às coisas exteriores mudam constantemente, podendo relembrar o passado que já não existe mais e o futuro que pode não vir a ser. Mesmo partindo de um cenário entristecido, as imagens e os sentidos que ecoam dos ambientes que Rousseau menciona nas caminhadas, podem adquirir uma característica feliz e transmitir a mensagem de que o homem pode alcançar a felicidade e bem-estar em espaços da sociedade, mesmo neste cenário já corrompido. As imagens e sensações que eclodem ao caminhante podem sugerir significados positivos em uma reconciliação consigo mesmo e o ambiente natural.

Na Sétima Caminhada, o genebrino destila toda a sua afeição ao espetáculo da natureza que despertou para ele um instinto natural que afugenta tudo o que é triste, ao mesmo passo que fixou a sua atenção aos objetos que o cercam, de maneira mais detalhada. A descrição que Rousseau faz desse cenário aparenta ser mais concentrada nos objetos do que anteriormente em sua trajetória. Parece querer dar a esses objetos naturais um poder curativo, de modo a anestesiar as suas angústias (ROUSSEAU, 2017, p. 85). Também deixa nítido que esse cenário pode oferecer uma espécie de esclarecimento moral a fim de o homem compreender melhor a sua existência e o papel que exerce no mundo. Sobre esse espetáculo da natureza, esmiuçado em detalhes, vale destacar uma das mais belas passagens dos *Devaneios*, presente na Sétima Caminhada:

As árvores, os arbustos, as plantas são o ornamento e a vestimenta da terra. Nada é tão triste quanto o aspecto de um campo nu e despido, que expõe aos olhos apenas pedras, limo e areia. Mas, vivificada pela natureza e recoberta com seu vestido de núpcias em meio ao curso das águas e ao canto dos pássaros, a terra oferece ao homem, na harmonia dos três reinos, um espetáculo repleto de vida, de interesse e de encantos, o único espetáculo no mundo do qual seus olhos e seu coração jamais se cansam. Quanto mais sensível é a alma de um contemplador, mais ele se entrega aos êxtases nele estimulados por esse acordo. Um devaneio doce e profundo se apodera então de seus sentidos, e ele se perde, com deliciosa embriaguez, na imensidão desse belo sistema com o qual se sente identificado. Então, todos os objetos particulares lhe escapam, ele não vê e não sente nada senão no todo. É preciso que alguma circunstância particular estreite suas ideias e circunscreva sua imaginação para que ele possa observar por partes esse universo que ele se esforçava em abranger. Isso foi o que me sucedeu quando meu coração, oprimido pela angústia, aproximava e concentrava todos os movimentos ao seu redor para conservar esse resto de calor prestes a se evaporar e a apagar no abatimento em que eu gradualmente caía. Eu vagueava pelos bosques e montanhas, não ousando pensar, temendo atizar minhas dores. Minha imaginação, que recusa os objetos de sofrimento, permitia que meus sentidos se entregassem às leves, mas doces impressões dos objetos circundantes. Meus olhos passeavam continuamente de um a outro, e não era possível que, com tanta variedade, não se encontrassem alguns que os fixassem mais e os detivessem por mais tempo (ROUSSEAU, 2017, p. 85).

Nesta inquietante e apaixonada passagem da Sétima Caminhada observa-se a harmonia da ordem da natureza com o contemplador em um perfeito estado de sedução, em que a imensidão da terra é apoderada aos êxtases dos sentidos humanos. A sua sensibilidade aumenta na medida em que tem contato com a beleza exterior. Os estímulos ao imaginário, nesses momentos de contemplação o afastam dos objetos que levam ao sofrimento. Ernst Cassirer, sobre a força poética e sentimental de Rousseau, reforça que ela “consiste em deixar aparecer toda paixão e sentimento humano como que envolvida na atmosfera do puro sentimento da natureza” (CASSIRER, 1999, p. 83). O homem, nessa proposta de Rousseau e reforçada por Cassirer, parece se colocar muito além de um mero espectador da natureza, ele se imbuí e “mergulha na vida interior dela e vibra em seus ritmos próprios” (CASSIRER, 1999, p. 83).

Os objetos circundantes contribuem sobremaneira para esse processo. Os odores, as cores prendem a atenção do indivíduo que se entrega ao espetáculo. Por certo, esse procedimento de fixar a atenção para o que o circunda promove

descanso e boas sensações no genebrino. É um belo exemplo de como o ambiente natural se conecta com o indivíduo de modo a gerar nele tais sensações, quase que numa sedução. Nesse momento o genebrino carrega um sentimento relacionado ao amor também, de modo a compeli-lo em uma atmosfera extremamente prazerosa. Mas, o genebrino ressalta que “se esse efeito não ocorre em todos os que são por elas atingidos, isso se deve, em alguns, à falta de sensibilidade natural e, na maioria, ao fato de que seu espírito, demasiado ocupado com outras ideias, se entrega apenas secretamente aos objetos que impressionam seus sentidos” (ROUSSEAU, 2017, p. 86).

A mesma falta de sensibilidade natural pode ser direcionada às “pessoas que passam a vida classificando conchas e desprezam a botânica como um estudo inútil” (ROUSSEAU, 2017, p. 87). Para Rousseau, isso acontece quando se deixa de lado a observação da natureza, que nunca mente e não nos explica nada, para unicamente se dedicar à autoridade dos homens, por exemplo, um cirurgião que pede ervas para curar moléstias (ROUSSEAU, 2017, p. 87). Os campos e bosques para o pensador guardam o significado de prover alimentos diretamente da natureza ao homem, ao contrário da procura de drogas e remédios (ROUSSEAU, 2017, p. 88). Rousseau não se interessa pelos diferentes modos de pensar a natureza que sempre a reduzem ao interesse material e ao proveito de remédios, e ele deixa bem claro que “ainda que acreditasse na medicina, ainda que seus remédios fossem agradáveis, eu nunca encontraria, dedicando-me a ela, essas delícias que oferece uma contemplação pura e desinteressada” (ROUSSEAU, 2017, p. 89). A isso, Jean Starobinski contribui com o tema:

Rousseau não se interessa pelo uso das plantas, recusa-se a ver nelas meios que subordinaria a algum fim exterior. Isso é significativo. Aos olhos de Rousseau a planta é por si mesma seu fim imediato, e o único objetivo distante que ele consente em considerar é a totalidade bem fechada do herbário, a coleção que coincide com o sistema preestabelecido. Jean-Jacques não quer saber nada das propriedades medicinais. Passa rapidamente sobre as plantas “que envenenam” (STAROBINSKI, 2011, p. 321).

Nesse sentido, as plantas possuem fim em si mesmas, por isso prefere

valorizar o seu herbário e distanciar-se dos fins instrumentais destinados a elas.

Sob a contemplação pura e desinteressada, Rousseau funde-se no sistema proposto pela ordem da natureza, de forma a identificar-se com ela por inteiro (ROUSSEAU, 2017, p. 89). Após a sua breve análise sobre o reino vegetal, e o seu mau uso por parte do homem, vale mencionar ainda as suas análises sobre o reino mineral e o animal, contidos na Sétima Caminhada dos *Devaneios*.

Na primeira, Rousseau ressalta que nada tem de amável e atraente, o reino mineral se encontra lá para que um dia possa servir de suplemento às verdadeiras riquezas que estão mais ao seu alcance (ROUSSEAU, 2017, p. 90). Na segunda, o genebrino afirma que está mais ao alcance do homem e merece um estudo maior, mas ressalta a dificuldade em realizar as pesquisas necessárias, pois os animais não têm a disposição de se oferecerem a tais pesquisas. Rousseau se indigna ante ao cenário de carnificina animal: “Que horrível cerimonia é um anfiteatro anatômico: cadáveres fétidos, carnes babosas e lívidas, sangue, intestinos repugnantes, esqueletos medonhos, vapores pestilenciais!” (ROUSSEAU, 2017, p. 91).

Rousseau (2017, p. 92) prefere as sensações recebidas de tudo o que o ambiente natural ao seu redor lhe proporciona, em contraste com esses “medonhos objetos”, como o próprio autor menciona nos *Devaneios*. A “fuga” da sociedade e o encontro com a solidão prescreve ao caminhante solitário a vivacidade de prestar mais atenção ao seu redor através de um instinto muito mais natural. Os olhares a objetos agradáveis o afastam, mesmo que por momentos, da apatia e melancolia da desordem humana. Nas palavras do genebrino: “Atraído pelos ridentes objetos que me cercam, considero-os, contemplo-os, comparo-os, aprendo, enfim, a classificá-los, e aqui estou tão botânico quanto deve ser aquele que deseja estudar a natureza apenas para encontrar novas razões para amá-la” (ROUSSEAU, 2017, p. 92).

O botânico⁵⁴ de Genebra entrega-se aos encantos da admiração e é

⁵⁴ Rousseau exerce tal ofício durante os últimos 16 anos de sua vida. O seu interesse pela botânica denota a paixão que sempre esteve presente às flores e plantas. Tamanho é esse interesse que ele monta um herbário, passa a pesquisar diferentes espécies e classifica-os com esmero e cuidado. O ofício da botânica o faz esquecer as perseguições e de todos os males e o eleva à simplicidade que

grato por tudo o que a natureza lhe fornece sem preocupar-se com classificações, comparações e outras finalidades diversas da contemplação (ROUSSEAU, 2017, p. 92). As plantas parecem ter sido semeadas com profusão na terra, assim como as estrelas no céu, para convidar o homem, pela atração do prazer e da curiosidade, ao estudo da natureza (ROUSSEAU, 2017, p. 92). No que se refere às plantas, Jean Starobinski apresenta uma interessante passagem em sua obra *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*:

Rousseau pede à natureza o equivalente aproximativo daquilo que sua própria consciência lhe oferecia: imagens que parecem eclodir por si mesmas, e que basta acolher sem esforço. Através do vazio e da pureza de uma consciência profundamente ociosa, os objetos naturais podem inocentemente transparecer, tornar-se aparentes sem que nada os tenha desfigurado. E Rousseau, entre os objetos sensíveis, escolhe os mais inocentes de todos, os seres nos quais a vida não contradiz a inocência: as plantas (STAROBINSKI, 2011, p. 321).

Sobre as plantas, Rousseau entende que possuem fácil poder de resiliência, pois a sua subtração é restituída de modo muito rápido e fácil que qualquer outra ciência. Com um olhar encantado preocupado sobre o ofício da botânica, Rousseau (2017, p. 92) afirma que esse é um trabalho no qual sente “prazer sem esforço”. Para ele, cada detalhe esmiuçado que faz das plantas e os estudos elaborados através dela realçam um prazer verdadeiro, um encanto que se basta nesta relação entre o homem e um “pedaço da natureza”. De outro modo, Rousseau critica o ato de tornar-se autor ou professor no que se relaciona à herborização. Para ele, quando isso acontece, “todo esse doce encanto desaparece; não se vê as plantas mais do que instrumentos de nossas paixões”, de forma que isso resulta a não sentir “mais nenhum prazer verdadeiro em seu estudo” (ROUSSEAU, 2017, p. 93). Desse modo, passa-se a enxergar a botânica apenas como sistema e método, em um modelo reducionista “que não projeta nenhuma verdadeira luz na história natural e no reino vegetal” (ROUSSEAU, 2017, p. 93). Bento Prado Jr. também reforça que “o exercício da botânica é justamente, para

vivenciou em outros momentos. O herbário se encontra hoje no Museu Carnavalet, em Paris.

Rousseau, a oportunidade de ligar, sem conflito, imaginação, pensamento e visão, sem consideração pelas teses da psicologia e da epistemologia clássica” (PRADO JR., 2018, p. 241).⁵⁵

O prazer em herborizar leva Rousseau a buscar novas espécies e, principalmente, encontrar refúgio longe daqueles que o perseguiram por toda a vida.⁵⁶ Nesse sentido, ele é enfático: “respiro mais à vontade, como num asilo onde o ódio deles não mais pode me perseguir” (ROUSSEAU, 2017, p. 93).

Segundo Starobinski (2011, p. 320), “Rousseau herboriza, escreve cartas sobre a botânica e empreende um dicionário de botânica. Com efeito, Rousseau encontra na botânica um apaziguamento, mas o alívio permanece intermitente e incompleto”. Sobre esse desejo de herborizar, um importante relato sobre uma de suas experiências, presente na Sétima Caminhada, merece destaque:

Lembrar-me-ei, para o resto da vida, de uma herborização que fiz um dia pelos lados da Robaila, montanha do justiceiro Clerc. Eu estava só, perdi-me nas anfractuosidades da montanha, e de bosque em bosque, de rocha em rocha, cheguei a um reduto tão reservado que nunca tinha visto aspecto mais selvagem. Pinheiros negros misturados a prodigiosas faias, das quais muitas, caídas de velhice e entrelaçadas umas nas outras, fechavam esse reduto com barreiras impenetráveis; alguns intervalos deixados por essa sombria cerca ofereciam ao longe apenas rochas escarpadas e horríveis precipícios que eu apenas ousava olhar deitado sobre o ventre. O mocho, a coruja e o xofrango faziam ouvir seus gritos nas fendas da montanha; alguns pequenos pássaros raros, mas familiares, atenuavam, entretanto, o horror dessa solidão. Lá, encontrei a *dentaria heptaphyllos*, o *ciclamen*, o *nidus avis*, o grande *laserpitium* e outras plantas que me encantaram e por muito tempo me entretiveram; mas insensivelmente dominado pela forte impressão dos objetos, esqueci a botânica e as plantas; sentei-me em almofadas de *lycopodium* e de musgos, e me pus a sonhar mais à vontade pensando estar lá num refúgio ignorado por todo o universo, onde os perseguidores não me desenterrariam (ROUSSEAU, 2017, p. 94).

Diante desse ambiente natural, longe do alcance de seus perseguidores, o genebrino encontra refúgio em momentos que ficarão eternizados

⁵⁵ O comentador de Rousseau analisa sobre como se pode imaginar o real através do exercício de sensibilidade e entendimento das plantas. Ele dedica páginas a esse assunto que pode ser melhor analisado em *A retórica de Rousseau* no tópico *A imaginação rente às coisas* (2018, p. 229-245).

⁵⁶ O genebrino sempre foi alvo de perseguições, além de ser uma personalidade de difícil convivência. As suas obras provocaram grande furor na época. Reis, padres, filósofos não lhe poupavam críticas devido às suas ideias. Chegou a exilar-se por um tempo na casa de David Hume na Inglaterra.

em sua memória, tamanha a importância que dá a essa relação entre ele e o objeto natural circundante.

Contudo, para Jean Starobinski (2011, p. 322), as amizades vegetais de Rousseau constituem uma espécie de conforto a fim de preencher o seu vazio, mas se encerram ali mesmo. O autor pode estar relativamente certo, mas a mensagem que o genebrino transmite com sua experiência abre-se para o mundo. O momento em que se aproxima das vegetações e toma gosto pela coleção de plantas não significa apenas um refúgio ou preenchimento. E sim, que o ambiente natural é benéfico ao homem, e transmite sensações que podem estimular a viver e pensar diferente. O próprio Starobinski (2011, p. 323) parece reconhecer isso: “a herborização, no próprio momento, é uma ocupação ociosa, que permite à consciência distrair-se a uma só vez de seu próprio vazio e do horizonte da perseguição; mas, retomado pela memória, o passeio botânico é uma ilha de felicidade”.

Todas as experiências que o genebrino obteve em seus passeios, deixaram impressões em seu ser. As plantas colhidas, os caminhos desbravados, e as imagens formam o grande diário do botânico Rousseau diante do encanto e espetáculo desta ordem natural (ROUSSEAU, 2017, p. 97). O deleite vivenciado por ele reconduz a sua imaginação, sentimentos como a paz e o bem estar. A botânica representa o caminhar da tranquilidade e o desfrutar de inocentes prazeres. No último parágrafo da Sétima Caminhada, Rousseau descreve o prazer que a botânica lhe desperta, e neste afável lamento o caminhante solitário ressalta os efeitos produzidos pela botânica:

É a corrente das ideias acessórias que me prende à botânica. Ela reúne e relembra à minha imaginação todas as ideias que mais a deleitam; os prados, as águas, os bosques, a solidão, principalmente a paz, e o repouso que se encontra no meio de tudo são por ela continuamente reconduzidos à minha memória. A botânica me faz esquecer as perseguições dos homens, o ódio, o desprezo, seus ultrajes e todos os males com que retribuíram meu terno e sincero afeto por eles. Ela me transporta para habitações tranquilas, em meio a pessoas simples e boas, como aquelas com quem outrora vivi. Relembra minha juventude e meus inocentes prazeres, me leva a desfrutar deles novamente e me faz feliz ainda com muita frequência, em meio à triste sorte que jamais tenha sofrido um mortal (ROUSSEAU, 2017, p. 97).

Com tudo ao seu redor em perfeita harmonia, o sentimento de satisfação em viver era preenchido e isso continuamente o fazia esquecer-se de todas as vicissitudes das coisas humanas. Era um movimento como se Rousseau estivesse “voltando para si mesmo, desfrutando do sentimento de sua própria existência graças à imersão em um ambiente natural afastado das atribulações da sociedade”⁵⁷. A consequência dessa harmonia da ordem da natureza com o ser se faz presente de maneira vívida, ao ponto de alcançar uma vida calma e feliz em consonância com o que o atual cenário social se manifesta para o homem natural. No estado de natureza originário, a calma e felicidade se davam de modo natural ao selvagem, como características intrínsecas àquele estado e inerente ao homem.

A ordem que abarca tudo e faz o movimento do mundo girar, de acordo com Rousseau, não é visível aos olhos, nem palpável às mãos. A percepção do ambiente natural ao redor do homem traz à tona a possibilidade do desfrute de prazeres, denominados por Rousseau como “êxtases”. Tais prazeres são completados “através da constatação do caráter divino que o espetáculo da natureza anuncia” (BEZERRA, 2014, p. 96).

Resta saber se este Ser divino e Supremo dos *Devaneios* é o mesmo proferido pelo *Vigário Saboiano* na *Profissão de fé*. “No olhar voltado à natureza, quando Rousseau deixa de lado a elaboração racional, e se entrega definitivamente aos sentimentos, a conclusão será diferente da *Profissão de fé*?” (BEZERRA, 2014, p. 96) “A grande diferença é que na *Profissão de fé* ocorre uma sistematização do pensamento elaborada pelo Vigário, enquanto que o mesmo não ocorre nos *Devaneios*. As ideias do Vigário são expostas através de um discurso lógico e coerente, em que ele tem a necessidade de provar e obrigação de explicar” (GOUHIER, 2005, p. 85). Aqui Rousseau se engaja em um “tipo de conhecimento científico desenvolvido no século XVIII que procura tomar a experiência sensorial como fundamento para suas descobertas” (BEZERRA, 2014, p. 95). De outro modo, os textos autobiográficos se distanciam desse modelo sobre o modo de ver a natureza. Em tais obras, as “sensações não aparecem mais como instrumentos que permitem o conhecimento racional do mundo exterior, a função destas agora é

⁵⁷ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

favorecer os prazeres dos êxtases contemplativos” (BEZERRA, 2014, p. 95). Assim, os êxtases contemplativos remetem mais à imediatez do que se observa do que propriamente à análise pretendida pela *Profissão de fé* através da experiência sensorial. De modo geral, a transcendência do Ser Supremo, na *Profissão de fé*, é claramente defendida pelo Vigário Saboiano, enquanto que, nos *Devaneios*, sugere-se uma fusão cósmica, algo que reflete em um sentimento de comunhão com o universo.

Não é o foco deste trabalho adentrar nas maiores ambiguidades e divergências sobre o Deus da *Profissão de fé* e o dos *Devaneios*. Cabe aqui enfatizar que as duas visões traçam caminhos que levam a um Ser transcendente, oculto, e que complementam todo o cenário da ordem da natureza. Nesse sentido, Gustavo Bezerra, esclarece que:

Sobre o olhar que Rousseau dirige à natureza, podemos sugerir que tanto o Vigário quanto o caminhante solitário compartilham o mesmo procedimento de ver o espetáculo da natureza e escutar a voz interior. Embora a transcendência de Deus não esteja explícita nos *Devaneios*, Rousseau expressa a existência do mesmo Deus ordenador evidenciado pelo olhar que contempla a natureza e escuta a voz do sentimento interior (BEZERRA, 2014, p. 101).

Fica claro que o caminho percorrido pelo Vigário é realizado através de uma demonstração mais racional, enquanto que os *Devaneios* ressaltam os sentimentos e prazeres que emergem do ambiente natural. A característica das obras autobiográficas é permitir essa relação mais afetiva de Rousseau com a natureza, estabelecendo assim margem para ele desenvolver seu pensamento sobre a noção de ordem. Também está claro que a compreensão da totalidade da ordem da natureza fornece os “subsídios” para os êxtases dos prazeres e do sentimento religioso, fatores preenchidos “pela percepção de que o espetáculo da natureza evidencia um inconcebível autor” (BEZERRA, 2014, p. 103). No que se refere a essa temática (aspecto religioso x ambiente físico), é importante destacar que a pesquisa busca uma parte desse universo para o que lhe cabe como objetivo. Há muito a ser explorado nesse sentido a partir das obras autobiográficas e confessionais e a representatividade que todas elas possuem.

Portanto, o contato sensorial com a natureza expõe ideias que podem ser aceitas ao escutar o sentimento interior. Com menos uso do elemento racional, o caminhante é atingido pela apreensão da ordem da natureza no momento em que se entrega ao sentimento de sua própria existência. Tanto a *Profissão de fé* quanto os *Devaneios* guardam a pretensão da busca pelo reordenamento de si e a conquista do sentimento de unidade. O processo de apreensão da ordem, através dos *Devaneios*, ocorre a partir de sensações oferecidas pelo ambiente natural (BEZERRA, 2014, p. 106).

3 A DIMENSÃO HUMANA ROUSSEAUNIANA: AUTONOMIA E A POSSÍVEL ADAPTAÇÃO À ESSÊNCIA

“Quando o lago estava agitado e não me permitia à navegação, eu passava a tarde percorrendo a ilha, herborizando à direita e à esquerda”.

(ROUSSEAU, 2017, p. 68)

O terceiro e último capítulo tem como objetivo fazer uma análise sobre o homem que, mesmo inserido em sociedade, em um cenário corrompido, tem contato com momentos que o aproximam de sua “essência perdida”, de modo a assim formar um ambiente natural neste cenário. De fato, a essência nunca é perdida, e por vezes, surge como um sentimento esperançoso.

O homem surge como um fenômeno natural e tende a ser desnaturado pelas instituições sociais, mas a natureza humana, incluindo sua bondade, para Rousseau, são intocáveis e perduram em sua essência. É como se criasse uma espécie de “casca” que obstruísse o verdadeiro coração humano e obscurecesse a natureza genuína do homem. Conforme alerta Salinas Fortes, “o que vemos diante de nós é uma degradação, uma degenerescência dessa natureza originária, em si mesma límpida e rica em potencialidades” (SALINAS FORTES, 1989, p. 32). Bento Prado Jr. destaca que o homem é o único ser que pertence ao invisível, ou seja, ele criou uma rede de relações essencialmente invisível constituindo sua realidade própria no processo de desnaturação (PRADO JR, 2018, p. 338). O comentador se refere à distância que o homem criou entre a sua “matriz original da espécie” e o que se tornou.

A degeneração veio pelas próprias mãos do homem, então cabe a ele próprio reconciliar-se com sua natureza. O homem possui as marcas da beleza, de modo que todas as ações formativas devem realçar tais marcas para evitar a sua deterioração.

Desse modo, chegamos ao ponto em que o homem se desnatura, mas ainda assim, devido à sua bondade originária, é uma espécie possível de adaptação à essência. A formação direcionada a Emílio demonstra a peculiaridade desse

ponto: é preciso reconstituir o homem em um caminho mais próximo de sua natureza. Rousseau destaca seu Emílio como a personificação do ser mais preparado para lidar com os tormentos da sociedade e bem representar o homem natural constituído, já presente na sociedade.

A tarefa de recuperar a imagem perdida do homem primitivo é árdua, já que o homem assume um novo formato, intensificado pelas novas concepções de mundo que o cercam, que o afastaram de sua beleza original. O homem moderno possui as acepções que são decorrentes do tempo histórico, que integram e constroem a sua constituição. Nesse sentido, a tarefa da formação humana *rousseauuniana* deve ter o condão de resgatar a essência da natureza humana e promover a vida em sociedade.

Os dois primeiros discursos⁵⁸ já demonstravam o “percurso histórico da humanidade como sendo marcado pelos avanços da desigualdade, da corrupção e da opressão, na medida em que os povos tendem a se afastar cada vez mais da simplicidade daquilo que está na natureza”⁵⁹. Nesse sentido, o *Emílio* nos convida “a refletir sobre como deveria ser a educação doméstica de um indivíduo que não terá uma república bem-ordenada para habitar, mas que terá de buscar ser feliz mesmo em uma sociedade corrompida”⁶⁰.

Segundo Arlei de Espíndola (2019, p. 95), Henri Gouhier, leitor de Rousseau, comenta que os progressos que o ser humano realizou difundiram um embate entre a natureza e a história, o que afastou o homem de sua condição primitiva, pois ele empreendeu avanços e lapidou-se.

Ao falar sobre o pensamento rousseauuniano como transformador, se faz necessário acrescentar que ele o é em nome de uma natureza humana e não de um progresso histórico. Para Rousseau, o ato de “voltar-se ao interior” revela o universo que o homem deve explorar. O genebrino valoriza a consciência e aquilo que o coração indica. A cultura do homem deve tomar novas formas para que se

⁵⁸ Segundo anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação, posteriormente aos dois *Discursos*, surge o *Contrato Social*, mas é válido ressaltar que a obra não possui o condão de transformação social, e sim criar e expor os princípios do direito político que servem de referência para julgar as instituições e leis existentes.

⁵⁹ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para o exame de qualificação.

⁶⁰ Idem nota de rodapé 59.

consiga uma reaproximação com a natureza, por isso a importância de se aprofundar no significado da natureza *rousseauiana*⁶¹.

Após as publicações de *Emílio* e *Contrato Social*, Rousseau passa a sofrer perseguições. Nesse período, ele se dedica à escrita de suas obras autobiográficas e a herborização. Rousseau enxerga nesse ambiente natural uma tentativa de preencher o seu vazio, a sua solidão, de uma forma não forçada, transmitida através da natureza. Esta paisagem natural se torna nítida na passagem de Jean Starobinski, que já mencionamos no capítulo anterior e voltamos a repeti-la:

Rousseau pede à natureza o equivalente aproximativo daquilo que sua própria consciência lhe oferecia: imagens que parecem eclodir por si mesmas, e que basta acolher sem esforço. Através do vazio e da pureza de uma consciência profundamente ociosa, os objetos naturais podem inocentemente transparecer, tornar-se aparentes sem que nada os tenha desfigurado. E Rousseau, entre os objetos sensíveis, escolhe os mais inocentes de todos, os seres nos quais a vida não contradiz a inocência: as plantas (STAROBINSKI, 2011, p. 321).

Vale lembrar que a saída de Rousseau de grandes centros urbanos em busca de um refúgio, um local mais pacato, distante das grandes aglomerações da sociedade, é corriqueira em sua vida. Em 1736, ele se instalou, junto com Madame de Warens, no pequeno vale das Charmettes, local famoso por ser um dos refúgios favoritos de Rousseau. Segundo Pissarra (2002, p. 16), foi lá que ele “começou a se interessar pelas plantas e pelas flores que encontrava nos campos onde passeava para se distrair do estudo rigoroso”. Sobre a vida calma de Charmettes, no Livro Sexto das *Confissões*, o genebrino relata com entusiasmo:

Levantava-me com o sol, e era feliz. Passeava, e era feliz. Via mamãe e era feliz. Deixava-a, e era feliz. Percorria os bosques, os outeiros, errava pelos vales, lia, espreguiçava, trabalhava no jardim, colhia frutos, ajudava em casa, e a felicidade me seguia em toda parte; não estava em nenhuma parte assinalável, estava toda em mim mesmo, e não me podia deixar um só instante (ROUSSEAU, 2008, p. 220)

⁶¹ Espíndola (2019, p. 96) ressalta que os principais intérpretes da filosofia de Rousseau, principalmente no que se refere à obra *Segundo Discurso*, reconhecem predominantemente a presença de uma argumentação antropológica com vista a investigar a essência da natureza humana.

Em outro momento, cada vez mais distante de seus contemporâneos filósofos, devido às ideias opostas, em abril de 1756, o genebrino instalou-se na Ermitage, uma casa especialmente preparada para ele, junto à floresta de Montmorency. A convite de Madame d'Épinay ele permanece até o ano seguinte. O local não era muito longe de Paris, “mas suficientemente perto do campo para deixá-lo muito mais próximo da natureza” (PISSARRA, 2002, p. 22).

Rousseau e a vida retirada em meio aos prazeres campestres parecem ser sinônimos. No reduto denominado Ermitage, tenta “ressaltar o autêntico vínculo que ele possui com o ambiente rural, assim como o prazer de se afastar da vida tumultuada da cidade e encontrar na solidão a tranquilidade que lhe faltava” (BEZERRA, 2019, p. 29). Rousseau busca a plenitude da existência humana nesses refúgios e sempre ressaltou a sua “queda pessoal para manter-se afastado dos homens, desfrutando de uma vida retirada” (ESPÍNDOLA, 2017, p. 265).

No final de sua vida, Rousseau é convidado pelo Marquês de Girardin a passar uma temporada em Ermenonville, um parque que havia sido projetado a fim de efetivar uma “integração entre a natureza, as casas e as pessoas” (PISSARRA, 2002, p. 34). Nesse local, o filósofo se dedicou à redação dos *Devaneios* em suas últimas cinco semanas.

Percebe-se que Rousseau sempre esteve ligado aos refúgios como campos, bosques, florestas, como se isso representasse uma “saída” dos grandes centros urbanos da sociedade. E é exatamente na exploração dessas regiões em que viveu, que se interessa pela botânica, conforme assevera Pissarra: “seu interesse na área teve início ainda nos jardins das Charmettes, local onde ele também se iniciou na preparação de infusões e plantas medicinais” (PISSARRA, 2002, p. 30).

Nesses tranquilos refúgios, o genebrino se depara com a sua própria natureza, consequência dos prazeres e impressões que adquire através das experiências que tais ambientes lhe proporcionam. A sensibilidade que estas estadias proporcionavam, com ambientes bucólicos, era tão forte que até mesmo influenciaria o filósofo em sua escrita: “uma das obras que planejava escrever versaria sobre como as impressões dos objetos exteriores afetam a vida interior de

tal forma que são capazes de alterar profundamente o comportamento humano” (BEZERRA, 2019, p. 31).

3.1 LIVRO V DO *EMÍLIO*: O HOMEM NATURAL CONSTITUÍDO

O Livro V de *Emílio*, último da obra, lança bases ao casamento na formação do jovem, na busca da pessoa ideal para conviver com Emílio. A postura do filósofo quanto à educação feminina é reflexo do sentimento existente naquele século. As mulheres eram educadas para as tarefas domésticas e deveriam permanecer dentro dessas esferas. O livro ainda contém uma versão concisa do *Contrato Social* no qual aborda a educação política de Emílio.

Emílio, o homem virtuoso, formado para viver em sociedade, deve ter assegurada a integridade das suas condições naturais essenciais. Esse processo deve visar à boa convivência social entre os seus pares. No Livro V, Rousseau alega que o jovem alcança seu “último ato da juventude” (ROUSSEAU, 2014, p. 515).⁶² O livro destaca a educação de Sofia, a “mulher ideal” e futura esposa de Emílio. O homem natural formado necessita de uma companheira: “Não é bom que o homem esteja só, e Emílio é homem; prometemos-lhe uma companheira, é preciso dar-lha. Essa companheira é Sofia” (ROUSSEAU, 2014, p. 515).

O genebrino então passa a descrever, física e moralmente, como deve ser a companheira de Emílio, De acordo com ele, “Sofia deve ser mulher como Emílio é homem, isto é, deve ter tudo o que convém à constituição de sua espécie e de seu sexo para ocupar o seu lugar na ordem física e moral” (ROUSSEAU, 2014, p. 515).

Na descrição das características do sexo oposto, Rousseau encontra muitas semelhanças e também oposições (ROUSSEAU, 2014, p. 516). Da mesma maneira como o homem natural se constituiu, a mulher deve seguir os ditames da natureza, respeitando-se as características atribuídas a ela (ROUSSEAU, 2014, p. 524-525). A figura feminina foi fator de admiração e sensibilidade para o genebrino,

⁶² Salinas Fortes (1989, p. 62) ressalta como “juventude do mundo”, uma das fases de transição do estado de natureza para o estado social. Aquela que remete à constituição de cabanas e leva também à formação das famílias, vizinhança e bandos mais permanentes.

mesmo que a personagem Sofia, do Livro V do *Emílio*, tenha papel submisso e complementar ao jovem Emílio, o que revela o contexto daquela época⁶³. A vida de Rousseau é fortemente marcada pela figura feminina, desde a sua infância, haja vista a imagem de sua mãe, morta dias após o seu nascimento e as outras com as quais se relacionou. Talvez isso o tivesse influenciado a imaginar uma companheira para a constituição da vida do homem natural, para que fizesse parte de sua formação.

Em toda a trajetória do personagem Emílio, acompanhada por seu preceptor, é notório o objetivo da obra em educar o homem para que esteja preparado para viver em uma sociedade corrompida. Buscando uma formação junto à natureza, este é o “artífice” para que o jovem seja preservado dos grandes vícios que a sociedade apresenta. Em uma bela passagem no *Emílio*, Rousseau apresenta seu jovem bem constituído e formado para viver em sociedade:

Considerai o meu Emílio, com vinte anos completos, bem formado, bem constituído de espírito e de corpo, forte, sadio, disposto, destro, robusto, cheio de juízo, de razão, de bondade, de humanidade, com bons costumes, bom gosto, amante do belo, fazedor do bem, livre do império das paixões cruéis, sem o jugo da opinião, mas submisso à lei da sabedoria e dócil voz da amizade; dono de todos os talentos úteis e de vários talentos agradáveis, pouco preocupado com as riquezas, carregando seu recurso na ponta dos braços e sem medo de não ter pão, aconteça o que acontecer (ROUSSEAU, 2014, p. 616).

Desse modo, Emílio, esse homem virtuoso provido com tantas características, possui habilidades e qualidades e está constituído para desenvolver seu potencial em sociedade.

O objeto da educação de Emílio tem o fim de formar o homem possuidor de liberdade moral através de uma educação doméstica, para que possa corrigir a degradação humana e fornecer um caráter ao espírito humano.

⁶³ No que se refere ao papel submisso das mulheres, Rousseau foi duramente criticado por várias pensadoras, entre elas, a mais famosa, Mary Wollstonecraft. De acordo com as anotações do Prof. Renato Moscateli para a defesa da dissertação, as ideias defendidas pelo genebrino no Segundo Discurso sobre a origem das desigualdades entre os homens poderiam “demonstrar que a submissão das mulheres é fruto de um processo social e político, e não uma mera consequência de diferenças naturais/biológicas”. Fato é que este é um tema que precisa ser discutido de modo mais pormenorizado.

Diferentemente da formação do cidadão prevista no *Contrato Social*. Desse modo, nas palavras de Moscateli, Emílio “é preparado desde a infância para obter essa liberdade mesmo sem participar ativamente de uma associação política.” (MOSCATELI, 2012, p. 137). Nesse sentido, “Emílio enxerga a si mesmo como um homem livre porque se sente imbuído da virtude moral que lhe fora pregada por seu preceptor” (MOSCATELI, 2012, p. 140).⁶⁴ Nesse ambiente em que Emílio se coloca a viver, exige-se dele a sapiência de lidar com tormentos, impulsos e todas as intempéries da vida. Desse modo, seguindo a razão e consciência, *a priori*, ele tem o preparo para cumprir os seus deveres visando a manter a boa ordem. Mesmo em uma sociedade corrupta, Emílio tem a forte capacidade e a virtude para bem manter seu comportamento bondoso e humano, perfil esse conduzido por um espírito crítico.

No mesmo espírito da formação do homem natural e virtuoso, Rousseau descreve no Livro V uma espécie de resumo do *Contrato Social*, onde reflete sobre as características do “direito de escravidão” proposto pelo pacto social entre os homens (ROUSSEAU, 2014, p. 679-680). *A priori*, o chamado “direito de escravidão” seria um modo de o homem alienar-se um ao outro. O genebrino ressalta que apesar de a natureza humana se encarregar de determinar alguns aspectos ao homem, principalmente no que se refere à sua conservação, “a razão lhe prescreve o que deve fazer e aquilo que deve se abster” (ROUSSEAU, 2014, p. 679).

As reservas e restrições do “direito de escravidão” celebram um verdadeiro contrato em que não há nenhum superior comum, o corpo moral e coletivo é o próprio juiz. O homem, nesse processo do qual se incumbe para bem viver, deve ser “livre enquanto parte dele e capaz de rompê-lo tão logo se julgue lesado” (ROUSSEAU, 2014, p. 679).

O contrato, tácito, é formado entre o povo. Nas palavras de Rousseau (2014, p. 680): “Contrato Social é a base de toda sociedade civil e é na natureza

⁶⁴ Sobre a diferença entre a formação do homem e do cidadão, leia mais em: MOSCATELI, Renato. **Por que Emílio não é cidadão republicano**. Argumentos, Ano 4, Nº. 8. 2012. Neste artigo, Moscateli argumenta sobre diferenças nas relações entre educação e política nas obras de Rousseau. Os argumentos contestam o uso de Emílio como fonte de referência em Rousseau a respeito da formação do cidadão.

desse ato que se deve procurar a da sociedade que ele forma”. Fazendo uma analogia ao ambiente natural, o ato de colocar em comum os bens de cada pessoa, levanta uma característica holística tal qual a que vemos no ambiente natural. Característica essa que ressalta a harmonia, o todo e a visão de igualdade e bem estar.

Essa proposta pode ser refletida pelo ato de associação que produz um corpo moral e coletivo. A instituição desse conceito (corpo moral e coletivo) representa um ato supremo e independente dos membros que a compõem. Criado pelo *Contrato Social*, os membros formam uma coletividade. Tal ato carrega consigo compromissos, como os recíprocos entre o público e os particulares, além do compromisso duplo como membro do soberano em relação aos particulares e membro do Estado em relação ao soberano (ROUSSEAU, 2014, p. 681).

Ainda na esteira da característica holística do pacto social (2014, p. 681): “o soberano só pode agir através das vontades comuns e gerais”, de modo que seus atos seguem esse caminho. Se um particular for lesado, todos serão, o que para Rousseau, seria inimaginável, pois seria querer fazer o mal a si mesmo. Desse modo, o *Contrato Social* representa uma força pública (ROUSSEAU, 2014, p. 681).

Nesse quadro, o jovem Emílio, cumpriria, de maneira virtuosa, suas obrigações como súdito de um governo⁶⁵. Rousseau (2014, p. 682), ao mencionar que: “ao obedecer ao soberano, só obedece a si mesmo”, quer afirmar que o ambiente natural aqui é aquele constituído pela vontade geral, e esse tem o poder de tomar decisões em nome de todos e de garantir o bem-estar coletivo. Ela (vontade geral) representa a essência do corpo político legítimo, de maneira que o interesse público tende à igualdade (ROUSSEAU, 2014, p. 684).

Na perspectiva da sociedade formada a partir do pacto, a preservação da estabilidade política depende da convivência harmônica e das boas relações entre as partes. A teoria política de Rousseau não se reduz à amizade, mas na capacidade do homem em saber viver em unidade, ou seja, viver em harmonia com os seus pares, distante da concentração no individualismo e dos conflitos. O bem-

⁶⁵ De acordo com anotações do Prof. Renato Moscateli para a defesa da dissertação.

estar coletivo é importante para Rousseau, por isso defende a ideia de pacto social para que os membros dessa sociedade possam viver em segurança.

Também o Livro V ressalta as viagens do jovem Emílio (ROUSSEAU, 2014, p. 665). Neste quesito, Rousseau deseja que seu pupilo conheça as províncias mais afastadas. Nesse sentido, o ambiente natural é envolto de menos movimento e comércio como o das grandes capitais. Para Rousseau (2014, p. 692), Emílio precisa “estudar o gênio e os costumes de uma nação”. É necessário ver a capital de maneira rápida, e observar o país mais além. Nas suas próprias palavras: “É nas grandes distâncias, da Capital ao interior, que um povo se caracteriza e se mostra tal como é, sem misturas” (ROUSSEAU, 2014, p. 692).

O genebrino ainda ressalta que a discussão sobre se Paris ou Londres tem o maior número de habitantes é tola, e apenas demonstra qual das duas capitais é mais mal governada (ROUSSEAU, 2014, p. 694). Rousseau quer a amplitude, deseja ampliar o horizonte do jovem, pois para conhecer, de fato, um povo, é necessário ir além de suas grandes cidades.

É preciso conhecer o campo. Nele, o espírito não é o mesmo da cidade. De acordo com o filósofo de Genebra (2014, p. 694), “quem faz o país é o campo, e quem faz a nação é o povo do campo”. Mais uma vez, Rousseau remete ao ambiente natural próximo à natureza campestre, como se essa fosse a atmosfera que completasse o homem e, neste caso, facilitaria para o entendimento de um país. Conforme abordamos no tópico *O desenvolvimento de Emílio* no capítulo 1, Rousseau (2014, p. 104-105) enaltece o ambiente campestre na formação da criança e destaca a noção de pertencimento que esse processo favorece.

A simplicidade das províncias afastadas favorece o coração humano. As nações parecem valer bem mais, quanto mais se aproximam da natureza, mais dominam a bondade em seus caracteres. Nas cidades, quando se corrompem pela cultura, elas se depravam e transformam em vícios perniciosos alguns defeitos mais rudes do que nocivos (ROUSSEAU, 2014, p. 695).

Rousseau então propõe que os jovens permaneçam pouco nas grandes cidades onde reina uma horrível corrupção. Para ele, as cidades “interiorianas”, mais afastadas, conservam homens mais simples, com juízo mais

justo, gostos mais sadios e costumes mais honestos (ROUSSEAU, 2014, p. 695). Emílio está preparado para preservar-se dos grandes vícios, ele traz grande apego em seu coração. A grande diferença entre Emílio e seus contemporâneos é que aquele busca a realidade, enquanto esses a aparência.

Em suas viagens, Emílio, percorreu por quase dois anos, grandes Estados da Europa e também muitos pequenos. Neste percurso, aprendeu várias línguas, história natural, tudo sobre os governos, artes, etc. O resultado é que o prazo final do homem está próximo e o que ficou decidido então? Eis que Emílio decide: “permanecer tal como me fizeste ser e não acrescentar voluntariamente nenhuma outra corrente à que me dão a natureza e as leis” (ROUSSEAU, 2014, p. 697-698).

Não fossem as paixões que desnaturaram o homem, o caminho seria apenas o de seguir seu destino, mas a natureza e a ordem traçam leis eternas que a consciência e a razão devem sujeitar-se (ROUSSEAU, 2014, p. 699). Vejamos a seguinte passagem:

Mas as leis eternas da natureza e da ordem existem. Para o sábio, são como uma lei positiva; são escritas no fundo do seu coração pela consciência e pela razão; é a elas que deve sujeitar-se para ser livre, e só é escravo quem age mal, pois fá-lo sempre contra a vontade. A liberdade não está em nenhuma forma de governo, ela está no coração do homem livre; ele a carrega consigo por toda parte (ROUSSEAU, 2014, p. 700).

Vê-se que a consciência e a razão são balizas gravadas no coração do homem livre. Para o bem viver é necessário “seguir-las”. De qualquer forma, ante aos vícios, o que há de mais precioso para o homem é a moralidade de suas ações e o amor da virtude. Lutando contra seus vícios, apesar de suas paixões, torna-se virtuoso. Como bem ressalta o genebrino: “Basta a aparência da ordem para levá-lo a conhecê-la e amá-la” (ROUSSEAU, 2014, p. 701).

Por isso o encanto de Rousseau pela vida patriarcal e do campo, pois considera mais tranquila, natural e doce ao coração humano (ROUSSEAU, 2014, p. 701). Isso é representativo para o ambiente natural rousseauiano, pois é um cenário na qual o filósofo vislumbra uma vida mais harmoniosa ao homem. O desfecho do Livro V de *Emílio* reserva o relato da harmonia entre o casal – Emílio e

Sofia:

Pouco a pouco, o primeiro delírio se acalma e deixa-os saborear em paz os encantos de seu novo estado. Felizes amantes! Dignos esposos! Para honrar suas virtudes, para representar sua felicidade, seria preciso escrever a história de suas vidas. Quantas vezes, contemplando neles a minha obra, sinto-me tomado de um arrebatamento que faz palpitir meu coração! Quantas vezes junto suas mãos às minhas, abençoando a providência e dando longos suspiros! Quantos beijos dou nessas duas mãos que se apertam! Com quantas lágrimas de alegria eles sentem que as cubro! Também se enternecem por seu lado, compartilhando meus arroubos. Seus respeitáveis pais gozam mais uma vez de sua juventude na de seus filhos; por assim dizer, recomeçam a viver neles, ou melhor, conhecem pela primeira vez o valor da vida; amaldiçoam suas antigas riquezas que os impediram de gozar na mesma idade de uma sorte tão encantadora. Se há felicidade na terra, é no abrigo em que vivemos que se deve procurá-la (ROUSSEAU, 2014, p. 711).

O casal Emílio e Sofia pode dar luz às coisas boas em seu entorno. Através deles, o campo pode ser vivificado e a terra pode assumir novos encantos. Rousseau vê com bons olhos a formação deste homem virtuoso e ressalta que este é o protótipo que pode aproximar-se da natureza, mesmo em uma sociedade já corrompida (ROUSSEAU, 2014, p. 702)⁶⁶.

3.2 NOS PASSOS DA QUINTA CAMINHADA

A Quinta Caminhada faz parte de um dos dez ensaios escritos por Rousseau, presente na obra *Os devaneios do caminhante solitário* (1782). A passagem reflete sobre a natureza humana e a sua relação com a natureza exterior, além de expor questões filosóficas e sociais. A obra deixa clara a valorização que Rousseau dá a natureza e como ela é parte importante da humanidade, devendo ser preservada e valorizada.

A imagem criada através das caminhadas de Rousseau pode despertar um forte poder sedutor na relação entre o homem e o Cosmos. Através das mais belas paisagens vislumbradas pelo genebrino, evoca-se a proximidade com a natureza (ROUSSEAU, 2017, p. 63). E natureza, aqui, tomada no sentido

⁶⁶ De modo oposto a isso, vale conferir *Emílio e Sofia ou os solitários*. Trata-se da continuação inacabada de *Emílio*.

físico/ambiental. Tal proximidade também pode ser fonte de “tranquilidade, serenidade, “paz de espírito”” (BEZERRA, 2019, p. 22).⁶⁷

Logo no início da Quinta Caminhada dos *Devaneios do Caminhante Solitário*, o genebrino destaca a felicidade que é conviver na Ilha de Saint-Pierre, Lago de Bienna. Um local ermo, pouco conhecido, e que dá a impressão de ser um ambiente bem afastado. As características desse paraíso são as mais naturais possíveis: rochedos, arvoredos, e tudo o que há de mais belo na vegetação natural (ROUSSEAU, 2017, p. 63). E o genebrino completa a descrição: “encontram-se nela campos, vinhas, bosques, pomares abundantes, pastos sombreados por bosquezinhos e circundados por arbustos de toda espécie, cujo frescor é mantido pela margem das águas” (ROUSSEAU, 2017, p. 64). Não há grandes estradas que levam até lá, tornando-se uma região pouco frequentada pelos viajantes. De acordo com o filósofo, existia uma única casa em toda aquela pequena ilha, “mergulhada” em uma variedade de culturas da natureza (ROUSSEAU, 2017, p. 63).

Todo esse ambiente verde descrito “é interessante para contemplativos solitários que gostam de inebriar-se à vontade com os encantos da natureza e de se recolher num silêncio perturbado por nenhum outro ruído” (ROUSSEAU, 2017, p. 63)⁶⁸.

Para Rousseau esse é o ambiente perfeito para “fugir” e isolar-se do mundo. Seu propósito nesse refúgio era terminar seus dias por ali, como um confinamento para o resto da vida dele, tamanha a sensação de encanto e conforto que aquele ambiente natural lhe provocara (ROUSSEAU, 2017, p. 64). Dois meses, passados neste local, no mais completo estado de felicidade, e que poderia ser muito mais, tendo em vista a “ocupação deliciosa e necessária de um homem que se dedicou ao ócio” (ROUSSEAU, 2017, p. 65).

No mais perfeito estado de regozijo, Rousseau se enlaçara a si mesmo

⁶⁷ De acordo com Gustavo Bezerra (2019, p. 22), “ao buscar em determinada literatura filosófica do século XVIII uma interessante fonte de difusão dos prazeres associados à proximidade com a ambiente natural, tal estudo poderá auxiliar na discussão sobre o apelo que as paisagens, da floresta, da montanha, de uma praia deserta etc., exerce sobre o homem contemporâneo.”

⁶⁸ Jean Starobinski, em sua obra clássica *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo* (2011, p. 51-66), destaca a solidão em um plano de subjetividade e interioridade em que Rousseau tenta a busca da unidade.

naquele ambiente, numa espécie de encanto consigo mesmo e com a ordem, com aquilo que o rodeava. As coisas se organizavam de tal modo como se a Providência Divina agisse naquele meio (ROUSSEAU, 2017, p. 65).

Começam os seus primeiros gostos pela botânica, e descrever todas as plantas da ilha não lhe era uma ocupação forçosa. Pelo contrário, ele “teria escrito um livro sobre cada folha de grama dos prados, sobre cada musgo dos bosques, sobre cada líquen que recobre os rochedos” (ROUSSEAU, 2017, p. 66).

Nesse estudo de botânica da ilha que Rousseau se propõe, nada é mais belo que o regozijo para com a natureza e o ambiente que o envolve. Um sentimento único, que coloca o homem em perfeita conexão com o seu ambiente, de modo que: “nada é mais singular do que os arrebatamentos, os êxtases que eu sentia a cada observação que fazia sobre a estrutura e a organização vegetal e sobre o funcionamento das partes sexuais na frutificação” (ROUSSEAU, 2017, p. 66).

Para Rousseau, o estudo da botânica é concebido em um aspecto muito mais filosófico, “trata-se de apreender a unidade harmônica da natureza como um todo” (TREDANARO, 2018, p. 175). A partir da tomada dos estudos das plantas, por exemplo, o filósofo afirma que é possível tomarmos consciência de nós mesmos. É o elemento externo se fazendo presente nas relações humanas. Nesse sentido, de a botânica alçar outra dimensão além da científica, verifica-se que a observação deixa o detalhe de lado para encontrar o aspecto global. Desse modo, Tredanaro (2018, p. 175) explica que: “Rousseau ultrapassa a concepção mecanicista da natureza e recupera o nexos entre ciência, teleologia e metafísica”. Para Rousseau, a natureza é uma entidade viva, de modo que a ciência deve ser complementada com o aspecto metafísico dessa natureza. Ainda sobre o aspecto de fugir da finalidade utilitária da botânica, Catherine Larrère (2013, p. 26) afirma que: “a botânica pode ser uma ciência contemplativa, se se entende por contemplação uma mistura de sensibilidade ativa e passiva, interna e externa, que permite a fruição do acordo com o que se realiza entre o mundo exterior e a sensibilidade interior”.

Estudar as plantas somente através das relações essenciais estabelecidas pelas ciências significa extrair a vida das plantas (ROUSSEAU, 2017,

p. 87). Para o genebrino, a botânica acompanha o curso da vida em uma marcha livre. O passeio do caminhante deve servir à observação e captação da natureza de maneira natural, sem fim ulterior (ROUSSEAU, 2017, p. 89). A procura desses “objetos exteriores” e o “concurso dos objetos sensíveis, em sua diversidade” são ações que “permite ao caminhante esquecer seus infortúnios” (LARRÈRE, 2013, p. 26). Desse modo, a caminhada desinteressada do botânico tem o objetivo único de apreender a beleza da ordem que a natureza proporciona.⁶⁹

Voltando à ilha, temos a impressão que o genebrino e o ambiente que o envolvia se “confundiam”, numa espécie de amálgama entre o ser e o ambiente, interno e externo (ROUSSEAU, 2017, p. 70). Nesse processo, a contemplação também ganha grande destaque. Aliás, esse é um fator preponderante em todas as caminhadas presente nos *Devaneios*.

Nesta simbiose do humano com o ecológico, parece que as sombras de todos os males da sociedade eram colocadas à prova nesse ambiente natural, como num espaço que poderia servir de exemplo para um resgate das condições naturais do homem.

Ao contrário do que se poderia imaginar, em um local ermo, o ambiente lhe garantia a diversidade de atividades, favorecendo até mesmo a não-reflexão, como se os devaneios pudessem suprimir os movimentos internos.

A contemplação dessas mais belas paisagens remetia ao genebrino um conjunto de sensações que transbordam o encanto e a felicidade, sugerindo de modo nostálgico, recordações de bons momentos vividos, o que denota prazeres e êxtases diante daquele cenário.

O devaneio solitário descrito na Quinta Caminhada soa como um suspiro utópico, em que o homem parece bastar-se a si mesmo (ROUSSEAU, 2017, p. 70). A imagem do caminhante solitário, aquele que dá passos junto à natureza, pode representar uma aproximação à essência e, de certo modo, elevar o símbolo de uma vida simples, distante das pressões da sociedade. Observa-se a harmonia e equilíbrio, além da vivência mais plena com o homem mais propenso ao natural.

⁶⁹ Para saber mais sobre as relações de Rousseau com a botânica leia: *Cartas sobre os elementos de botânica*, publicada em 1785.

É notável que Rousseau, diante de suas obras e também movido pela beleza externa que o cerca, principalmente no final de sua vida, tenta desvelar a natureza do homem e a história que o afastou de seu estado primitivo. Nesse processo de desvelar a sua natureza, é aflorado o sentimento de existência, que se despoja de outras pretensões que são adocicadas pelos tormentos das paixões contínuas que impedem de sentir o encanto (ROUSSEAU, 2017, p. 70).

Desse modo, o sentimento de existência denota ao homem o encontro com aquilo que ele tem de mais vívido, a sua essência ou um movimento mais próximo a isso. Nesse aspecto, talvez Rousseau propusesse que o movimento da vida deva ser uniforme e moderado, a fim de destacar a natureza que perdura dentro de nós e que pode conviver harmonicamente com o ambiente de forma concatenada e ecológica.

Portanto, a Ilha de Saint-Pierre, revela o protótipo de uma vida perfeita para Rousseau, e assume a sensibilidade do autor no que se refere ao cuidado com a natureza e com aquilo que imagina viver em bem-estar. É o que ressalta a seguinte citação:

Saindo de um longo e doce devaneio, vendo-me envolto de vegetação, flores, pássaros, e deixando meus olhos vaguearem ao longe, nas romanescas margens que delimitavam uma vasta extensão de água clara e cristalina, assimilava às minhas ficções todos esses amáveis objetos e, quando reconduzido gradualmente a mim mesmo e ao que me cercava, eu não podia marcar o ponto de separação entre as ficções e as realidades, tanto que tudo concorria igualmente para me tornar preciosa a vida meditativa e solitária que eu levava naquele belo lugar (ROUSSEAU, 2017, p. 72).

Rousseau parece adotar a figura de um sonhador onde tudo realmente impressiona seus sentidos e é levado a uma atmosfera distante dos tumultos sociais e muito mais próxima de inteligências celestes (ROUSSEAU, 2017, p. 72). A ideia da contemplação da natureza próxima de traços que elevam ao divino é algo plausível diante dos textos de Rousseau, já que a *Profissão de Fé*, conforme abordamos no capítulo 2, realça o “ambiente divinizado” em um caminho que coloca o homem na direção das inteligências celestes (ROUSSEAU, 2014, p. 386). Mas, na literatura proposta nas caminhadas, o genebrino ressalta a afinidade em um ambiente natural

em que o homem desperta os seus sentimentos de admiração e encontro consigo mesmo, revelando um processo muito mais terreno. Sobre as impressões que esses sentimentos causam no solitário genebrino, que procura o ambiente recolhido das grandes aglomerações de cidades, Bezerra destaca que: “Rousseau reencontra-se com sua própria natureza, e a causa de tal conquista são os prazeres oriundos das agradáveis impressões sensoriais proporcionadas pelo ambiente bucólico que o rodeia” (BEZERRA, 2019, p. 30).

Nas últimas páginas da Quinta Caminhada, Rousseau afirma que esse tipo de devaneio poderia lhe trazer sentimentos de bem estar em qualquer lugar que fosse tranquilo. Mas, em seguida, ele confessa que seria mais agradável em uma ilha fértil e solitária, longe das grandes aglomerações do mundo (ROUSSEAU, 2017, p. 71). Nos *Devaneios*, Rousseau está tão absorto na natureza que a fronteira entre o exterior e o interior parece desfeita. Isso deve à conexão criada com a natureza. Ao admirar a beleza e simplicidade que ela proporciona, o caminhante deixa de absorver os seus problemas e se concentra na paz e equilíbrio que esse ambiente oferece. A natureza em Rousseau tem esse papel de ultrapassar as barreiras entre o interior e exterior, e através dela podemos nos conciliarmos com nós mesmos e adquirirmos uma sensibilidade maior.

Conforme dito anteriormente, para Rousseau, o despertar do prazer que o ambiente natural realiza no ser, basta a ele próprio, como se o indivíduo se tornasse uma espécie de “Deus de si mesmo”. Mas é importante dizer que essa deificação não significa um dom divinizante, mas muito mais como uma analogia ao aspecto teológico. Gouhier afirma que “ele se sente em um estado divino de autossuficiência que é uma evidência da teologia do Vigário e de Julie, como da teologia tradicional” (GOUHIER, 2005, p. 104). Nesse sentido, sentir-se com um Deus, de acordo com Bezerra (2014, p. 104), “refere-se ao prazer de ter conseguido se desprender, mesmo que momentaneamente, dos laços que o prendiam às necessidades da vida terrena”. A diferença dos prazeres da Sétima Caminhada, que abordamos no Capítulo 2, para o da Quinta Caminhada, é que o da Sétima faz uma projeção ao cosmo, no sentido de ordem natural, uma espécie de “êxtase cósmico”. Aliás, esse é o motivo de incluirmos a Sétima Caminhada no Capítulo 2 que trata da

ordem da natureza, e a Quinta Caminhada neste capítulo, que reflete sobre as aproximações do homem com a natureza, concedidas através ao ambiente natural, mesmo em uma sociedade corrompida.

Portanto, o ambiente natural que Rousseau discorre na Quinta Caminhada, através de sua experiência na ilha, permite sentir sua própria existência, fator importante para compreender a espécie de devaneio na qual o genebrino se entrega. A harmonia e o espetáculo que a natureza promove, causa efeito nos seres mais sensíveis, que estão dispostos a contemplar e usufruir das belezas da paisagem natural. Nesse sentido, Rousseau é esse homem que sempre se move em direção ao selvagem, em um ambiente com grande força terapêutica. É desse modo que “o filósofo satisfaz sua constante busca pelo repouso tranquilo e sereno que o permite, no fim das contas, o encontro consigo mesmo” (BEZERRA, 2019, p. 36). Neste cenário, o homem encontra os verdadeiros prazeres e pode estabelecer uma vida mais feliz e harmoniosa.

Rousseau possuía difícil temperamento e muitas vezes a convivência não era algo simples. Teve uma infância marcada por questões melancólicas e tristes e, além disso, sofreu com as perseguições e desilusões com a sociedade. Desse modo, ele se viu na incumbência de procurar refúgios na natureza. O contato com a natureza podia lhe ajudar com a sua angústia e sofrimento, ao mesmo passo que compreendia a fonte de felicidade que ela oferece ao homem. Desse modo, principalmente com base nos *Devaneios*, a natureza para Rousseau pode ser considerada como refúgio para suas dores pessoais e também como celebração da vida como ideal de felicidade. Portanto, os *Devaneios* simbolizam a procura de um alívio para as suas angústias e a afirmação de que a natureza pode trazer equilíbrio para o bem viver humano.

3.3 A Sensibilidade do Jardim de Júlia

A obra *Júlia ou a Nova Heloísa*, lançada em 1761, revela a celebração do amor e da sensibilidade que se deseja transmitir aos seres humanos e ao

universo. Talvez possa ser considerado o maior romance epistolar do século XVIII, dada a sua importância e ficção narrativa, além do grande sucesso que a obra teve naquele século. Parte da história se dá entre cartas trocadas entre os personagens Júlia e Saint-Preux. A grande diferença na troca de cartas entre estes amantes, é que Rousseau também aborda questões filosóficas e sociológicas da época, mas sem perder de vista a essência do romance. De acordo com Fúlvia Moretto (2018, p. 15), tradutora da edição utilizada neste trabalho, *A Nova Heloísa*, em sua grande parte, é a aplicação do pensamento teórico do genebrino, uma espécie de conjunto de toda a filosofia do autor. Para Bento Prado Jr. “a nova Heloísa quer ao mesmo tempo propor ao leitor a imagem de outro mundo e ensiná-lo a instalar-se melhor no mundo real que o cerca” (PRADO JR., 2018, p. 207). Também Starobinski⁷⁰ destaca a ideia de um “outro mundo” tida por Rousseau, mais vasto, mas ao mesmo tempo, mais próximo em que a distância das coisas é atenuada (STAROBINSKI, 2011, p. 113). Através de Saint-Preux, Rousseau ressalta a predileção do personagem pelas paisagens, principalmente as montanhas do Valais, “uma mistura espantosa de natureza selvagem e natureza cultivada” (ROUSSEAU, 2018, p. 82).

A magnitude e grandeza dos elementos que compõe as montanhas excitam o personagem: “ora imensas rochas pendiam em ruínas acima de minha cabeça. Ora altas e ruidosas cascatas inundavam-me com sua espessa névoa. Ora uma torrente eterna abria ao meu redor um abismo cuja profundidade os olhos ousavam sondar” (ROUSSEAU, 2018, p. 81). Diferentemente da contemplação mais tranquila do caminhante, aqui aparenta uma admiração mais espantosa com o que se vê, conforme podemos sentir através da seguinte citação:

Imaginal a variedade, a grandeza, a beleza de mil surpreendentes espetáculos, o prazer de somente ver ao seu redor objetos absolutamente novos, pássaros raros, plantas bizarras e desconhecidas, de observar, em certo sentido, uma outra natureza e de encontrar-se num novo mundo (ROUSSEAU, 2018, p. 83).

⁷⁰ No clássico livro *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*, Jean Starobinski (2011, p. 113) destina um tópico no capítulo V sobre *A Nova Heloísa* que, de acordo com o comentador, “propõe-nos um devaneio prolongado sobre o tema da transparência e do véu”.

Após este breve relato sobre os encantos de Saint-Preux com as montanhas do Valais, interessa-nos mais aqui, expor sobre a Carta XI da Quarta Parte, que trata da descrição do agradável Jardim de Eliseu, e a Carta II da Quinta Parte, que revela algumas condições dos camponeses. Duas passagens que representam o ambiente natural perquirido por Rousseau em grande parte de suas obras.

A Carta XI (2018, p. 409) inicia ressaltando o gosto da vida retirada, para aqueles que se entregam a uma vida livre das perturbações das paixões. Rousseau entende que as ocupações úteis da vida não devem se restringir apenas aos trabalhos, mas sim a tudo o que conserva uma vida mais sadia, simples e inocente.

Para fugir das ocupações que trazem apenas algum tipo de utilidade e buscar o encanto do ócio, a carta descreve um local retirado, chamado de Jardim de Eliseu. O local é descrito como coberto por densa alameda e folhagens bastante espessas, o que dificulta a observação direta (ROUSSEAU, 2018, p. 410). A carta (escrita por Saint-Preux a Milorde Eduardo) revela a sensação ao adentrar em seu recinto em uma passagem que vale a pena conferirmos:

Ao entrar nesse pretense pomar, senti-me atingido por uma agradável sensação de frescor que obscuras sombras, uma verdura animada e viva, flores esparsas por todos os lados, um murmúrio de água corrente e o canto de mil pássaros trouxeram à minha imaginação pelo menos tanto quanto aos meus sentidos; mas, ao mesmo tempo, julguei ver o lugar mais selvagem, mais solitário da natureza e parecia-me ser o primeiro mortal a ter alguma vez penetrado nesse deserto. Surpreso, impressionado, arrebatado por um espetáculo tão pouco previsto, permaneci um momento imóvel (...) (ROUSSEAU, 2018, p. 410).

O texto demonstra a sensação e admiração ao se deparar com aquele ambiente natural. Os sentimentos propiciados por todo o tipo de “artefatos naturais” que o circunda naquele momento, traz à tona os efeitos mais agradáveis possíveis ao homem. Tais sintomas são ainda potencializados quando afirma que “parecia ser o primeiro mortal a ter penetrado aquele deserto”. A caminhada neste pomar produz uma alegria incomparável, tamanha a riqueza que a natureza perpetrava ao seu

corpo. Em versos quase que “poéticos-ambientais”, Rousseau descreve (2018, p. 411) várias espécies de árvores e frutos que compõem o pomar do jardim e reafirma o prazer desse ambiente:

Se pensais como é encantador às vezes, no fundo de um bosque, ver uma fruta selvagem e mesmo com ela refrescar-se, compreendereis o prazer que sentimos ao encontrar neste deserto artificial frutas excelentes e maduras, embora dispersas e de mau aspecto, o que confere ainda o prazer da procura e da escolha (ROUSSEAU, 2018, p. 412).

Por essas características mencionadas, o Jardim de Eliseu é tido como lugar de paz e tranquilidade, um refúgio da sociedade e suas opressões. O Bom Selvagem obviamente vivia em um estado sem essas preocupações, mas também representa uma vida harmoniosa e simples, distante das influências negativas da sociedade. De certo modo, o Jardim de Eliseu também tem esse significado de realçar essa essência da natureza em defesa de uma vida mais simples e natural.

Os caminhos do Jardim de Eliseu eram margeados por águas cristalinas, que por vezes adentrava entre a relva e as flores, e por outras, em rios maiores, correndo por todo o bosque e mantendo continuamente a “relva sempre verdejante e bela” (ROUSSEAU, 2018, p. 412).

O ócio contemplativo de estar neste agradável asilo era cada vez mais prazeroso à medida que percorria os estreitos caminhos do jardim. A sensação de bem estar se torna indescritível e a vontade é apenas de contemplar, sem a imposição da reflexão (ROUSSEAU, 2018, p. 412-313). Ao apresentar o seu jardim à Saint-Preux, Júlia ressalta que tudo ali é construído pela natureza, mas sob seu olhar. Longe de supor algum conflito entre o homem e a natureza, ela trata essa relação (homem x natureza) como uma cooperação. Trata-se de fazer as coisas e agir junto “com” a natureza. O homem deve andar sempre em harmonia com a natureza em vez de tentar dominá-la ou controlá-la, por isso a relação deve ser de cooperação. Eis o cuidado de Rousseau para com a natureza.

Rousseau critica as pessoas ricas que pensam pouco em seus prazeres e abdicam dessas experiências sensoriais. Ressalta que a “pressa de

gozar, a força e o dinheiro são os únicos meios que conhecem, possuem pássaros nas gaiolas e amigos a tanto por mês” (ROUSSEAU, 2018, p. 414). De outro modo, no que competem aos pássaros, entre os arvoredos eles têm a liberdade e as matérias para criarem seus próprios ninhos, “a eterna tranquilidade de que gozam leva-os a pôr ovos num lugar agradável onde nada lhes falta, onde ninguém os perturba” (ROUSSEAU, 2018, p. 414).

Para além das ocupações domésticas e as relações paternas, para Júlia era essencial estar ali sob o encanto e o espetáculo que a natureza lhe reservava. O Jardim de Eliseu, a princípio, poderia se imaginar que fosse um local preservado com muitos cultivos e cuidados da mão humana. Mas não, “tudo é verdejante, fresco, vigoroso e a mão do jardineiro não aparece: nada desmente a ideia de uma ilha deserta que me veio à mente ao entrar e não percebo nenhum passo humano” (ROUSSEAU, 2018, p. 416). A própria natureza se encarrega de sua arte, de modo que nada tenha que seguir uma simetria ou nivelamento.

A natureza “cria” um ambiente que parece até mesmo serem ocultos ao homem, seus atrativos são sensíveis para olhares passageiros. Tem-se a sensação que a “mão invisível” do jardineiro a tudo teceu e dá sustento as todas as relações humanas. Tal ideia pode ser demonstrada através da seguinte passagem da Carta XI da Quarta Parte de *Júlia ou A Nova Heloísa*:

(...) a natureza parece querer ocultar aos olhos dos homens seus verdadeiros atrativos, aos quais são por demais pouco sensíveis e que desfiguram quando estão ao seu alcance: ela foge dos lugares frequentados, é no cume das montanhas, no fundo das florestas, nas Ilhas desertas que ela ostenta seus mais emocionantes encantos. Os que a amam e que não podem ir procurá-la tão longe estão reduzidos a violentá-la, a forçá-la, de algum modo, a vir morar com eles, e tudo isso não pode ser feito sem um pouco de ilusão (ROUSSEAU, 2018, p. 416).

O pensador, nesta citação, confirma a ideia de natureza como “pano de fundo”, ideal este que percorre praticamente toda a sua obra. Mesmo distante dos lugares mais frequentados ou dos grandes centros urbanos, a natureza, no sentido ecológico, poderá ser encontrada: seja no cume de uma montanha, no fundo de florestas ou em ilhas desertas. Aquilo que a natureza oferece aos olhos do homem,

encanta e não necessita de convenções e grandes cultivos, tudo está “colocado”, está “pronto”. Mas Rousseau alerta em *A Nova Heloísa* que “certamente todo homem que não goste de passar belos dias num lugar tão simples e tão agradável, não possui um gosto puro nem uma alma sã” (ROUSSEAU, 2018, p. 420).

Ao contrário do que a natureza já propicia, de maneira gratuita, o homem procura, através da arte, criar ambientes naturais artificiais. No romance (2018, p. 420), ele exemplifica, referindo-se a jardins que Saint-Preux observou na China: “Eram rochas, grutas, cascatas artificiais em lugares planos e arenosos onde só existe água de poço; eram flores e plantas raras de todos os climas da China e da Tartária, reunidas e cultivadas num mesmo solo”. E arremata (2018, p. 420): “A natureza apresentava-se sob mil aspectos diversos e todo o conjunto não era natural”.

Rousseau, então, através de Saint-Preux, na carta enviada a Milorde Eduardo, preferiria que os homens não precisassem pensar nos trabalhos e cálculos que custaram para se criar um local agradável e de divertimentos (ROUSSEAU, 2018, p. 421).

A manutenção do Jardim de Eliseu deveria receber maiores cuidados, mas que não se tornasse um penoso trabalho, a fim de divertimentos supérfluos. Nesse sentido, disse Júlia:

Pensei, disse-me, no divertimento de meus filhos e na sua saúde quando forem maiores. A manutenção deste lugar exige maiores cuidados do que trabalho; trata-se antes de dar certo contorno aos ramos das plantas do que de cavar e arar a terra; quero fazer deles, um dia, meus pequenos jardineiros: terão suficiente exercício para reforçar o corpo mas não tanto para cansá-lo. Aliás, mandarão fazer o que for demasiado penoso para sua idade e limitar-se-ão ao trabalho que os divertirá. Não saberia dizer-vos, acrescentou, que doçura sinto em imaginar meus filhos ocupados em devolver-me todas as pequenas atenções que tenho por eles com tanto prazer e a alegria de seus ternos corações, vendo sua mãe passear com prazer sob estas sombras cultivadas pelas mãos deles, Na verdade, meu amigo, disse-me com voz comovida, dias vividos dessa maneira parecem felicidade da outra vida e não é sem razão que, pensando nisso, dei de antemão a este lugar o nome de Eliseu (ROUSSEAU, 2018, p. 421).

O Jardim de Eliseu se revela em um espaço agradável de convivência

e, como própria Júlia menciona, parece felicidade de outra vida, tal a sensação de bem estar que aquele ambiente natural lhe proporciona. A narrativa cita o bem estar dos filhos e preocupa-se com a saúde deles no futuro. A expectativa é que através daquele espaço, eles possam aprender o ofício de jardinagem e de certo modo, o jardim pode retribuí-los. O jardim pode remeter a um significado de plena harmonia entre as relações humanas e o meio em que lhe vive. Em um ambiente solitário como esse, agradáveis pensamentos podem “expulsar” todos os resquícios da ordem social que fizera o homem infeliz. O ambiente envolto com todos os encantos produzidos pela natureza pode refletir no coração humano. Os devaneios propiciados nestes momentos elevam a um estado de bem estar e prazer consigo mesmo no qual o mal não pode conhecer.

Também a Carta II da Quinta Parte do romance (2018, p. 457) traça momentos mais próximos na relação entre o homem e a natureza. Saint-Preux assegura ao amigo Milorde Eduardo que recuperou a paz da alma e narra a simplicidade e o encanto que encontrou naquele retiro (ROUSSEAU, 2018, p. 457). A vida privada do Sr. e da Sra. de Wolmar é narrada em detalhes e a harmonia presente na vida do casal comove sensivelmente o coração do escritor. O ambiente ali produzido, longe da vida agitada e barulhenta dos grandes centros, ressoa em “corações satisfeitos e rostos alegres” (ROUSSEAU, 2018, p. 457). Saint-Preux reforça o significado da vida uniforme e retirada que ali encontra na imagem afeiçoada do casal. Tal ambiente, produzido para suprir o bem-estar humano, pode ser sentido através destas palavras bem sentimentais:

É preciso uma alma sã para sentir os encantos do retiro, só vemos pessoas de bem gostar de viver no seio de sua família e nela encerrar-se voluntariamente; se há no mundo uma vida feliz é sem dúvida aquela que aqui vivem: mas os instrumentos da felicidade nada são para quem não sabe usá-los e só se sente em que consiste a verdadeira felicidade à medida que se tem a capacidade de experimentá-la (ROUSSEAU, 2018, p. 458).

A forma como administram e valorizam seus bens também impressionou Saint-Preux, sem grandes riquezas e abundâncias. O casal é visto como ideal de sabedoria e vida simples. O Sr. de Wolmar é tido como sujeito justo e

sábio e a sua esposa como mulher de virtude e generosa. Um casal que prima pela vida em comunidade e pelo viver em bem-estar. De modo geral, ele impressionou-se com “o bem-estar, a liberdade, a alegria no meio da ordem e da exatidão” (ROUSSEAU, 2018, p. 459).

Tratando a Carta, sobre as condições do homem do campo (2018, p. 463), ressalta que a condição natural “é a de cultivar a terra e viver de seus frutos”, em mais um exemplo da relação entre o homem e o ambiente natural.

Esta relação mais próxima do homem com o seu entorno, que remete a uma sintonia e a uma maior sensibilidade, de acordo com o genebrino (2018, p. 463), é o necessário e mais útil. Esse ambiente torna-se infeliz quando a sociedade o tiraniza e o alimenta com seus interesses e vícios. Sobre tal estado e a importância dessa relação mais íntima com o natural, Rousseau afirma: “é nele que consiste a verdadeira prosperidade de um país, a força e a grandeza que um povo tira de si mesmo, que em nada depende das outras nações, que nunca obriga a atacar para manter-se e fornece os meios mais seguros para defender-se” (ROUSSEAU, 2018, p. 463). Em mais um momento, Rousseau deixa transparecer o arquétipo estruturante da natureza em sintonia com o elemento exterior que forma o ambiente natural.

Neste cenário, a ordem das coisas não se liga à opinião, e sim aquilo que realmente é necessário à natureza e possui a devida utilidade. O espetáculo vislumbrado pelo homem satisfaz a tudo o que vê e que o coração sente uma imagem que não condiz com a tristeza. A vida tranquila e uniforme dos habitantes de províncias mais afastadas são desabrochadas por necessidades mútuas e uma troca entre a comunidade que ali vive: “cada um encontra em sua condição tudo aquilo de que precisa para sentir-se satisfeito e para dela não desejar sair, a ela se fixa como se nela tivesse de permanecer por toda a vida e a única ambição que conserva é a de bem preencher seus deveres” (ROUSSEAU, 2018, p. 474).

Em dada passagem no romance (2018, p. 477), Saint-Preux relata a Milorde Eduardo que se faz necessário um tempo para alcançar o prazer e bem-estar. Ressalta ainda que seria impossível cansar-se de tal condição, predisposta com a natureza, já que é uma fonte de felicidade inesgotável.

Desse modo, uma vida retirada, como a destacada pelo romance, pode despertar para uma vida “mais leve” e agradável, distante das ocupações viciosas e intransigentes, em um ambiente que tenha por objeto apenas o alimento de uma alma sã e a saúde do corpo.

Portanto, a obra *Júlia ou a Nova Heloísa* revela aos personagens que o ambiente natural desperta uma experiência positiva e transformadora na natureza. Além disso, a obra ressalta os malefícios produzidos pela sociedade e as novas culturas impostas na vida humana, principalmente no que tange às artificialidades e aos excessos da civilização. Mais uma vez Rousseau denota o aspecto mais saudável e tranquilo longe dos grandes aglomerados urbanos e o desejo de se aproximar de uma vida mais simples e próxima da natureza.

CONCLUSÃO

Como conclusão tem-se que o ambiente natural, formado a partir da relação entre o homem e o seu exterior, apresenta-se como um elemento externo, de certa forma, implícito na obra do genebrino e que o acompanha praticamente em todo o percurso de suas obras.⁷¹ Mesmo afastado de sua condição originária, o homem pode, mesmo que seja em determinados e pontuais momentos, se reconciliar com a sua natureza e cultura através de sua autonomia e o desenvolvimento de suas potencialidades (ROUSSEAU, 2014, p. 9).

O tema da natureza é questão central e expressa grande força nas obras do genebrino e podemos analisar esse aspecto com as várias obras que utilizamos como fundamento do trabalho.⁷² Por ser um tema que representa uma unidade e interdependência na obra de Rousseau, ou seja, perpassa por todas as ideias do genebrino, o trabalho também ganha essa característica. Vários outros elementos edificam e complementam a estrutura de natureza em Rousseau: piedade, amor de si, amor próprio, consciência, razão, etc. Conceitos que por si só oferecem campo para análises mais pormenorizadas.

O ambiente natural compreende o contexto físico e social em que o homem se insere. Desse modo, constitui-se em elemento essencial na formação da identidade do homem e determinante nas suas ações. Já que o homem nasce bom e livre, mas a sociedade o corrompe, a reconfiguração das relações com o ambiente natural e a natureza torna-se necessária (ROUSSEAU, 2014, p. 7-8).

Importantes obras do pensador de Genebra, das quais tratamos no trabalho, como por exemplo, o *Segundo Discurso* e *Emílio*, cuidam bem desse elemento. No *Segundo Discurso*, o ambiente natural é aquele que pode objetivar a

⁷¹ No livro *A retórica de Rousseau*, Bento Prado Jr. trata da unidade da obra do genebrino. De acordo com o comentador (2018, p. 71), a unidade da obra “exprime uma mesma existência, na medida em que nos livros, teóricos ou não, encontramos os mesmos temas e as mesmas obsessões”.

⁷² Starobinski, em um de seus *Sete ensaios sobre Rousseau*, a respeito do homem natural, destaca a força que a voz da natureza possui. Nas palavras dele (2011, p. 412): “A voz da natureza é de uma tal proximidade que parece confundir-se com a intimidade pessoal”. Prosseguindo, um pouco mais à frente, ele volta a destacar essa força (2011, p. 412-413): “Enquanto permanece o homem da natureza, é nele próprio que o homem percebe a voz da natureza. A natureza fala nele, pois que ele próprio está na natureza”.

felicidade e o desenvolvimento da verdadeira natureza humana em contraposição à sociedade que afastou o homem de sua condição natural (ROUSSEAU, 2000, p. 58). No *Emílio*, o genebrino propõe que a educação vise à relação harmoniosa com o ambiente natural, de modo que a criança possa desenvolver suas potencialidades de maneira livre e em contato com a natureza⁷³, ativando assim suas faculdades sensíveis e intelectuais (ROUSSEAU, 2014, p. 24).

Rousseau constrói o seu “ambiente natural” a partir da concepção que estabelece sobre a natureza. O fator externo pode ser demonstrado pelo grande zelo que o genebrino presta ao ambiente que circunda as relações do homem, como por exemplo, quando cita as características das margens do lago de Bienna na Quinta Caminhada dos *Devaneios* (ROUSSEAU, 2017, p. 63). A figura do homem primitivo, o “Bom Selvagem” que vive em estado de isolamento disperso ao longo da Terra, é rodeada pela “fertilidade natural e coberta por florestas imensas” (ROUSSEAU, 2014, p. 58). Rousseau estabelece o cenário perfeito para a vida do ser primitivo rodeado por uma natureza fértil (ROUSSEAU, 2000, p. 58). O ambiente natural nesse cenário se destaca como uma referência para o que é justo e serve como modelo ou ideal para as posteriores reconfigurações da humanidade inserida no estado social.

A construção que o filósofo empreende para o personagem Emílio também é uma prova deste processo (de constituir um cenário no qual o homem está inserido). A educação que o personagem recebe é envolta pela sociedade, mas segue as premissas da natureza até a formação do homem que esteja coadunado e em harmonia com toda a ordem que o cerca (ROUSSEAU, 2014, p. 24). Imerso na natureza, o jovem Emílio deve buscar a vida simples e interagir com o mundo natural. A sua formação junto à natureza deve permitir o aprimoramento da moral e da razão, de modo tornar o homem um ser virtuoso (ROUSSEAU, 2014, p. 616). Em suma, a relação do personagem com o ambiente natural deve ser íntima, para que o sujeito ali formado possa viver em equilíbrio e harmonia com o mundo exterior.

A ordem natural, que discutimos no segundo capítulo, tanto na

⁷³ Cassirer (1999, p. 25) já alertara que “o papel da educação natural é o de evitar a criação de um pequeno tirano ou de um pequeno escravo. Devemos permitir que a criança encontre por si mesma os limites de suas próprias capacidades (...)”.

Profissão de fé do vigário saboiano quanto nos *Devaneios*, evoca um cenário cosmológico e enaltece a conexão entre o homem e a Sabedoria Divina (ROUSSEAU, 2014, p. 389-390), entre o homem e as coisas sensíveis das vegetações (ROUSSEAU, 2017, p. 85-86). A ordem natural a partir da *Profissão de fé* possui a característica de um Cosmos (universo) harmônico, comandado pela lei divina. Tal característica é primordial para o entendimento da existência humana e a busca da verdade. A base da moralidade e ética depende da crença humana nessa ordem, pois assim o homem consegue visualizar sua posição no mundo e a sua relação com as coisas e os seus semelhantes (ROUSSEAU, 2014, p. 414). Desse modo, a plenitude pessoal e a felicidade podem ser alcançadas. Nos *Devaneios*, o ambiente natural apresentado ao caminhante, principalmente através das vegetações, é um modo de restaurar a harmonia com a natureza e aproximar o homem de sua essência. As vegetações e paisagens físicas têm papel fundamental para o corpo e a alma, pois oferecem paz interior e equilíbrio. Este cenário também pode despertar a imaginação para a liberdade e criação humana, que são guiados pela natureza em contraposição às normas sociais (ROUSSEAU, 2017, p. 11).

As aproximações do homem (corrompido) com a natureza podem ser observadas em *A Nova Heloísa*, principalmente na carta que se refere ao jardim, e as outras obras autobiográficas que ressaltam o contato do homem com a beleza exterior, conforme analisamos no capítulo 3. O jardim é descrito como um espaço de beleza e tranquilidade. A natureza presente nele representa uma fonte de renovação e destaca uma relação simbiótica entre o homem e natureza em um ambiente que preconiza o bem estar e felicidade (ROUSSEAU, 2018, p. 409-410).

A sensibilidade do pensador nestes cenários em que o homem está inserido é uma marca de suas obras. Até mesmo, conflitos internos, como os ensejados nos *Devaneios*, podem ser superados ou amenizados diante da experiência sensível. Eis como o ambiente natural pode propiciar grandes benefícios ao homem.

A originalidade de Rousseau está em retratar a “paisagem” como a própria natureza vivenciada, haja vista as suas experiências em vida (ROUSSEAU, 2017, p. 9). É um convite a experimentar o real, pois todas as descrições de cenários

que o filósofo propõe alimentam a “estarmos presentes” ali diante das situações colocadas e imaginadas. Como é o caso do bom selvagem, do jardim de Júlia, das maravilhosas paisagens dos *Devaneios*, etc. As paisagens descritas em suas obras possuem detalhes vívidos e convidam o leitor a imaginar-se no cenário proposto e a experimentar com os seus sentidos.

A literatura rousseuniana desponta para referenciais que são a essência de sua obra e vida: homem, natureza e sociedade. Ao mesmo passo em que preserva uma unidade onde esses elementos se entrelaçam, ressalta aspectos do individualismo e do holismo (ROUSSEAU, 2014, p. 680). O homem faz parte da natureza e sua existência depende da sociedade em que vive. De outro lado, a natureza é fonte de equilíbrio para os homens. A sociedade é colocada como um contrato social destinada a garantir a segurança e liberdade, mas que também corrompe. Desse modo, Rousseau sempre enfatizou a importância de harmonizar esses elementos a fim de propiciar a felicidade humana.

A visão holística e de unidade tem o potencial de nos fornecer o encantamento no que se refere à natureza. O seu cuidado com a natureza e a procura do bem-viver é um legado que pode nos auxiliar em temas importantes na esfera ambiental. Seria Rousseau um precursor da ecologia ou ambientalismo? Esses termos surgiriam apenas no século seguinte, mas não é exagero o colocar como uma influência quando se fala em cuidados com o meio ambiente, já que, de certa forma, seu espírito de vanguarda detinha essas preocupações (LARRÈRE, 2013, p. 15). Ciente de que o homem depende do espaço em que vive, Rousseau teve a sensibilidade e o cuidado ao tratar das esferas externas ao homem.

Retornar à simbiose com a natureza em que vivia o selvagem é impossível, mas o meio termo entre o divino e o prático é possível. A mudança deve ocorrer na maneira de pensar e nas ações do homem, para que o ambiente em que vive se torne elemento essencial para si e faça parte de sua natureza interior. Da mesma forma como Rousseau nos ensina, a manifestação dos sentidos deve despontar para as potencialidades humanas que o mundo físico nos estimula e nos influencia moralmente ao aperfeiçoamento (ROUSSEAU, 2014, p. 9). Sendo assim, é preciso alterar o modo de agir e pensar do homem, com a finalidade de adquirir

uma relação equilibrada com o meio ambiente. Portanto, a natureza e o mundo físico (aspectos interiores e exteriores) são vitais para a formação do homem e continuamente devem ser valorizados.

Desse modo, fazendo bom uso da interatividade que o homem possui com o seu meio, juntamente com o uso da razão, é possível bem viver no meio social, aliando natureza interior e exterior de maneira harmônica.

O discurso de Rousseau é bastante peculiar, pois ao mesmo tempo em que aponta ao cenário caótico em que a humanidade se lançou, sinaliza as possibilidades de conciliação (ROUSSEAU, 2014, p. 616). Mesmo diante da degradação da condição humana, a sua identidade natural segue imaculada e intacta em meio ao caos. Nesse sentido, é possível pensar no resgate dessa essência. A imagem do homem foi alterada, mas não totalmente, pois ainda possui traços característicos que indicam a possibilidade de reconfiguração valendo-se dessas características originais.⁷⁴

A visão dotada de um otimismo enxerga a depravação ocorrida no *Segundo Discurso* como um imprevisto, e a perfectibilidade humana, se bem trabalhada, não concorre necessariamente à corrupção do gênero humano.

O jardim de Júlia, Emílio e o caminhante solitário atuam como desígnios para entender o processo de reconfiguração. Neles é possível observar a distância que separou o homem de sua originalidade. A história associa os homens, mas criou máscaras em seu perfil. Se por trás dessas máscaras existe uma bondade inata por natureza, o resgate pode ser possível (STAROBINSKI, 2011, p. 30-31). Claro que essa alçada positiva possui as suas implicações práticas: como lidar com os percalços da atual formação humana e suas necessidades, e ao mesmo passo resgatar os traços originais? Levando em consideração que o homem adquiriu gosto pela bajulação, luxo, privilégios, etc. Eis o desafio.

⁷⁴ Sobre a transparência original, Jean Starobinski (2011, p. 27-28) afirma que Rousseau hesita entre duas respostas: uma em que a alma humana se degenerou para jamais encontrar sua beleza primeira e outra que evoca um encobrimento, de modo que a natureza primitiva persiste, mas ocultada por véus e outros artifícios. Desse modo, existe uma versão pessimista e outra, otimista. Segundo o comentador, o genebrino sustenta ambas, alternadamente e, por vezes, simultaneamente. O homem destruiu sua identidade natural, mas sua alma original, “permanece para sempre idêntica a si mesma sob as manifestações externas que a mascaram”.

A autonomia adquirida e o alargamento das potencialidades humanas devem contribuir para que o homem desenvolva uma vida harmoniosa e equilibrada, sem os excessos (ROUSSEAU, 2014, p. 616). O desenvolvimento excessivo da sociedade afasta os homens de sua essência natural e causa desequilíbrio. Ao homem é pretendido que se desenvolva naturalmente, sem os malefícios da sociedade. No entanto, isso não ocorre. Cabe ao trabalho de reconfiguração estabelecer relações mais simples e diretas, observando o processo cultural. Nesse sentido, é necessário o retorno à simplicidade, em que a cultura e o progresso sejam usados apenas para atender às necessidades básicas da vida.

Para esse fim, a educação de Emílio serve como parâmetro, de modo a descortinar a consciência para que atue nas relações sociais. O homem natural constituído, livre e autônomo deve opor-se, ao máximo, às paixões e vícios da sociedade. Ele é o modelo de virtude e pode influenciar o meio social com seu perfil (ROUSSEAU, 2014, p. 700-701).

A obra *Emílio* possui uma característica “curativa” na medida em que possibilita a realização do homem como um ser pleno e ativo, tendo em vista o alcance da cultura e a ampliação de suas capacidades (ROUSSEAU, 2014, p. 14-15). Dalbosco (2016, p. 185) afirma que “o Emílio pode ser tido como o esforço de conciliação entre natureza e cultura que se dá não só na esfera da interioridade humana, mas também no viver juntos entre os homens e, portanto, na esfera pública”.⁷⁵

Obviamente, o homem reconfigurado, melhor dizendo, reconciliado com a sua natureza e cultura terá identidade distinta do homem primitivo. Mas, ainda assim, mergulhado no caos social, terá autonomia e domínio para não se submeter às paixões e vícios, ou seja, aos excessos de maneira geral.

Portanto, no percurso realizado pelo homem por meio de seu ambiente natural, seja no estado de natureza, seja no estado social, ou na solidão dos *Devaneios*, do homem primitivo ao que se desnaturou, revela-se o cuidado que o pensador de Genebra demonstra para com a natureza (interior e exterior). Reforça

⁷⁵ Na mesma página, Dalbosco (2016, p. 185) ressalta que “a retomada da ‘instituição legítima’ é uma possibilidade que fica em aberto, sem ser concebida como uma necessidade absoluta, como também não o é a permanência do homem no estado social de corrupção.”

que mesmo inserido em um cenário degradado, no plano ético o homem possui autonomia e potencialidade para conciliar-se com a natureza e cultura a fim de viver em um estado mais harmonioso e de bem estar.

A felicidade é alcançada quando há o encontro harmônico com a natureza, de forma que o uso da cultura não contenha excessos, de maneira a manter o equilíbrio entre as necessidades humanas e o ambiente natural.

REFERÊNCIAS

- BAZCKO, Bronislaw. **Rousseau: Solitude et communauté**. Traduit du polonais par Claire Brendhel-Lamhout. Paris: École Pratique des Hautes Études et Mouton & Co, 1974.
- BEZERRA, Gustavo Cunha. **A ordem da natureza no pensamento filosófico e religioso de Jean Jacques Rousseau**. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- BEZERRA, Gustavo Cunha. **Nas trilhas de Rousseau: a paisagem natural e os devaneios**. In: Turismo, cultura e meio ambiente. Coletânea franco-brasileira. Patrícia A. Ramiro (org). João Pessoa: Editora UFPB, 2019.
- BEZERRA, Gustavo Cunha. **Natureza e transparência em Rousseau**. Colloquium Humanarum, Presidente Prudente/Sp, v. 9, n. 1, p. 62-68, jan/jun 2012.
- BURGELIN, Pierre. **La philosophie de l'existence de Jean-Jacques Rousseau**. Seconde édition, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1973.
- CASSIRER, Ernst. **A questão Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de. **Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos**. Organização, tradução e apresentação de Pedro Paulo Pimenta; posfácio de Fernão de Oliveira Salles. São Paulo: Editora Unesp Digital: 2018.
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de. **Tratado das sensações**. Tradução de Denise Bottmann. Campinas: Editora Unicamp, 1993.
- DALBOSCO, Claudio A. **A história como experiência formativa em Rousseau**. Revista Brasileira de Educação. v. 21, n. 67, out.-dez. 2016.
- DALBOSCO, Claudio A. **Condição humana e educação do amor-próprio em Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Edições Loyola, 2016.
- DERATHÉ, Robert. **L'homme selon Rousseau**. Paris: Éditions du Seuil, 1984.
- DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política do seu Tempo**. Tradução de Natalia Maruyama. São Paulo: Editora Barcarolla, 2009.

ESPÍNDOLA, Arlei de. **Notas sobre a amizade, a vida retirada, e a plenitude, a partir da filosofia de Rousseau.** Veritas – revista de filosofia da PUCRS. Porto Alegre, v. 62, n. 1, jan-abr. 2017, p. 257-273.

ESPÍNDOLA, Arlei de. J.-J. **Rousseau: natureza, voz interior – fonte da liberdade.** In: Constitucionalismo e meio ambiente: conquistas e desafios na América Latina. Calgaro, Cleide (org). Porto Alegre/RS: Editora Fundação Fênix, 2021.

ESPÍNDOLA, Arlei de. **Rousseau – iluminista às avessas.** Campinas: Editora Phi, 2019.

GADOTTI, Moacir. **Os mestres de Rousseau.** São Paulo: Cortez, 2004.

GOUHIER, Henri. **Les Méditations Méthaphysiques de Jean-Jacques Rousseau.** Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2005.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** 2. ed. Tradução de Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LARRÈRE, Catherine. **Jean-Jacques Rousseau: o retorno da natureza?** Cadernos de ética e filosofia política, 2(21), 13-30. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/56546>, 2013

MARUYAMA, Natalia. **A Contradição entre o Homem e o Cidadão: consciência e política segundo J.-J. Rousseau.** São Paulo: Humanitas: Fapesp, 2001.

MOSCATELI, Renato. A liberdade como conceito metafísico e jurídico em Rousseau. In: **Princípios**, v.15, nº24, Natal: UFRN, 2008. p. 59-79.

MOSCATELI, Renato. **Por que Emílio não é cidadão republicano.** Argumentos, Ano 4, Nº. 8. 2012.

PAIVA, Wilson A. Sob o carvalho: visões da natureza e do homem natural. In Segunda Conferência do **Ciclo de Conferências “A Estátua de Glauco: da degradação e da reconfiguração do humano em Rousseau”**, proferida em 11/03/2021.

PISSARRA, Maria C. P. **História e ética no pensamento de Jean-Jacques Rousseau.** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1996

PISSARRA, Maria C. P. **Rousseau – a política como exercício pedagógico.** São

Paulo: Moderna, 2002.

PRADO JR., Bento. **A retórica de Rousseau e outros ensaios**. Org.: Franklin de Mattos. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Carta a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral**. Jean-Jacques Rousseau: organização e apresentação José Oscar de Almeida Marques. Tradução de José Oscar de Almeida Marques... [et al]. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Cartas escritas da montanha**. Tradução Maria das Graças de Souza e Maria Constança P. Pissarra. São Paulo: Editora Unesp/PUC/SP: 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Confissões**. 1ª ed. Tradução: Livros I a X por Rachel de Queiroz; Livros XI a XII por José Benedicto Pinto. São Paulo: Edipro, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Coleção Os Pensadores. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Coleção Os Pensadores. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Émile ou De L'Éducation**. Oeuvres completes. Edition J. Bry. Libraire-Editeur: 1856.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Ensaio sobre a origem das línguas**. Coleção Os Pensadores. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Júlia ou a nova Heloísa**. Tradução de Fulvia Moretto. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Coleção Os Pensadores. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural. 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Os devaneios do caminhante solitário**. Tradução, introdução e notas: Laurent de Saes. São Paulo: Edipro, 2017.

SALINAS FORTES, Luiz R. **Rousseau: O bom selvagem**. São Paulo: FTD, 1989.

SILVA, Genildo Ferreira da. **Rousseau e a fundamentação da moral: entre razão e religião**. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo**. tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo**. tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

STAROBINSKI, Jean. **The invention of liberty: 1700-1789**. New York: RIP, 1987.

TREDANARO, Emanuele. **Rousseau e a botânica: uma promenade entre observação científica e contemplação**. Dois Pontos: Curitiba, São Carlos, volume 15, número 1, p. 171-181, abril de 2018.

VENTO, Marisa Alves. **O fundamento antropológico da vontade geral em Rousseau**. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2013.

WRIGHT, E. H. **The meaning of Rousseau**. London: Oxford University Press, 1929.